

A Defesa Nacional



FEVEREIRO

947

NÚMERO

393

CEL. RENATO BATISTA NUNES

CEL. ARMANDO VIANO P. DE VASCONCELOS

MAJ. JOSE HORACIO DA C. GARCIA

CAP. OCTAVIO ALVES VELHO

CAP. J. E. JOAO CAPISTRANO

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXIV

Brasil — Rio de Janeiro, Fevereiro de 1947

Rs. 393

SUMÁRIO:

I — EDITORIAL	1
II — Clichê do Aviso do Snr. Ministro da Guerra sobre "A Defesa Nacional"	3
III — ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL:	
a) — <i>A organização americana das unidades terrestres</i> — Gen. Tristão A. Araripe	9
b) — <i>Método de classificação dentro do Regimento e unidades subordinadas</i> — Trad. do Ten. Cel. Adalardo Fialho	14
c) — <i>A 4.ª Secção na Campanha da Itália</i> — Ten. Cel. Agui- naldo José Sena Campos	29
d) — <i>O "Tutorial"</i> — Maj. José Horácio C. Garcia	37
e) — <i>Façamos uma experiência</i> — Cap. Juvencio Reis	43
f) — <i>Justiça Militar em tempo de guerra</i> — Ten. Cel. Dr. Adalberto Barreto	49
g) — <i>Recrutamento selecionado</i> — Cap. Hugo Manhães Be- thlem	55
h) — <i>O Regimento de Infantaria no Combate (continuação)</i> — Ten. Cel. João Batista de Matos	65
i) — <i>A Arte de Comandar</i> — Trad. do Cap. Nilton Freixinho	77
IV — ASSUNTOS DE CULTURA GERAL:	
a) — <i>Problemas essenciais do Município em S. Paulo</i> — Dr. Rafael Xavier	85
b) — <i>A disciplina e o apôs-guerra</i> — Cap. Gerardo Lemos do Amaral	101
c) — <i>A ação educadora do Oficial</i> — Cel. Alcindo Nunes Pe- reira	107
V — HISTÓRIA E GEOGRAFIA:	
a) — <i>Sobre a política exterior da Rússia</i> — Cel. João Batista de Magalhães	121
b) — <i>A política imperial em relação ao Prata</i> — Maj. Riograndino da Costa e Silva	151
VI — ASSUNTOS DIVERSOS:	
a) — <i>Boletim</i>	159
b) — <i>Livros Novos</i> — Cap. Octávio Alves Velho	163
c) — <i>Dicionário Militar Brasileiro</i> — Cap. Octávio Alves Ve- lho (continuação)	168
d) — <i>Índice de colaboradores de "A DEFESA NACIONAL"</i> de 1940 a 1945	177
e) — <i>Noticiário & Legislação</i>	183
f) — <i>Sumário para Marco</i>	191

EDITORIAL

A fundação de "A Defesa Nacional", a 10 de Outubro de 1913, levada a efeito por um pequeno grupo de jovens oficiais, paladinos de uma cruzada de renascimento profissional, foi a cravação da estaca "zero" de uma senda rectilínea que, por montes e vales, havia de conduzir o Exército rumo ao progresso orgânico e cultural através de todos os obstáculos criados pela rotina, pela inércia e por incompreensões de toda a natureza, que lhe entravam a marcha.

Erigiram, seus fundadores, como lema e arma de combate, a crítica construtiva imparcial e im-pessoal dos factos e das acções, porque entendiam, e mui acertadamente, que da análise judiciosa e franca dos êrrros cometidos resultam sempre ensinamentos fecundos que servem, pelo menos, de advertência para o futuro, ao passo que, silenciar em nome de um falso pudor ou de criminosa vaidade, equivale a acoroçoar e perpetuar os êrrros.

Mais do que um êrrro, êsse silêncio será um crime, porque si os êrrros se podem evitar mediante o trabalho honesto e profícuo durante o tempo de paz, pagam-se, na guerra, com o sangue do soldado que avança para a morte inutil e inglória, obediente às ordens irretorquíveis dos seus chefes.

Não iremos ao exagêro de afirmar que o aparecimento de "A Defesa Nacional" constituiu, por si

só, factor bastante do ressurgimento do Exército, problema por de mais amplo e complexo para admitir solução tão simplista, mas não resta dúvida de que foi o primeiro passo no caminho que se fazia mister percorrer corajosa e desassombradamente.

Por outro lado, os termos e as características dos problemas humanos são constantemente variáveis, modificam-se com o tempo e as novas circunstâncias do meio, e de tal maneira que, algumas soluções parciais hoje admitidas como satisfatórias, têm muitas vezes que ser reajustadas mais tarde; tais problemas podem ser continuos, nunca, porém, estáticos.

Por isso mesmo, a acção de "A Defesa Nacional" tinha que ser, a princípio, essencialmente combativa, não trepidando em ir até ao escândalo quando a crôsta da rotina e da inércia se apresentava de tal maneira espessa e empedernida, que só a violência seria capaz de abrir-lhe as brechas por onde se infiltrasse os princípios salutares e renovadores. E então, a par dos golpes que deviam destruir tudo quanto anquilosava o organismo do Exército, vinha a acção construtiva, educadora e instrutiva, que se tornou, por fim, o "leit motiv" de toda a sua atuação.

Hoje graças a inegáveis progressos realizados, embora nem sempre tão gerais e completos como seria de desejar, a preponderância dos termos do problema, sem alienação de direito de crítica honesta, deslocou-se para o terreno da cultura profissional militar, com incursões pelos domínios da cultura geral indispensável ao oficial moderno que, si confinar suas actividades intelectuais apenas na leitura de regulamentos tácticos elementares, acabará por ficar muito aquém do preparo que dêle exige a magnitude de suas responsabilidades funcionais.

O dever de cuidar da cultura própria é de tal maneira óbvio e imperativo, que o nosso regulamento disciplinar capitula como transgressão a inobservância desse dever.

Ora, "A Defesa Nacional" é, certamente, um meio excelente posto à disposição de todos quantos possam fazer prova do grau de sua cultura profissional e, ao mesmo tempo, de cooperar, pela divulgação de seus trabalhos, na obra de aperfeiçoamento e ampliação de conhecimentos úteis para a colectividade militar.

E' por essa razão que não nos cansamos de repetir que "A Defesa Nacional" não é propriedade de um grupo de oficiais, nem pode ser obra de meia-dúzia de redatores: — é do Exército, vive do Exército e para o Exército. Isto significa que, substancial ou não, seu conteúdo reflete a mentalidade reinante na classe, e que desta depende não sómente sua vida intelectual, mantida pela boa colaboração, como sua vida material, garantida pela contribuição dos seus assinantes.

Pois bem. Paradoxalmente, numa época em que se revela no mundo inteiro uma ânsia generalizada de investigar, de conhecer, de saber enfim, nossa única revista essencialmente votada ao estudo e à solução de nossos problemas militares, ressente-se do retraimento manifestado por enorme maioria do corpo de oficiais do Exército. Essa indiferença, que há muito se vem revelando, atingiu tal ponto, em fins do ano transacto, que nossa revista esteve ameaçada de suspender sua publicação, apesar das acrobacias administrativas e dos esforços levados até ao sacrifício, realizados por seus Diretores, para prolongar a existência desse verdadeiro patrimônio intelectual do Exército.

O facto de milhares de exemplares de livros editados pela nossa Cooperativa jazerem empilhados

em nossos depósitos, falhando dessa maneira à sua destinação, imobilizando e tornando improdutivo o limitado capital de que ela dispõe, contribuem também, e poderosamente, para a crise verificada. Entretanto, todos sabem que a preguiça intelectual, que conduz à fossilização dos espíritos, é um mal tão nocivo para a eficiência dos quadros, quanto a inércia profissional o é para a eficiência da tropa. Por isso, onde quer que seus sintomas se manifestem, faz-se mister combatê-lo imediatamente e sem desfalecimentos; para tanto, os responsáveis pela conservação e aprimoramento da cultura profissional de seus comandados, dispõem de, pelo menos, dois meios eficazes ao seu alcance: o exemplo pessoal de amor ao estudo, e a observância desse preceito regulamentar, às vezes tão esquecido, que é a realização de conferências que versem assuntos de interesse cultural militar ou geral, feitas por todos os oficiais de cada corporação para ilustração própria e de seus camaradas.

Estamos remetendo cartas nominalmente endereçadas a todos os Chefes que exercem funções de comando ou de administração no Exército, bem como aos camaradas de boa vontade que exercem as de representantes da revista, solicitando-lhes, encarecidamente, que se interessem pela sorte de "A Defesa Nacional"; mas, como não é possível proceder de igual maneira com todos os oficiais, aqui estampamos, mais uma vez, o nosso apelo geral: **CO-OPERAÇÃO! COOPERAÇÃO INTELECTUAL** remetendo-nos boa colaboração; **COOPERAÇÃO MATERIAL**, fazendo-se assinantes pontuais da revista.

Foi, sem dúvida, por entender que a causa de "A Defesa Nacional" é justa e boa, que sua ação continua e pertinaz em prol da cultura profissional e geral dos oficiais das classes armadas durante 33 anos, merece amparo, que o Exmº. Sr. Gene-

ral de Divisão Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra, secundado por seus dignos colegas, Exmos. Snr. General de Exército Newton de Andrade Cavalcante, General de Divisão Alvaro Fiúza de Castro e General Intendente José Scarcela Portela convieram em socorrer "A Defesa Nacional", propiciando-lhe uma operação de crédito com a Caixa Geral de Economias da Guerra.

Maior do que o valor material dêsse auxílio, é sem dúvida, a significação moral dessa decisão de nossos eminentes Chefes, que vem aumentar notavelmente o prestígio de "A Defesa Nacional".

São, por ambas as razões, os mais cordiais e sinceros, os agradecimentos que a Diretoria da revista aqui deixa consignados àqueles ilustres Chefes, a cujo salutar espírito de cooperação deve "A Defesa Nacional" a possibilidade de continuar pugnando pelo aprimoramento intelectual e profissional dos quadros do Exército.

Entretanto, cumpre frizar, se os agradecimentos, de algum modo, podem saldar a dívida de gratidão, há outra espécie de dívida que permanece em aberto: o compromisso financeiro que a Direção da revista assumiu em proveito da colectividade, e nela confiante, a qual só poderá ser saldada mediante a cooperação de todos quantos consideram como um dever iniludível zelar pela própria instrução. Sacámos, portanto, a descoberto, mas havemos de corresponder, todos, à confiança de nossos Chefes.

Já se achavam compostas estas linhas quando o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra houve por bem publicar o Aviso de 21 do corrente que tanto prestigia e desvanece "A Defesa Nacional". Esse honroso documento vai estampado na página seguinte.



MINISTRO DA GUERRA

Aviso nº 99, de 21.I.1947.

Cópia

Tendo em vista que "A Defesa Nacional" vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes..

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército.

(a) Gen. Canrobert P. da Costa.

Confere com o original.

Gen. Canrobert P. da Costa
José Carlos de Senna Vasconcellos.

Cel., Chefe Gab. M.G.



General de Divisão
Canrobert Pereira da Costa
Ministro da Guerra

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

"Na Guerra, o fato concreto precede a idéia, a ação precede a palavra, a execução precede a teoria". — Marechal *Ferdinand Foch*

"Os efeitos do fogo, impondo mais completo e minucioso aproveitamento do terreno e formações e dispositivos cada vez menos compactos, vão exigindo mais iniciativa individual". — Cel. *J. B. Magalhães*.

A ORGANIZAÇÃO AMERICANA DAS UNIDADES TERRESTRES

[Extrato da REVUE DE DÉFENSE NATIONALE de Julho de 1946]

General TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE

Conforme publicou "THE ARMY AND NAVY REGISTER" o DEPARTAMENTO DE GUERRA dos ESTADOS UNIDOS constituiu, tempos atrás, diversas comissões para reunir, discutir os numerosos relatórios apresentados e concatenar as conclusões coerentes e lógicas da experiência dos combates de maneira a orientar a reorganização do Exército de terra.

As comissões centrais se dividiam uma para o teatro europeu e outra para o do PACÍFICO. A primeira foi presidida sucessivamente por chefes notáveis, tais coños os Generais DE VERS, GEROW, PATTON e ALLEN; teve a duração de 6 meses e 300 oficiais nela funcionaram.

No relatório da comissão para o teatro europeu, fez-se menção à contribuição dos chefes de todos os escalões, desde o Gen. MARSHALL até os comandantes de divisão e nele as considerações se referem particularmente ao problema da organização das grandes unidades terrestres.

De início, a comissão opina mostrando a desnecessidade e inconveniência de criar divisões de vários tipos, correspondendo

cada um a dada natureza de operação e determinado teatro de guerra, por ser essa solução pouco econômica, pela falta de maneabilidade, complexidade dos problemas de "logística" e a pouca eficácia. Embora as divisões especiais (da selva, da montanha hipomóveis tenham sua oportunidade, a comissão foi de parer que um exército reduzido pode delas prescindir, no momento, mas reservando-se a possibilidade de organizá-las desde que as circunstâncias venham a impôr essas organizações.

A DIVISÃO DE INFANTARIA: Sobre essa grande unidade a comissão recorda as prescrições do REGULAMENTO DE SERVIÇO EM CAMPANHA Norte-Americano:

"A DIVISÃO DE INFANTARIA constitue a célula básica da organização do Exército de terra. É a menor unidade, comportando todas as armas terrestres e serviços essenciais, suscetível de efetuar operações importantes apenas com os próprios meios orgânicos".

A comissão, levando em conta a experiência do teatro europeu, estima que as unidades orgânicas da divisão são de potência e composição geral insuficientes para permitir operações autônomas de certa duração. Durante as campanhas, as divisões foram sempre reforçadas por carros, artilharia automotriz, DCA e engenharia. Daí a opinião dominante de dotar-se a divisão com alguns órgãos suplementares.

Deu bom resultado a organização do comando e do estado-maior da divisão. Ao contrário, as unidades de serviços e especialmente de intendência precisam ser acrescidas.

No regimento de infantaria, o modelo atual de obuz de 105m|m não se mostrou satisfatório. Continúa-se a desejar que o apóio imediato seja garantido pelos canhões orgânicos da infantaria mas a opinião é que os canhões atuais sejam substituídos por obuzes automotrices. A comissão ainda opina pela substituição da atual companhia anti-carros por uma unidade de carros, pois reconhece que a melhor arma anti-carro é outro carro.

As outras armas da infantaria devem ser mais leves e mais manejáveis; o fuzil automático deve ser atribuído ao pelotão em vez da metralhadora leve atualmente em serviço. Os comandantes de unidades preferem o morteiro de 81 m|m atualmente em serviço ao de 105 m|m e sugerem conservá-lo na companhia de canhões pesados. Por sua vez, a metralhadora pesada deve ser ligeirada sem que sejam sacrificadas as possibilidades de continuidade.

As unidades de artilharia devem ser aumentadas e comportar maior número de 155 m|m. Todas as armas da artilharia devem ser automotrices.

A unidade de DCA deve fazer parte orgânica da divisão e os efetivos da engenharia devem ser também aumentados.

A modificação mais importante pedida pela comissão foi a adição de poderosa unidade blindada à divisão. A missão desses blindados seria acompanhar a infantaria em sua progressão, por isso que uma grande parte das perdas sofridas pelas unidades de infantaria ocorre na fase do assalto. Os carros atribuídos organicamente e colocados sob o mesmo comando que as unidades de infantaria permitirão fácil e eficazmente a progressão.

Finalmente aconselha a comissão que se continue a experimentar as invenções sobre as armas sem recuo.

A DIVISÃO AÉRO-TRANSPORTADA: Deve-se aumentar a capacidade de durar dessa divisão porque se verificou que, em lugar de ser retirada da frente após alguns dias, ela teve que combater durante vários dias como as divisões normais.

Ná verdade a atual divisão aéro-transportada dispõe de meios de transporte reduzido, o que faz com que fique amarrada ao local onde aterra. Por outro lado, a artilharia e a engenharia nela se representavam com efetivos reduzidos. Por isso, foi sempre necessário reforçar essa divisão com unidades de vários tipos. Mas é certo que essas unidades combatendo no âmbito de uma divisão que lhes era estranha e com a qual não foram exercitadas, não eram tão eficazes como o seriam se pertencessem organicamente à divisão.

A comissão propõe que não se modifiquem as missões da divisão aéro-transportada, mas aconselha que as unidades sejam profundamente transformadas para lhes permitir o cumprimento dessas missões, de forma conveniente.

O pessoal deverá ser sempre recrutado pelo voluntariado e ser particularmente treinado no uso do paraquedas e dos planadores. Todas as unidades deveriam ser lançadas por meio de paraquedas e de planadores.

Adotando a organização da divisão de infantaria normal, a divisão aéro-transportada conseguirá a possibilidade de durar, que lhe faz falta. Com semelhante sistema, a divisão seria capaz de funcionar de maneira autônoma, sem ter necessidade de grandes reforços e poderia aplicar os métodos clássicos de combate sem perder a sua potência de choque. As suas possibilidades e a sua eficiência cresceriam bastante. Contudo, conviria juntar

a essa divisão padrão para transformá-la em unidade aéro-transportada, uma unidade de descoberta e balizamento, várias turmas cirúrgicas, uma unidade de manutenção dos paraquedas e um certo número de elementos menores. A divisão, assim constituída deveria finalmente poder fracionar-se em dois escalões: o aéro-transportado (decomposto por sua vez em paraquedistas e planadores) e o terrestre.

A DIVISÃO BLINDADA: A comissão estimou que as divisões blindadas estavam bem adaptadas à execução de sua missão principal durante a campanha, porém que a falta de divisões de infantaria obrigou muitas vezes a empregar os blindados em tarefas diferentes do seu destino capital. O papel essencial das divisões blindadas consiste no aproveitamento do êxito e nas operações sobre a retaguarda do inimigo. O emprêgo dessas unidades em outras missões e em particular nas missões de infantaria, diminuiu muitas vezes a sua eficácia. Foram empenhadas durante a campanha da EUROPA quinze divisões blindadas, duas dentre elas, a 2.^a e a 3.^a eram do tipo antigo ou "pesado". As treze outras eram de efetivo mais reduzido ou do tipo "leve". Concluiu-se que as divisões pesadas tinham falta de tropas de infantaria e que as divisões leves não eram bastante poderosas.

De qualquer modo, a modificação mais importante a introduzir na divisão blindada atual consiste em atribuir-lhe organicamente maior número de unidades de infantaria.

Desejou-se que a divisão blindada do futuro pudesse ser constituída de regimentos mixtos infantaria-carros. Assim como se reclamaram carros para acompanhar a infantaria na divisão de infantaria futura, assim também a infantaria auxiliará os blindados a avançar; isto é um ponto importante a considerar para o futuro.

COMPARAÇÃO COM OS ESTUDOS FEITOS NO PACÍFICO:

Os estudos feitos no PACÍFICO concordam com os feitos na EUROPA.

A divisão de infantaria é muito leve e a artilharia orgânica dessa divisão é muito fraca. Todos os entendidos estão de acordo com o aumento do número de tubos de artilharia divisória, da ordem de 20% na AD e na A C Ex.

Também devem as divisões ter os seus elementos blindados orgânicos.

Em lugar das companhias anti-carros e dos canhões de in-

fantaria preconizam o canhão de 90 m|m montado no carro M 26, como anti-carro e o obús 105 m|m montado no carro M 45.

Finalmente aspiram ter armas sem recuo, que provocaram entusiasmo no PACIFICO.

RESUMO: — Os estudos dos norte-americanos chegaram às seguintes conclusões:

1.º — *A DIVISÃO DE INFANTARIA* deverá possuir importantes elementos orgânicos blindados; as armas da infantaria deverão ser mais leves e mais móveis; a companhia anti-carros deve ser equipada com carros e a companhia de canhões de infantaria com morteiros automotrizes; finalmente a artilharia divisionária orgânica deve ter maior potência de fogo;

2.º — *A DIVISÃO AÉRO-TRANSPORTADA* deve ser reforçada e dotada de material. Conseguir-se-á isso acrescentando unidades convenientes à divisão de infantaria padrão. O pessoal dessa divisão deve ser constituído de voluntários;

3.º — *A DIVISÃO BLINDADA* deve ser composta de regimentos mixtos carros-infantaria. É preciso crescer a divisão com tanques-destroyers e com grupos de DCA orgânicos. A artilharia automotriz deve ser aumentada;

4.º — Não será mais necessário manter no Exército de apôs-guerra divisões especializadas para as selvas, montanha ou de cavalaria hipomóvel.

LIVRARIA INCAHUASI LTDA.

— IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LIVROS INDO-AMERICANOS —

Obras de. Direito, Economia, Filosofia, História, Literatura, Arte, Técnico-scientíficos e Encyclopédias

CORRESPONDENTES EM: Argentina, Bolívia, Chile, México, Peru e Uruguai

Remessas por Reembolso Postal para todo o país.

Matriz: RUA DA CARIOCA, 45-2.º — Telefones: 22-2113 e 22-4836

Filial GALERIA CRUZEIRO - Loja 4 — Tel: 22-4700 — Rio de Janeiro

MÉTODO DE CLASSIFICAÇÃO DENTRO DO REGIMENTO E DE UNIDADES SUBORDINADAS

[Tradução do "The Mailing List", de Fort Benning]

Ten. Cel. ADALARDO FIALHO

I SECÇÃO

DEFINIÇÕES

Oferece-se esta discussão sobre classificação para servir de auxílio aos que desejam elevar Unidades a um alto padrão de proficiência em combate por meio de aplicação eficaz de métodos de classificação. Inúmeras diretivas têm sido expedidas, a este respeito, pelas autoridades competentes. A classificação é a principal função do sistema do pessoal do Exército e é usado para traduzir estas quatro atividades: Classificação, reclassificação, designação e redesignação.

Desde que estes 4 termos aparecem frequentemente nas páginas que se seguem, serão eles definidos.

Classificação: é o processo pelo qual todos os dados precisos a respeito das habilidades, educação, inteligência, aptidões, experiência militar, histórico de emprégos, interesses, traços pessoais e outras classificações são verificados e claramente registrados, de modo que, por meio de seu uso, o indivíduo possa ser designado para onde seja de maior valor para o serviço.

Reclassificação: é o processo pelo qual os dados errados, entrados originalmente na ficha de qualificação do Soldado (formula n.º 20), são corrigidos e dados adicionais referentes à sua experiência militar são registrados nesta ficha.

Designação: é o processo pelo qual um conserto é colocado dentro de uma Unidade de acordo com as suas qualificações e as necessidades do serviço.

Redesignação: é a mudança de um conserto para uma nova designação, quando se determinou que a sua instrução, habilidades, talento, aptidão e outras qualificações podem ser mais vantajosamente usados em outra ou diferente categoria.

II SECÇÃO

HISTÓRIA

Se se deseja adquirir uma adequada compreensão da classificação e do sistema de utilização do pessoal do Exército, deve-se volver atrás na história.

O sistema acima resultou do desenvolvimento e da expansão da indústria, da chamada "revolução industrial", a qual concurrentemente alimentou e desenvolveu variadas habilidades.

Antes da introdução dos métodos de produção em massa, a indústria era explorada largamente por meio de pequenas empresas, de propriedade de famílias e os empregados eram exercitados pelo processo da aprendizagem.

Antes de 1917, o próprio ex-rcito era comparável à tal pequena indústria.

Os homens eram recrutados indiscriminadamente para o Exército e não para cumprirem qualquer dever especial dentro dele.

Sob tal sistema, um homem era considerado semelhante a qualquer outro. Tendo em vista a natureza não técnica da organização do exército, era possível instruir os melhores aprendizes, num período de anos, para as mais importantes posições do exército.

Por ocasião de nossa entrada na primeira guerra mundial, fracassamos em preparar a instrução ou a aquisição dos especialistas necessários em nosso exército.

Esta situação persistiu, a despeito do nosso conhecimento da experiência dos exércitos estrangeiros, a qual amplamente demonstrava a necessidade de homens tecnicamente qualificados.

No final de 1917 foi percebido, pelo Departamento da Guerra, que se devia obter homens que possuissem habilidades especiais, para um exército altamente técnico.

Devia-se explorar vias férreas; devia-se recrutar engenheiros, telefonistas e telegrafistas. Madeireiros deviam ser recrutados para trabalhar nas florestas de pinheiros, em ligação com o nascente programa de produção de aviões.

Técnicos de laboratório, mecânicos, motoristas e centenas de outros homens especialmente qualificados deviam ser colocados sem retardo na moderna indústria em que o exército se tinha transformado. Não sómente havia confusão dentro do próprio exército, como foi também descoberto que o exército tinha desaparelhado indústrias vitais, necessárias ao esforço de guerra e devia licenciar homens para voltarem para as suas ocupações civis.

Dentro do exército, foi necessário dissolver unidades recentemente organizadas, para obter-se indivíduos especialmente qualificados e que haviam sido designados sem atenção às suas habilidades e instrução.

Por cima de tudo, nenhum sistema adequado de recompletamento para o exército tinha sido desenvolvido, e Divisões inteiras, que tinham sido instruídas como tal, foram dissolvidas e utilizadas como preenchedoras de recompletamento.

Resumindo, o exército enfrentava um programa de largo emprêgo de homens, porém não tinha nenhum "serviço ou agência de emprêgo" para levar a cabo aquele programa.

A vista de tal confusão, o Departamento da Guerra tomou uma decisão drástica. Chamou a Washington certo número de habeis administradores de grandes indústrias e reuniu um grupo de instruídos psicólogos, experimentados em determinar aptidões de indivíduos.

Este Grupo conseguiu estabelecer um sistema de colocação de pessoal para o exército, comprehensivo e eficiente. Uma ficha de classificação para conscritos foi preparada. Usaram-se "tests" de inteligência nos métodos de classificação.

As qualificações técnicas dos indivíduos eram determinadas antes da designação para Unidades e as designações finais eram baseadas em experiência técnica.

Contudo, não foi muito tempo depois do fim da guerra que o exército regressou à aquisição e designação de pessoal sobre a base da aprendizagem. Uma vez mais, um homem era considerado equivalente a qualquer outro. Pequenos esforços foram feitos para determinar suas qualificações especiais ou para designá-lo de acordo com as suas habilidades.

Parte desta atitude foi devida a causas sóbre as quais o exército não tinha nenhum controle — a economia era a senha.

Na indústria, a atribuição científica de pessoal estava progredindo rapidamente e os "tests" de inteligência do exército tinham-se tornado fundamentos para o desenvolvimento de outras iniciativas de atribuição científica.

No exército, contudo, a atribuição de indivíduos freqüentemente era determinada sobre a base de sua própria preferência, desde que havia vagas para serem preenchidas. O restabelecimento do sistema do pessoal do exército, para a atual guerra, foi necessariamente cumprido aos poucos.

Um pré-requisito básico era uma reorientação psicológica completa sobre o assunto. O pensamento devia ser restabelecido no sentido de que um soldado não seria importante primariamente porque ele fosse igual a qualquer outro, porém porque possuísse uma habilidade essencial para a organização militar.

Fundamentalmente, o problema de atribuição de pessoal no exército requeria o estabelecimento de um "serviço de emprêgo", que pudesse manter contacto com os indivíduos desde o seu primeiro engajamento no serviço e continuasse tal contacto pelos 10 anos seguintes à terminação desse serviço, durante cujo tempo todos os homens são membros da Reserva arrolada. O problema de direção de pessoal dentro do exército não podia ser divorciado do problema maior do controle do pessoal no país, como um todo, desde que a privação dos habeis, dentro de uma indústria essencial prejudicaria todo o esforço de guerra.

Em seus aspectos mais largos, por isso, o estabelecimento de um sistema de pessoal para o exército deve ser encarado como um problema de direção de pessoal, de atribuição científica e controle nas maiores indústrias do país.

O objetivo principal do sistema de pessoal do exército e da classificação, como parte maior desse sistema, é contribuir para o sucesso na batalha, através do uso econômico e eficiente do pessoal.

Devido ao fato de que a guerra é uma operação altamente complexa, a qual requer uma diversidade de habilidades e de aptidões, segue-se que a classificação, dentro do exército, é uma ciência cada vez mais complexa.

Por todo o exército, a classificação é administrada, como uma função de estado-maior, por oficiais e pessoal recrutado altamente instruídos.

A classificação tem muitos regulamentos e técnicas, demasiado numerosos e técnicos para serem abrangidos adequadamente num simples artigo.

Esta discussão limita-se à classificação dentro do Regimento de Infantaria, fazendo somente referência às autoridades mais altas e a outras atividades, no que for necessário à compreensão das relações de classificação, para os comandantes de regimento e Comandantes subordinados.

III SEÇÃO

O ESTABELECIMENTO DA SEÇÃO DO PESSOAL DA UNIDADE

Compete diretamente ao oficial S1 (1) da Unidade tratar da classificação dentro do regimento e responsabilizar-se, através do Ajudante, perante o Cmt. do Regimento, pelos métodos de classificação dentro do regimento e de suas unidades subordinadas. Comumente, o oficial S1 da unidade será o Ajudante assistente.

Os atuais Quadros de Organização não estabelecem nenhum efetivo ou postos para a Secção do pessoal da unidade, porém os regulamentos estabelecem que o oficial S1 da unidade será provido com suficiente pessoal para cumprir os seus deveres.

Um quadro da organização da Secção vê-se na *figura 1*, mostrando os canais de autoridades e a inter-relação com os escritórios de classificação da Divisão.

Semelhantemente, nenhum procedimento padrão existe para assegurar o necessário fluxo de informações, para a sub-secção de classificação, das várias outras sub-secções, na Secção do pessoal da Unidade.

Cada oficial S1 da Unidade necessitará estabelecer o seu próprio método de ação, a fim de tirar vantagem das habilidades administrativas e burocráticas disponíveis para ele.

Um pensamento deve guiar a sub-secção de classificação e o oficial S1 da Unidade: o objetivo principal da classificação é a atribuição do indivíduo ao serviço em que melhor se desempenhe e consequentemente do qual o exército tire os maiores proveitos.

Para alcançar este objetivo, a sub-secção de classificação da Secção do pessoal da unidade deve cumprir o seguinte:

1. Classificar todo o pessoal designado para a Unidade;
2. Registrar os resultados de tal classificação;

* (1) — S1, seção do pessoal de uma pequena unidade.

3. Supervisionar a designação de pessoal recebido pela Unidade, de acordo com as habilidades de cada um e as exigências da Unidade;
4. Manter todos os registros de classificação, particularmente a Ficha de Qualificação do Soldado, em dia, de modo que possa ser feito completo uso de todos os graus de habilidade, seja existentes, seja desenvolvidos na unidade, para o fim de designação, promoção, serviço especial, transferência ou julgamento de classificações de técnicos;
5. Organizar os "tests" que, de tempos a tempos, são exigidos, a fim de prover pessoal para escolas de serviço (ou outra qualquer instrução especializada), o qual deva mental e fisicamente ser apto para assimilar a instrução dentro do período prescrito.

O grupo de classificação manterá a Ficha de Qualificação do Soldado em dia por entradas obtidas dos relatórios da manhã, idem de Comandantes de unidades, notações sobre registros periódicos e graus oficiais obtidos em escolas de serviço especiais. Eles verificarão as fichas de qualificação de recompletamentos entrantes para ver se estão completas e exatas.

IV SECÇÃO

Operações de classificação durante a inclusão de uma unidade no serviço ativo. Tem-se feito menção da ficha de Qualificação do Soldado (Formula n.º 20) e que é um cartão de $8 \times 10\frac{1}{2}$ polegadas, com as beiras perfuradas.

Um exemplo típico deste documento básico da classificação dos conscritos vê-se nas figuras 2 e 3. (2) E' preparado, comumente, nos centros de recepção, imediatamente depois que o soldado entra para o exército.

Acompanhará os registros daquele homem, para onde quer que seja transferido. Este documento básico contém um sumário de sua história pessoal, vida escolar, experiência de emprégos, resultados de exames, experiência militar e habilidade demonstrada, como chefe. Lá estão registrados fatos relativos aos seus interesses profissionais, línguas, passa-tempos e habilidades atléticas.

As beiras perfuradas proporcionam um meio mecânico para analisar, classificar e escolher cartões especiais ou grupos de

* (2) — São as duas faces da ficha.

cartões. A Formula 20 é provida com uma série de orifícios redondos ao redor das 4 margens.

De conformidade com um plano estabelecido, a informação inscrita sobre as duas faces do cartão é transmitida para estas margens destacando a porção do cartão entre os orifícios circulares e as beiras para formar uma série de entalhes em forma de V.

Todo o equipamento de escolha, classificação e de destacar é contido numa caixa chamada Unidade Selecionadora, a qual também atua como um depósito portátil para este equipamento. O princípio básico de escolher e classificar é o uso de uma comprida agulha de aço ou uma combinação de diversas compridas agulhas de aço. O mais simples exemplo do uso destas agulhas seria o caso onde fosse desejado separar todos os homens com experiência militar prévia daqueles que não tivessem nenhuma anterior experiência militar, como registrado na ficha. Uma simples agulha seria inserta nos orifícios designados "experiência militar anterior" num grupo de cartões. Os cartões seriam então agitados a fim de permitir os entalhados "experiência militar anterior" serem destacados da agulha. Aqueles não entalhados ficariam sobre a agulha e a separação seria completada. Outras seleções podem ser mais complicadas mecânicamente, porém o princípio subsiste o mesmo — os cartões desejados destacam-se da agulha; os não desejados ficam sobre ela.

O Regimento, através do oficial S1 da Unidade, entra pela 1.ª vez em contacto com a Formula 20 de seus conscritos durante o período da inclusão do Regimento no serviço ativo. O uso das Formulas 20 e do Selecionador da Unidade, durante este período, é essencial para operações eficientes e sem complicações.

Desde que as condições da aludida inclusão não podem ser preditas, nenhum padrão inflexível pode ser estabelecido. Comumente, entretanto, um Regimento será incluído como parte de uma Divisão. Muitas das seguintes ações, tiradas da inclusão de uma atual Divisão, dizem respeito à classificação. Vêde a fig. 4.

ANTES DO DIA D

(O dia D é igual à data da inclusão da Divisão no serviço ativo)

1. O quadro de oficiais chega no dia D — 35 e é designado para o serviço pelos Cmts. de Divisão e do Regimento. O oficial de classificação da Divisão e o dito assistente (previamente

designado pelo Ajudante da Divisão) auxiliarão esta operação, onde fôr necessário.

2. Os quadros para os conscritos, propriamente, da Divisão de origem, chegam no dia D — 30 e são designados pelo Q. G. de Divisão para os Regimentos e pelos Q. G. dos Regimentos para as Companhias. O oficial de classificação da Divisão, o dito assistente, e os oficiais S1 das Unidades regimentais auxiliarão esta operação. Os conscritos membros do grupo de classificação devem ser escolhidos neste grupo.
3. O resto do complemento dos oficiais chega entre os dias D — 25 e D — 22.

Os oficiais S1 das Unidades serão escolhidos neste grupo, se não forem previamente designados.

4. O grupo de classificação da Divisão deve ser estabelecido pela altura do dia D — 10, a fim de permitir adequado tempo para instruir este grupo em como receber, classificar e designar os homens a serem recebidos entre os dias D e D + 15. Comumente, o Regimento situado perto da estrada de ferro será designado como o Regimento para alojar e alimentar, fazendo as vezes de dona de casa para os recrutas entrantes. Os oficiais membros do grupo de classificação abrangem o oficial de classificação da Divisão, o dito assistente, os oficiais S1 das Unidades (ou os seus equivalentes) da Divisão, de modo que haja pelo menos um oficial por cada um dos seguintes grupos de Unidades: Regimentos de Infantaria, Artilharia de campanha componente, Destacamento de Intendência e de Polícia Militar, componentes da Engenharia e das Transmissões e componentes do Serviço de Saúde e da Cavalaria Divisionária.

Estes oficiais serão auxiliados por suficiente pessoal burocrático instruído para classificar e designar tantos quantos 1.000 homens por dia.

5. Durante os 10 dias imediatamente precedentes ao dia D, homens selecionados do quadro de conscritos são instruídos quanto aos "porque, quando, onde, o que, quem e como" da classificação. Isto é feito por meio de uma escola de classificação da Divisão, a qual é organizada e dirigida pelo oficial de classificação da Divisão e pelo seu assistente. Suficientes homens são escolhidos neste grupo para formarem o grupo de classificação da Divisão e estes homens são colocados em serviço especial na Secção de classificação da Divi-

são, durante o período da inclusão da Divisão no serviço ativo.

Outros do grupo servem como assistentes dos oficiais S1 das Unidades em sua classificação diária de habilidades e graus de inteligência dentro de seus próprios regimentos.

DIA D E POSTERIORMENTE

1. O grosso do pessoal da Divisão (que virá provavelmente dos centros de recepção, isto é, quase diretamente da vida civil) chegará entre D e D + 15. Normalmente, aproximadamente 450 homens chegarão no 1.º dia, 750 no segundo e, após, 1.000 por dia, durante uma semana ou dez dias, finalmente diminuindo até que o efetivo de conscritos da Divisão esteja completado pelo dia D + 15.
2. Cada dia, o oficial S1 da Unidade do Regimento que está alojando e alimentando (ou outro oficial designado) recebe todos os registros de cada Cmt. de trem que chega. Estes registros são comparados com o número total de homens que chegaram, e as Formulas 20 são extraídas e trazidas diretamente para o edifício da classificação (A na fig. 5).
3. Estas fichas são divididas igualmente em tantos grupos quantas Unidades selecionadoras existem (B na fig. 5). O operador de cada Unidade selecionadora primeiro separa de seu grupo os soldados rasos (os que não possuem nenhuma especialidade). Depois, usando a Unidade selecionadora separa os especialistas, por número de série de especificação, exigido pela divisão. Um número de série de especificação é um número de 3 algarismos, usado para descrever a especialidade particular, civil ou militar, do homem. Estes números referem-se diretamente aos entalhes da Formula 20 e são usados na seleção mecânica de especialidades particulares.
4. Outros empregados do grupo de classificação da Divisão reúnem os cartões de cada número de série de especificação, quando puxados das várias máquinas e colocam estes cartões sobre mesas separadas (C e D na fig. 5) por números impressos em sequência e representando as especialidades exigidas na Divisão.

Cada especialidade é reagrupada de acordo com os resultados de exames de classificação geral do Exército, com os resultados mais altos no cimo da pilha.

5. O oficial de classificação da Divisão e seu assistente estão situados perto das mesas D e E da fig. 5 Sentados na mesa E estão membros do grupo de classificação da Divisão para representarem cada um dos Regimentos ou Unidades semelhantes da Divisão. Estes homens tem deante deles os quadros de designação dos seus regimentos ou Unidades particulares.

O oficial de classificação e seu assistente passam as Formulas 20 dos homens que tiveram anterior instrução numa arma ou serviço particular para os membros do grupo, na mesa E, que representam aquela particular arma ou serviço para fins de inclusão no serviço ativo. Eles distribuem para os oficiais S1 da Unidade de cada arma ou serviço aqueles números de série de especificação que, em sua opinião, a Unidade pode usar com maior proveito.

* Os graus de inteligência são distribuídos proporcionalmente. Cuidado deve-se ter igualmente em distribuir os não especialistas, de modo que cada arma possa ter não sómente uma proporção semelhante de todos os graus de inteligência, porém também de homens indicados como tendo habilidade de chefe. Os empregados fazem adequadas entradas para cada designação.

6. Devido a que cada ficha é recebida por um oficial S1 de Unidade, este estuda-a de modo a assegurar-se de que a arma ou serviço que ele representa não recebe um homem cujo prévio serviço foi em algum outro ramo; que o homem preenche uma vaga no Quadro de Organização e que realmente possue as qualificações necessárias para preencher a vaga, porque realmente tinha aquele tipo de trabalho na vida civil ou militar anterior ou tinha larga experiência neste número de série de especificação como passatempo (tais como rádio ou fotografia) ou cai dentro do grupo de família daquele número de série de especificação.

Quando qualquer destas 3 qualificações é violada, ele leva essa violação à atenção do oficial de classificação da Divisão ou do seu assistente, para final julgamento.

7. Os oficiais S1 das Unidades, de acordo com os desejos dos Cmto. de Regimento ou de Unidade, designam os homens para as Companhias, por meio de providências semelhantes às dos números 3, 4, 5 e 6 acima.

Êles tomam especial cuidado em que:

- a. Cada Unidade receba a sua parte proporcional de habilidades mentais. É de se esperar que Unidades tais como Companhias de Quartéis-Generais exijam um nível mais alto de habilidades mentais do que uma Companhia de Fuzileiros, porém exageros devem também ser evitados.
- b. Nenhuma será indevidamente sobrecarregada com a instrução de um desproporcional número de homens dos mais baixos níveis de habilidade mental.
- c. Habilidades quanto a ocupação na vida civil disponíveis serão distribuídas onde forem mais necessitadas.
- d. Será dada prioridade às Unidades Combatentes na designação de homens com prévia experiência militar ou com habilidades de Chefe demonstradas.
- e. As designações iniciais serão feitas precisamente, a fim de diminuir o número de transferências subsequentes.
8. Comandantes de Regimento devem considerar problemas tais como os a, b, c e e, mencionados acima, bem antes do dia D e darem completas instruções para os seus oficiais S1, de modo que, uma vez incluído no serviço ativo, o Regimento possa imediatamente prosseguir com a instrução sem o re-tardo causado por transferências.
9. Os oficiais da Companhia devem, logo que possível, depois do recebimento dos recrutas, entrevistar estes homens pessoalmente, de modo que possam fazer ensaios de designação para a instrução e para a Companhia.

As formulas 20 estarão disponíveis para os oficiais da Companhia para tal fim.

V SECÇÃO

Entrevistar e como ler uma formula 20.

Sobre cada pessoa encarregada de entrevistar descansa a responsabilidade de assegurar a obtenção de informações que são básicas para a adequada designação e instrução. O entrevistante deve ser habil em interrogar — em extrair do soldado a desejada informação.

Para atingir este objetivo, a sua primeira tarefa é estabelecer uma agradável associação com o soldado. Entrevista frutuosa pode ser dificilmente conseguida enquanto o soldado estiver fatigado, perturbado ou irritado. A entrevista deve ser aber-

ta com a menção de alguma causa de interesse para o soldado, a qual fortalecerá a sua confiança na entrevista propriamente.

Alguns oficiais preferem a "velha cidade natal", como abertura, onde se faça referência a algum item de interesse na cidade do soldado que não fosse conhecido de ninguém que não tivesse estado na cidade ou sobre o qual tivesse o interesse de perguntar antes da entrevista. Outros oficiais preferem rever a Formula 20, para descobrirem algum interesse que eles possuem em comum com o soldado o passatempo de pescar, por exemplo ou experiência no negócio de secos e molhados. Amplo tempo deve ser permitido para a entrevista, a qual deve ser ajustada ao equilíbrio e vivacidade do conscrito.

A impaciência com o falar devagar muitas vezes destroem a precisão da entrevista. As perguntas devem ser feitas de modo a serem facilmente entendidas.

Informações imprecisas são muitas vezes obtidas porque o entrevistante e o soldado fracassam em interpretar a pergunta do mesmo modo.

Perguntas que implicam em certas respostas comumente conseguem aquelas respostas, porque o homem entrevistado está ou fazendo um esforço para agradar ou deseja terminar a entrevista tão depressa quanto possível. Perguntas que tais devem ser evitadas.

Entrevistas pessoais pelos oficiais da Companhia devem ser feitas o mais cedo possível, porque um mais completo conhecimento dos seus homens conduzirá a uma melhor apresentação da instrução por aqueles oficiais.

Nenhum oficial pode conhecer os seus homens até que tenha falado suficientes vezes com eles e aprendido bastante a respeito deles.

Enquanto que entrevistas pessoais são possíveis sem referência a registros escritos, e ocasiões podem urgir em que isto deve ser feito, os registros escritos, particularmente a Formula 20, levam depressa a conclusões lógicas; permitem cedo a deteção de pontos na formação do soldado que devem ser cuidadosamente observados; sugerem meios para o desenvolvimento de habilidades militares necessárias nos soldados; e dão informações que não podem prontamente ser lembradas a respeito de todos os conscritos de uma unidade.

A Formula 20 deve ser revista antes da entrevista e não deve ser vista pelo homem que está sendo entrevistado. Se o soldado vir a Formula 20, pode sentir que a honestidade de suas

prévias exposições está sendo posta em dúvida. O maior valor em usar a Formula 20 será obtido referindo um item a outro, mostrados na Formula, até que um quadro mental do soldado seja obtido. Este quadro deve ser confirmado pelo quadro obtido na entrevista pessoal. Onde os fatos contradizem a Formula 20, um resumido relatório deve ser feito para o oficial S1 da Unidade, a fim de que a formula possa ser corrigida.

Todos os itens da Formula 20 têm valor, num tempo ou outro. Por exemplo, as entradas sob "Altura" e "Peso" dão um grosseiro quadro físico do soldado: Ele é alto, delgado, gordo, troncudo, baixo? Este assunto de físico, confirmado por observação constante e combinado com fatores tais como esportes, nos quais haja sido qualificado, e idade, sugerirá si ele tem agora o necessário vigor físico e coordenação, ou si estes devem ser desenvolvidos pelo programa de instrução.

Os itens 16, 17 e 18 da Formula 20 tratam de vários "tests" que possam ter sido dados ao soldado (Vê AR 615-25).

Os três "tests" básicos usados como auxiliares na classificação dos conscritos são o Exame de Classificação Geral do Exército, exames de aptidão e exames de profissão. Os resultados dos exames serão usados sómente para complementar o estudo da história do trabalho de um conscrito, a sua educação e os seus interesses. O fim do Exame de Classificação Geral do Exército (E C G E) é proporcionar uma rápida e razoável medida da habilidade de um conscrito para aprender. Ele não mede qualidades tais como a honestidade, a qualidade de chefe, o conhecimento e assuntos de escola específicos ou experiência em profissões específicas.

O grau recebido será considerado como um elemento importante, entre outros, quando a decisão é feita quanto ao serviço no qual o conscrito será mais útil ou a arma ou serviço para o qual ele deve ser designado.

Todos os conscritos, no exército, recebem o E C G E.

O Grau do Exército atingido pelo indivíduo neste Exame pode ser interpretado como segue:

Resultado de Grupo	Distribuição Normal	INTERPRETAÇÃO
Grau I (163-130)	8%	Aprendedores muito rápidos
Grau II (129-110)	25%	Aprendedores rápidos
Grau III (109-90)	35%	Aprendedores médios
Grau IV (89-60)	25%	Aprendedores lentos
Grau V (59-42)	7%	Aprendedores muito lentos

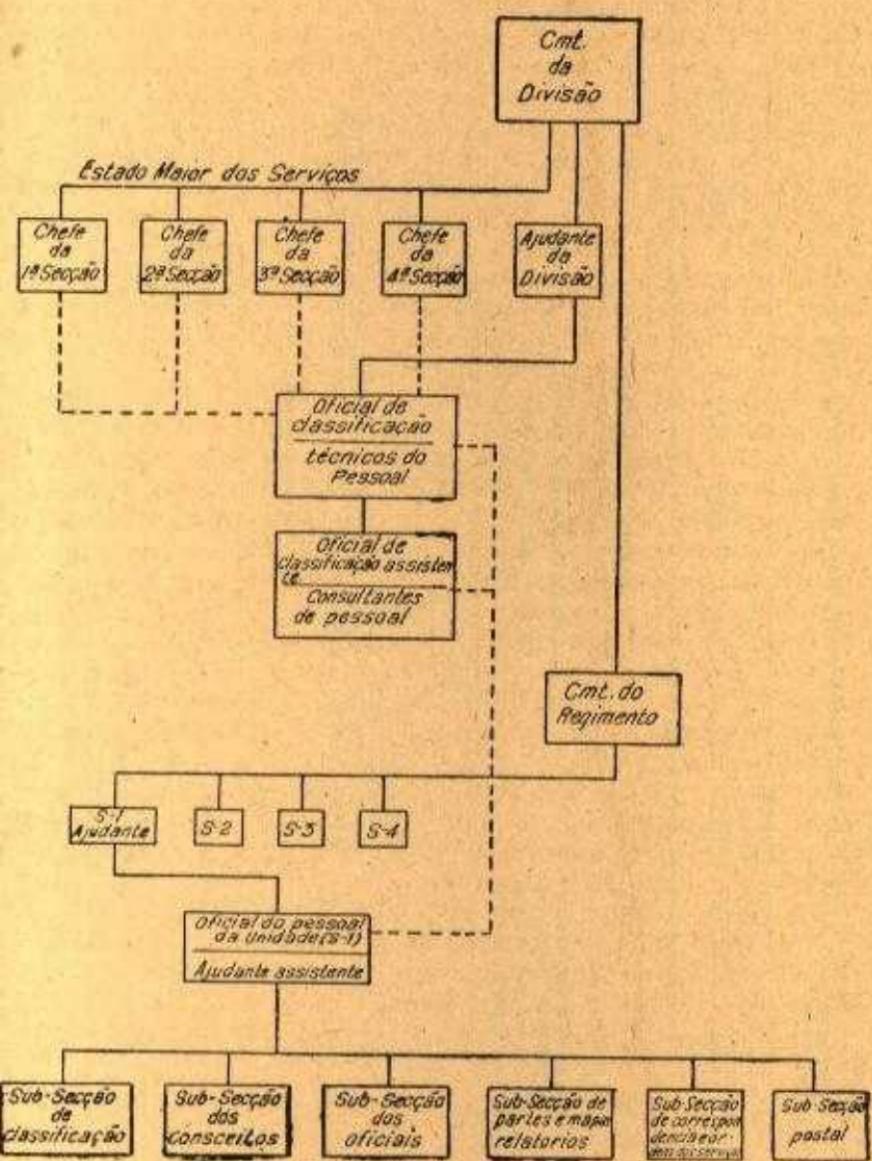
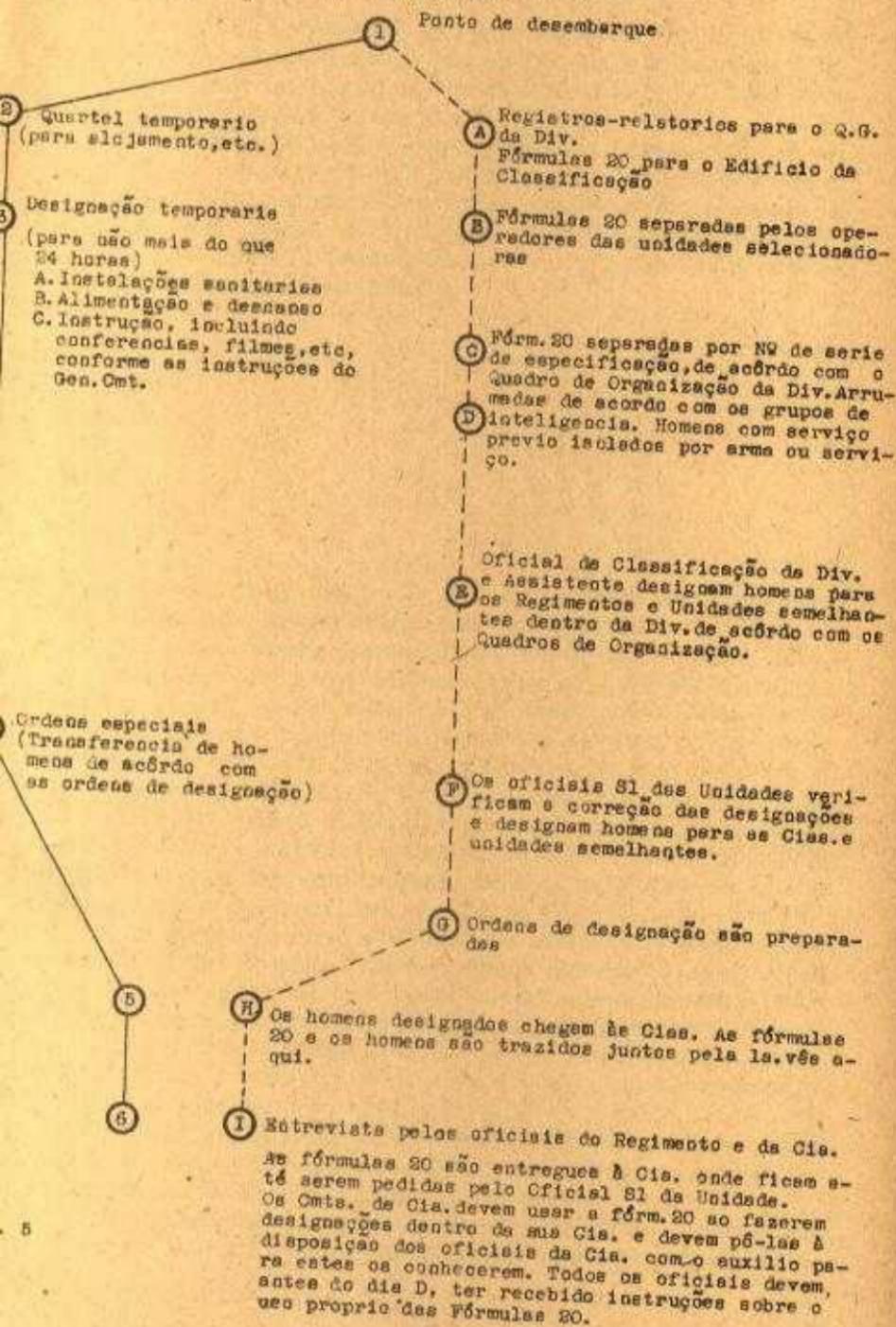


Fig.1

Método sugerido para a designação de homens

Convenções { itinerário dos soldados —
 " dos documentos —



A "distribuição normal" dos resultados do E. C. G. E. é baseada sobre *todos* os homens que entram para o Exército. Não se deve presumir que qualquer regimento dado terá uma distribuição de resultados idênticos a esta média.

Prioridades várias, tais como Aviação, Transmissões e as várias escolas de candidatos a oficial exigem homens dos graus I e II, assim diminuindo a proporção dos homens nestes graus que serão encontrados em unidades de infantaria individuais.

Um regimento de Infantaria típico ou Divisão terá provavelmente a seguinte distribuição:

Resultado de Grupo	Distribuição
Grupo I	2% a 5%
Grupo II	18% a 23%
Grupo III	30% a 35%
Grupo IV	30% a 40%
Grupo V	8% a 14%

Os homens dos graus I e II, quando também possuem qualidades de chefe e outras qualificações de educação necessárias ou experiência, são oficiais potenciais e oficiais não comissionados.

Em ligação com a candidatura de oficial, o AR 605-25 (Candidatos a oficial) expõe, entre outras coisas, que o Comandante de Regimento, ou unidade semelhante, verificará o resultado do Exame de Classificação Geral do candidato. Se este resultado é menor do que 110, o Cmt. do R. I., ou unidade semelhante, pode autorizar novo exame. Contudo, não mais do que 2 re-exames serão autorizados, para o fim de determinar as qualificações de um homem para frequentar uma escola de candidatos a oficial e, em qualquer re-exame, um Exame de Classificação Geral diferente de qualquer outro previamente prestado pelo candidato será empregado. O grau V inclui alguns homens cujas mentalidades são tão limitadas, que não se espera que executem mesmo serviços simples ou tenham a necessária prudência para assegurar a sua própria segurança ou para o bem estar de seus companheiros. Estes devem ser reenviados a uma junta de reclassificação, para consideração quanto à baixa do serviço.

Muitos homens do grau V podem tornar-se soldados úteis e todos os esforços devem ser feitos para tirar vantagem de quaisquer habilidades e aptidões que possuam.

Frequentemente, executando tarefas de rotina, podem fornecer mais homens hábeis para serviços mais precisos de combate.

Conquanto certas armas e serviços tenham exames de aptidão especial, os 3 em uso geral são o Exame de Aptidão Mecânica, que mede a aptidão de um conscrito para trabalho mecânico; o Exame de Aptidão burocrática, que mede a velocidade e precisão com as quais um conscrito pode fazer detalhados trabalhos de escrever e o Exame de Aptidão de Código, que mede a aptidão de um conscrito para trabalho de código de rádio.

O Exame de Aptidão Mecânico e o de Aptidão de Código são dados em centros de recepção. O burocrático é dado em centros de instrução de recompletamento e em Unidades.

Os graus atingidos pelos conscritos nestes Exames são indicativos do provável sucesso do homem nestas qualidades de trabalho.

Por exemplo, o grau do Exército feito por um homem no Exame de Aptidão Mecânica pode ser interpretado em termos de suas oportunidades de ser bem sucedido em trabalho mecânico geral, como segue:

RESULTADO DE GRUPO	Probabilidade para fazer melhor do que a média
Grau I (163-130)	81%
Grau II (129-110)	67%
Grau III (109-90)	50%
Grau IV (89-60)	33%
Grau V (59-45)	19%

Os exames de profissão são usados para determinar si ou não um homem tem o grau de conhecimento que confessa ter numa dada ocupação. Quatro tipos de exames de profissão podem ser usados: o oral, o quadro, a execução e o escrito.

Os exames de profissão podem ser dados em qualquer tempo, no serviço de um conscrito, quando é desejável verificar o seu grau de habilidade.

De vés em quanto novos exames serão expedidos para as Unidades, para fins de experimentação, a fim de estabelecer mediadas e padrões para vários grupos.

Todos os esforços devem ser feitos, pelos Cmto. de Unidades e seus órgãos de classificação subordinados, para cooperarem em assegurar estes dados na forma requerida e com a maior prezetea possível.

A fim de evitar confusões e repetições de esforços, nenhuma aptidão de classificação nova ou exame de profissão será dado sem a prévia aprovação do General Diretor do Departamento do Pessoal do Exército.

(Continua)

A 4.^ª SECÇÃO NA CAMPANHA DA ITÁLIA

Ten. Cel. SENNA CAMPOS

De E. M. da 1.^ª D. I. E.

III

2º. ESTACIONAMENTO EM TARQUINIA

O estacionamento em Tarquinia foi inteiramente preparado pela tropa brasileira. Era localizado em área extensa e menos arborizada que a anterior, porém mais agradável e mais higiênica.

Os órgãos americanos e brasileiros de suprimento estavam a alguns quilômetros, em Civitavecchia.

Os depósitos brasileiros foram constituídos com os gêneros e artigos diversos, vindos de Nápoles, por mar.

O transporte para os armazéns era feito por caminhões americanos dirigidos por motoristas italianos e com isso o desvio de gêneros estava sendo feito em escala regular.

Descoberto o depósito dos artigos roubados, um oficial brasileiro procurou entendimento com o oficial italiano, detentor do furto. Este negou-se a restituir os artigos brasileiros, alegando serem de propriedade dos italianos.

A autoridade americana do pôrto, tomando conhecimento da ocorrência, foi ao local, com o oficial brasileiro e levando em conta as informações do mesmo, ordenou a retirada sumária da carga, sem nenhum protesto do oficial italiano.

A estadia em Tarquinia deveria ser de um tempo longo para que a tropa tivesse um treinamento adequado, com o material que lhe fosse entregue nesse estacionamento.

De fato ali iniciou-se o equipamento do 1.^º Escalão.

Unidade americana de manutenção e a nossa própria Companhia de Manutenção entraram em franca atividade para dar, no menor prazo, o armamento, as viaturas e os de-

mais materiais necessários à tropa. Foi a primeira prova prática a que se submeteram os nossos homens especializados. Mas saíram-se galhardamente, pois o número de veículos montados foi superior ao conseguido pelos americanos, assim como satisfizeram, com vantagem, os testes, muita vez preparados sorrateiramente pelos observadores do nosso trabalho. E assim, quasi todo o armamento destinado ao Escalão, como 400 viaturas, passaram às nossas mãos.

Estavamos em franco equipamento da tropa, quando veio a ordem de deslocamento para Vada.

Antes tivemos a vista de vários generais e oficiais americanos do 5.º Exército, que tomaram contato com os seus correspondentes brasileiros afim de sentirem as suas necessidades e conhecerem os recrutas do Teatro de Operações. Foi uma ótima iniciativa, muito comum entre os americanos e de resultados práticos indiscutíveis. Dessa forma ficamos conhecendo o General G-4 e o seu executivo, coronel D'Orsa, com quem haveríamos de tratar durante toda a campanha.

No dia 15 de julho chegou a Tarquinia a ordem de deslocamento, dez dias depois da saída do último elemento do estacionamento de Astroni.

A 17 estávamos novamente na estrada, agora com cerca de 400 viaturas nossas, recebidas às carreiras, algumas mesmo com 2 e 3 horas apenas nas mãos dos nossos motoristas.

E pode-se, a priori, imaginar os resultados desastrosos dessa ocorrência, pois os acidentes sérios, até de perdas de vidas e quebras de material, não se fizeram esperar.

O deslocamento teria que ser feito à noite por nos estármos aproximando da linha de frente, uma vez que os americanos disputavam o corte do Rio Arno.

O movimento seria executado em duas noites, com um escoamento de 200 veículos por noite, numa faixa escura de mais ou menos 7 horas, de 21 às 4 horas da manhã seguinte.

As viaturas teriam que ser dirigidas por motoristas não identificados com o material, destreinados, sem a prática de tráfego intenso, de marcha em combóio, desconhecendo a disciplina e regras de trânsito, desambientados des des oca-mentos noturnos e conduzindo uma tropa sem o hábito de longos percursos e sem os conhecimentos práticos que as operações de guerra exigem, pois a cada momento, uma incur-são aérea poderia perturbar os acontecimentos e ocasionar sérios danos, já que caminhávamos para a Zona de Combate.

Não resta a menor dúvida que, na organização meticolosa de um deslocamento, está o segredo do seu sucesso. Conhecidas as ordens do Comando, os escalões executantes devem prever todos os detalhes, instruir motoristas e tropa a se deslocar, de modo que todos saibam a unidade de marcha a que pertencem, o número de ordem de sua viatura no comboio, as regras de trânsito, a disciplina de marcha em comboio, as medidas a serem postas em prática no caso de incursão aérea, os horários a serem cumpridos rigorosamente, o itinerário a seguir e o ponto de destino. O comandante do comboio deverá ter em mãos a ordem de deslocamento com o horário das passagens nos Pontos de Controle de Tráfego, e outros dados indispensáveis ao cumprimento de sua missão. Qualquer deslocamento é feito dentro de uma operação militar e como simples passageiro, uma vez que cada um é parte integrantemente, os detalhes dessa operação. Ninguém viajará como simples passageiro, uma vez que cada um é parte integrante do conjunto.

E nesse primeiro deslocamento por conta própria, foram largamente infringidas as regras acima apontadas, com resultados por vezes lastimáveis. E com isso, fóra dos estragos de algum material houve a lamentar algumas baixas que foram ter aos hospitais americanos de Grosseto, à margem da estrada de marcha. Um acidente foi motivado por se ter assustado com um farol de caminhão que se deslocava em sentido contrário, o motorista de um dos veículos que transportava uns 20 homens. No primeiro susto desviou o carro de tal forma que raspou os galhos das árvores marginais; no segundo, o golpe de direção foi tal que o carro saiu da estrada e virou em terreno de nível mais baixo, ocasionando 18 ferimentos e a morte do próprio motorista. E isso verificou-se porque o homem não estava habituado a dirigir, tendo contra os olhos, os faróis de um carro em sentido contrário e nem sabia que os faróis não se apagavam, como é hábito entre nós.

Lá o número de veículos era tal que não permitia o cumprimento dessa praxe. Mais tarde, já práticos nos deslocamentos à noite, conheciamos a presença de carros italianos nas estradas pelo pisca-pisca de seus faróis, pois ficavam tonotos e paravam os seus veículos sistemáticamente, os motoristas, donos das estradas, anteriormente...

O percurso foi de 195 quilômetros, percorridos de uma só vez e com uma velocidade prescrita de 30 Km. em comboio. E por todo esse percurso as alterações foram de tal monta que

os órgãos de controle do tráfego americano registraram fatos inéditos em sua longa prática de circulação.

Mas apesar de tódas essas dificuldades e contratemplos, o 1.º Escalão instalou-se na região de Vada, dentro do prazo estabelecido, conseguindo um pouco mais de experiência à custa de algum material inutilizado, um número regular de feridos, inclusive um oficial de braço quebrado por ter dormido na direção do seu jeep, e a morte de um motorista.

3.º ESTACIONAMENTO EM VADA

O estacionamento em Vada foi instalado numa grande área cultivada e no meio de videiras carregadas. A tropa cíduou de suas próprias instalações em barracas, enquanto que os Q. G. da I. D. e 1.ª D. I. E. utilizaram grandes construções existentes no local.

Como sempre a poeira fina e incômoda constituiu uma das notas desagradáveis do estacionamento.

Nessa região, já próximo da frente, os depósitos americanos eram em maior número e distribuídos por pontos diversos, de acordo com as suas especialidades.

Além dos suprimentos normais, para a vida da tropa, outros foram recebidos, pois os corpos continuaram a pedir material para o seu equipamento, assim como munições para a sua instrução, agora já em fase de grande intensidade.

Incorporado o 1.º Escalão ao 5.º Exército, depois da visita e revista passada pelo General Clark, a 25 de agosto de 1944, os nossos entendimentos foram diretos com aquela Grande Unidade, facilitando sobremodo o equipamento final.

As visitas dos oficiais americanos aos diversos órgãos brasileiros eram diárias e isso concorreu para a rápida satisfação de nossas necessidades.

Os depósitos americanos de Classes I, II e III estavam em Cecina e os brasileiros, de material de intendência, continuavam em Cevitavecchia enquanto que os de viveres e o reembolsável foram instalados em Vada.

A estadia nesse estacionamento foi mais demorada e com isso todos os elementos dos Serviços, assim como o chefe da Seção, estagiaram em órgãos correspondentes americanos, de Divisões empenhadas na frente.

Nessa altura, as viaturas brasileiras percorriam largos lances de estrada e com isso tiveram início as infrações das

regras de tráfego, como — falta de licença para trafegar; ausência de documentos de direção; excesso de velocidade; desastres; enfim um número variado de ocorrências que levaram o Comando ao emprêgo de multas pesadas contra os infratores. Foram catalogadas as faltas passíveis de multa e a nossa Polícia Militar entrou em ação.

A 4.^a Seção, a pedido do 5.^º Exército, traduziu o Regulamento para o Contrôle do Tráfego que mais tarde foi distribuído a todos os motoristas e pessoas interessadas.

Com isso, os depósitos em liras, que passaram a ser feitos na Agência do Banco do Brasil, foram subindo rapidamente com as multas impostas rigorosamente a praças e oficiais, sendo que estas pagavam em dôbro.

A região de Vada era salubre tanto que atingiu a 106 apenas o número de baixas, no período de 17 de agosto a 17 de setembro, tempo de duração de nossa estadia naquela local.

Para que se tenha uma idéia do valor dos acidentes de tráfego, basta que se saiba — das 314 baixas havidas nos meses de agosto e setembro, 80 foram provenientes de acidentes de tráfego e 21 de feridos em combate, pois nessa altura já havia entrado em ação o Destacamento da F. E. B.

As evacuações dos feridos e doentes era feita para o 64.^º Hospital Geral, em Ardensa, próximo a Livorno e para o 38.^º Hospital de Evacuação, em Santa Luce, onde havia uma Seção Hospital Brasileira.

Em Vada foi organizado o Destacamento da F. E. B. (6.^º Combat Team) que se compunha dos seguintes elementos:

Comando e Q. G. da I. D.

6.º o R. I.

II Grupo de Artilharia

Pel. do Esq. Reconhecimento

Destacamento do 9.^º B. E. (1 Cia. e mais elementos)

Destacamento do 1.^º B. S. (1 Cia. Evac. e 1 Pel. Trat.)

Destacamento da Cia. de Transmissões

Pel. Transporte da Cia. Intendência.

Pel. Polícia

Pel. de Sepultamento

Cia. Manutenção.

O Q. G. do Destacamento dispunha de E. M. com quatro seções e Chefias de alguns Serviços: Saúde, Intendência, Transmissões, Engenharia. Os três últimos chefes eram os

próprios comandantes dos elementos respectivos. Funcionava junto a 4.^a Seção, o oficial das munições, como elemento do S. M. B.

A 13 de setembro o Destacamento deslocou-se por sua conta própria, para a região de Ospedaletto, a S. E. de Pisa, a fim de se empenhar na luta, ao lado das tropas americanas.

A experiência, embora pequena mas convincente dos movimentos anteriores, deu em resultado um deslocamento bem satisfatório, feito por unidades constituidas e dentro dos preceitos estabelecidos para um transporte de tropas em campanha.

O 1.^º Escalão da F. E. B. ficou dividido em três partes distintas: Quartel General da 1.^a D. I. E. Destacamento da F. E. B. e Órgãos Não Divisionários (Depósito de Intendência, Correio, Pagadoria Fixa, Seções Hospitalares).

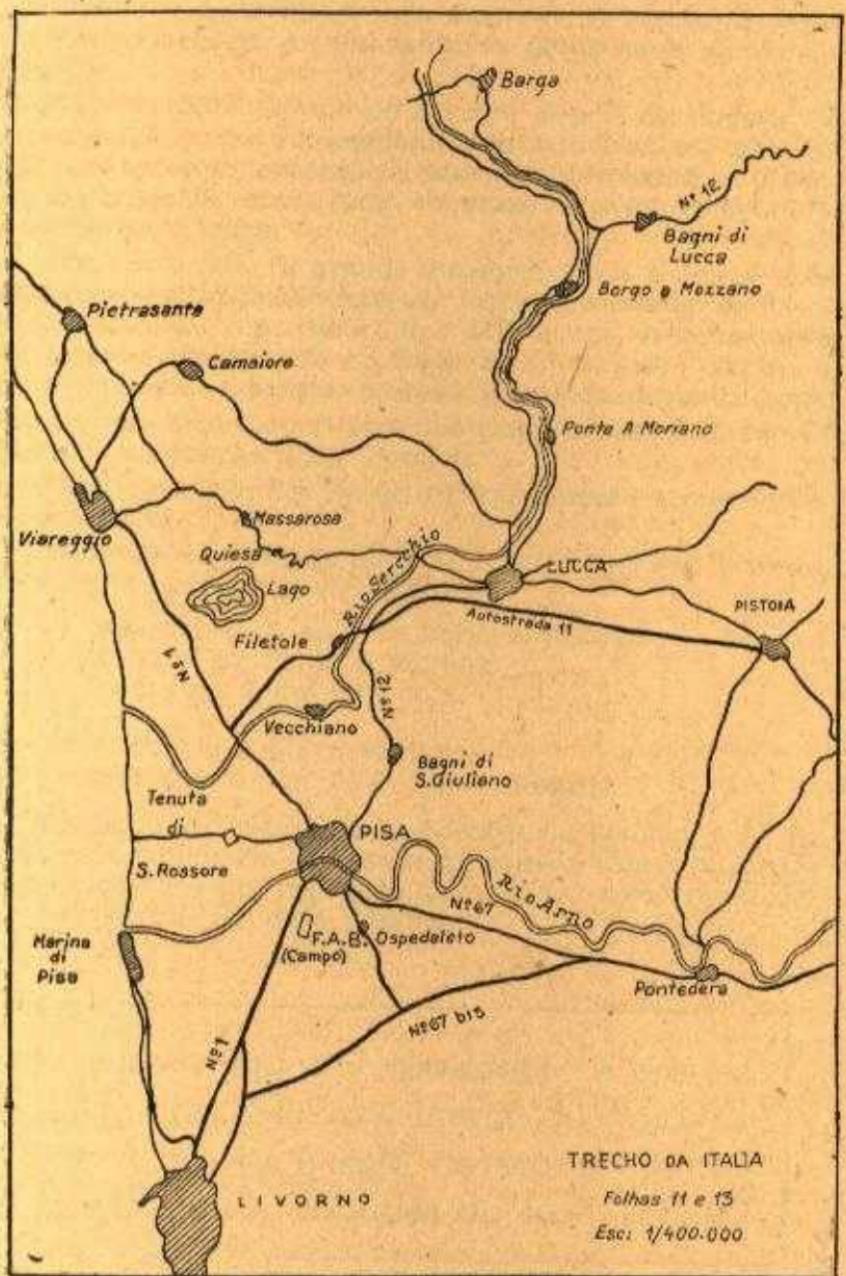
O Q. G. ainda em Vada reconheceu o local de seu novo estacionamento, na Tenuta de S. Rossore, terrenos do Palácio Real, a oeste de Pisa, para aonde se transferiu nos dias 16 e 17 de setembro. Aí melhor manteria ligação com as tropas empenhadas e aguardaria a chegada do 2.^º Escalão, para o qual os americanos montavam um estacionamento, a 500 metros do local onde se achava o Quartel General.

DESTACAMENTO DA F. E. B.

Durante a fase das operações a cargo do Destacamento da F. E. B., inicialmente no litoral e posteriormente no vale do Rio Serchio, o E. M. Zenóbio teve a incumbência de solucionar os problemas de combate e de suprimento do referido Destacamento.

O Chefe da 4.^a Seção daquêle E. M. era também Chefe da 1.^a Seção e Ajudante Geral. Possuia dois adjuntos, um responsável pelos suprimentos de material bélico e outro, pelas questões do pessoal e da Ajudância.

Os suprimentos de víveres e forragem, ficaram a cargo do Cmt. do Pelotão de Intendência, como Chefe do Serviço respectivo, enquanto que o Serviço de Saúde tinha como Chefe, um oficial médico, o Inspetor Sanitário da Divisão e como órgãos de execução, uma Companhia de Evacuação e um Pelotão de Tratamento, do Batalhão de Saúde. As Transmissões corriam por conta de um destacamento de transmissões, da Cia. respectiva, sendo Chefe do Serviço o Cmt. desse



TRECHO DA ITALIA

Folhas 11 e 13

Esc: 1/400.000

O "TUTORIAL"

[Observações de F. LEANVENWORTH]

Major JOSÉ H. GARCIA

Instrutor da E. A. C.

Não escreveremos sob uma primeira impressão, o fazemos após um pequeno período de meditação e "auscultação".

"Tutorial" ou "Tutorial reviews" é um sistema de instrução para o qual os alunos são grupados em turmas e sob a supervisão de um instrutor, reunem-se num fim de fase de instrução, aqui em geral fim de semana, para discutir os pontos principais da matéria dada, particularmente, eliminar dúvidas que hajam persistido ou surgido com a instrução e habituar-se a trabalhar em conjunto, em cooperação, às consultas.

Para isso, os alunos recebem um questionário, o qual é organizado com a finalidade de chamar sua atenção para os pontos mais importantes das diversas matérias dadas; de posse desse documento, todos procuram estudar as respostas que darão a qualquer daquelas perguntas, escrevendo-as ou anotando-as apenas; anotando também os pontos sobre os quais têm dúvida ou sobre os quais têm ideias — note-se bem ideias — que julgam interessantes.

Deste modo vai o aluno para a sala de aula, perfeitamente senhor das partes mais importantes de cada matéria dada e em condições de defender seus pontos de vista de acordo com os documentos que leva para a sala ou com seu bom senso, ou com as lições que aprendeu na guerra.

Até aqui, não há necessidade de grande argumentação para mostrar que este processo de trabalho é capaz de oferecer bons resultados; mas a excelência dele está justamente no modo de ser conduzido pelo instrutor, no ambiente criado e

mantido durante os trabalhos e particularmente na opinião dos próprios alunos sobre os resultados dêste trabalho.

O ambiente — Os trabalhos se processam em mesa redonda, qualquer um diz o que pensa, cabendo, é natural, em caso de dúvida persistente, a palavra ao instrutor.

Assistimos a vários trabalhos desta natureza e alguns pontos julgamos interessante salientar.

O instrutor abrindo os trabalhos disse como funcionaria aquela **comissão**, um aluno com a palavra faria perguntas aos seus camaradas, as respostas tinham que satisfazer a todos, do contrário qualquer tinha o direito de falar sobre suas dúvidas, em último caso o instrutor surgiria com as suas, mas isto aconteceu raramente, em geral os próprios alunos esclareciam todos os pontos. Só se passava a outra pergunta, quando nenhuma dúvida mais existia sobre a anterior em discussão; o "no questions" era o sinal para o novo quésito.

Algumas observações sobre o funcionamento. — O instrutor iniciou o trabalho no seu tamanho natural, mas notamos que aos poucos ele foi diminuindo de tamanho até parecer que não estava na sala; isto foi feito de tal modo e com tal técnica que tivemos a impressão que conseguiu amplamente o que desejava; então, observamos que o instrutor não toma parte ativa, ele fica ali "pronto a" como dizemos comumente para uma unidade em reserva.

Os alunos respondiam e discutiam os assuntos como se não estivesse presente o instrutor; várias vezes observamos perguntas dirigidas ao instrutor serem respondidas por alunos, mesmo porque o instrutor estava perfeitamente equilibrado, completamente cônscio do que queria obter e realmente obtinha, retardando respostas decisivas.

Quando algum olhar insistente exige o seu "veredictum", ele calmaamente tossia, acendia um cigarro com todos os seus atos preparatórios e em geral não respondia porque um dos alunos já havia tomado a palavra.

Tivemos a impressão que o instrutor aqui, embora oficial superior com o curso de E. Maior, não é para os oficiais alunos "um bicho tatú" como noutros lugares.

Outro ponto a salientar, é que o instrutor deve ter um conhecimento de toda a matéria; é claro que isto exige trabalho. Mas sobre isto observamos um facto que não é comum: inquerido o instrutor, após o máximo de ação retardadora possível, teve que se manifestar, tratava-se de um símbolo de in-

fantaria e o instrutor era de aviação, notamos que ele também tinha dúvidas, mas, o que ele não teve, foi dúvida em levantar-se e ir na sala ao lado onde estava um instrutor de infantaria e voltar de lá com a resposta que a todos satisfez.

Quaisquer que sejam as dúvidas e as perguntas, as vozes continuam no mesmo diapasão; não se nota afetação e tem-se a impressão de que sinceramente todos desejam se esclarecer.

E' comum surgirem casos vívidos que são ouvidos com respeito e muita atenção.

Ninguém, nos pareceu ter pejo de manifestar que não sabe uma determinada coisa e tomar nota da referência fornecida pelo companheiro do lado.

Como vêm os camaradas que nos lêm é sobre a condução do trabalho que estamos chamando a atenção e isto é particularmente porque julgamos que nela está o segredo do resultado.

Transcorridos os trabalhos, num ambiente como o que acabamos de descrever, trabalho de 4 horas consecutivas apenas com pequenos intervalos de 10 minutos, 15 minutos antes do fim da sessão o instrutor, pergunta se alguém tem dúvida; surgida esta, ele procura esclarecer.

Considerações gerais sobre este sistema de trabalho — Como instrutor que temos sido e que somos atualmente, achamos um sistema perfeitamente aplicável ao nosso meio, mas desde que o façamos com objetividade.

Qualquer matéria se presta a este gênero de trabalho. Exige, não negamos, muito esforço dos instrutores, mas os resultados serão ótimos. Não teremos, é claro, os gráus baixos tão comuns em nossas escolas, porque todos irão para as sabatinas sem dúvidas e com os pontos capitais de cada matéria perfeitamente ventilados.

Outra vantagem que nos trará será a criação do hábito tão necessário entre nós do trabalho em conjunto, caminho seguro para obter bons adjuntos e chefes de secção de E. Maior.

Outro resultado que podemos colher é o que surgirá naturalmente da discussão dos quésitos. E' comum aqui um capitão dirigir-se a um coronel que responde a pergunta de um terceiro pedindo-lhe para esclarecer tal ponto, que realmente não tinha ficado claro; e é mais comum ainda o coronel, que está fazendo o curso como os outros, dizer que realmen-

te ele também não têm certeza daquilo e outras idéias vêm completar as do capitão e as do coronel.

Não há susceptibilidades feridas, justamente porque não há, podemos dizer, complexos; o pensamento que domina é o do esclarecimento completo.

Nota final — Hoje aqui estamos no Brasil e podemos juntar às observações acima algumas colhidas em experiências que tivemos ocasião de fazer em trabalhos, com a turma de Cavalaria que a 21 de Agosto findou seu curso de aperfeiçoamento.

Não aplicamos exatamente o processo como fazem na América; organizamos 5 grupos de 6 oficiais e nêstes não havia instrutores para dirigir os trabalhos, estes apenas observavam as discussões que eram dirigidas pelo oficial mais antigo do grupo.

Não havia uma série de perguntas, mas alguns pontos a esclarecer perfeitamente definidos com referência a uma determinada operação.

Findo o tempo concedido, pedíamos a um oficial de cada grupo que expressasse a opinião do mesmo sobre determinado ponto; esta opinião era discutida por algum dos outros grupos até que se chegava a um ponto pacífico, passando-se então a outros pontos.

Repetimos a aplicação no estudo de um problema tático; em todos, os resultados foram ótimos, não só pelo interesse que despertou nos grupos como pelo próprio trabalho apresentado.

Durante as manobras, no fim do curso, a maioria dos trabalhos foi realizado por grupos e os resultados foram muito bons.

Há observações com referência ao trabalho individual nêstes grupos: há oficiais que por temperamento empenham-se logo a fundo e outros que se conservam à margem. Para estes maus vemos dois remédios: qualquer oficial deve estar em condições de expressar com clareza a opinião assentada no grupo e nenhum quer "enterrar" o grupo amigo, defendendo mal suas idéias ou suas decisões; outro, é a escala de cada um para uma função, o que se aplica especialmente nos trabalhos táticos, onde individualmente são obrigados a cooperar com o chefe designado e redigir e manter em dia a documentação referente à operação em estudo.

Em qualquer caso, os menos interessados por temperamento ou por sabedoria, mesmo permanecendo como ouvintes ainda aproveitam.

Finalizando devemos dizer, que não vemos diferença entre este processo e o da discussão dirigida, prescrito em nossos regulamentos e pelos vários mestres que temos tido desde quase quatro decênios, mas sim, diferença entre o processo apresentado e o que comumente praticamos, que não é discussão entre os alunos, mas discussão entre um instrutor que traz as respostas no bolso e alunos cheios de complexos.

Os mais belos contos, dos mais famosos autores

DE AMOR

- 1a. Série — Cr\$ 22,00
- 2a. Série — Cr\$ 20,00
- 3a. Série — Cr\$ 20,00
- 4a. Série — Cr\$ 20,00

Cada uma destas séries é independente das outras, pode ler-se por separado e forma um gresso volume luxuosamente apresentado, adornado com belíssima capa em cores.



ALUCINANTES

Cr\$ 22,00

- | | |
|----------------------------|------------|
| Russos - 1a. Série . . . | Cr\$ 22,00 |
| Russos - 2a. Série . . . | Cr\$ 20,00 |
| Galantes | Cr\$ 25,00 |
| Românticos | Cr\$ 20,00 |
| Norte-Americanos . . . | Cr\$ 20,00 |
| Brasileiros de amor . . | Cr\$ 25,00 |
| Terroríficos - 1a. Série . | Cr\$ 20,00 |
| Terroríficos - 2a. Série . | Cr\$ 20,00 |
| Humorísticos-1a. Série . | Cr\$ 20,00 |
| Humorísticos-2a. Série . | Cr\$ 20,00 |
| Para ler a dois | Cr\$ 25,00 |
| Hispano-Americanos . . | Cr\$ 25,00 |

CASA EDITORA VECCHI LTDA.

Rua do Rezende n. 144

— Distrito Federal

FAÇAMOS UMA EXPERIÊNCIA

Cap. JUVÉNCIO REIS

Na hora que passa, entre os vários fatores da crise que nos vem avassalando, e dia a dia, mais se faz sentir, avulta sem dúvida a fuga do homem do campo para a cidade, acarretando naturalmente, uma outra série de problemas de magna importância.

Várias são as providências tomadas pelo governo, no sentido de atenuar a situação da nossa lavoura, e inúmeros estudiosos têm se ocupado do assunto.

Entre a série de causas geralmente apontadas como provocadoras ou concorrentes dessa ausência de braços, está a obrigatoriedade do Serviço Militar. Muito embora é claro, existam inúmeros outros fatores, cuja análise seria desnecessária, não está o mesmo totalmente isento da responsabilidade de que lhe cabe neste particular, apesar do natural afluxo da população brasileira, se adensando ao longo da grande costa atlântica, pela maior facilidade que se lhes oferece. Fenômeno social que dia a dia mais se avoluma em consequência do desequilíbrio imposto pela guerra, entre a produção rural e a industrial, forçando a busca e intensa transição em que nos encontramos, fugindo ao velho regimen patriacial do "senhor de engenho".

Aos que labutam na caserna, esta verdade é cada vez mais patente, não havendo mesmo exagero em afirmar que, em alguns Corpos, o número de homens oriundos do campo, atinge uma elevada percentagem em seus efetivos. Percentagem esta, consequente do maior incremento dos Tiros de Guerra, Núcleos e Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e das Companhias Quadros que, apesar da sua alta finalidade e dos resultados práticos alcançados, para ela concorreram, pela quase impossibilidade total de serem frequentados pelos homens em idade militar que se dedicam às ativi-

dades ágro-pecuárias. Esta realidade, tem merecido a devida consideração dos nossos dirigentes, manifestada pelo artigo 7.º do Dec.-Lei n.º 7.343, de 26-II-945, concretizado pelo Aviso Ministerial n.º 371, de 21 de março de 1946, que manda licenciar os conscritos provindos da lavoura, e, posteriormente, pelo Despacho de 13-V-946, dispensando do Serviço Militar um determinado número de municípios do País, conforme fez público os Diários Oficiais de 18 e 29 de maio do mesmo ano.

Medidas de caráter transitório naturalmente, uma vez que não satisfazem aos interesses da Defesa Nacional, sendo mesmo a última delas, sob determinado aspecto, um tanto injusta.

Ninguém poderá negar entretanto, os benefícios de ordem moral, intelectual e físico, usufruídos por êsses jovens em sua lide cotidiana nos quartéis. E' indiscutível porém, a tendência natural nêles despertada, por uma vida mais fácil e de maior conforto, originada quase sempre pelo contraste frisante que essa nova situação lhes oferece, principalmente, quando designados para servirem em guarnições localizadas nos grandes centros ou em suas círcunvizinhanças. Ai temos a principal e involuntária responsabilidade do nosso atual Serviço Militar, agravada naturalmente, pela nossa extensão territorial e pela falta de recursos em que nos debatemos e, em consequência da qual, ainda não foi possível dotar a Nação em todos os rincões dos seus diferentes quadrantes, de uma assistência social completa.

Em um País cuja economia assenta quase exclusivamente nos frutos da terra, e onde "a quinta parte da sua população trabalha e vive na lavoura", "não se faz a prática tem demonstrado, a reforma da agricultura, sem o concurso do lavrador". São êles homens de luta, cultivam e criam a base da nossa economia, experimentando o peso das dificuldades, exigem por isso fatos e não aceitam palavras com facilidade, tendo muito mais habilidade em assimilar conhecimentos pelos olhos do que pelos ouvidos. E' necessário, sejam êles postos em condições convenientes de educação e de técnica, uma vez que tem sido descuidada a sua instrução, desconhecendo geralmente até os princípios básicos da defesa da própria saúde, para não falarmos da ignorância dos conhecimentos elementares indispensáveis à exploração racional da agricultura, e da dependência econômica em que vivem.

Temos procurado solver o problema com um maior incremento imigratório. Aos estrangeiros oferecemos terras e as-

sistência do Estado, esquecendo porém, que o seu nível intelectual é geralmente bem mais elevado que o do nosso lavrador, estão acostumados a um conforto que ainda não podemos oferecer, em condições climáticas diversas e onde os meios de comunicação e transporte ainda deixam muito a desejar. Em consequência, pouco tempo depois, verificamos que estas famílias abandonam as terras onde foram localizadas e juntam-se ao grande exodo rural, vindo aumentar as nossas dificuldades urbanas. Por que não empregamos estes esforços em prol da nossa gente?

Possuimos ainda um número de técnicos relativamente pequeno, e é preciso possibilitar a difusão dos seus conhecimentos, dentro dos parcisos recursos de que podemos dispôr, dando-lhes maior assistência e meios, proporcionando assim, maiores horizontes às nossas populações rurais e portanto ao Brasil.

No campo da indústria, algo tem sido levado a efeito com a disseminação de escolas profissionais, no intuito de amparar o futuro de milhares de crianças, e de melhorar a nossa produção, face às imposições da era da máquina. No campo da agricultura porém, pouco ou nada tem sido feito neste particular.

Não é sem consternação, que assistimos à redução por que passam os nossos efetivos, no momento em que outras nações procuram manter ou mesmo elevar as suas forças, muito embora seja ela uma imposição de ordem econômica.

Incitado por estas reflexões, e estimulado pela preocupação e boa vontade demonstrada pelos dirigentes do País, em atenuar as causas provocadoras da atual situação, é que me aventure apresentar sem qualquer pretensão, algumas sugestões que, depois de convenientemente adaptadas às exigências das possibilidades e mútua cooperação entre os diferentes órgãos administrativos, poderão diminuir de algum modo, os efeitos que tão vivamente já se fazem sentir.

De acordo com o que estabelece o Regulamento Provisório para a Instrução dos Quadros e da Tropa, é o ano de instrução dividido em quatro períodos distintos, com a duração total de doze meses, assim discriminados:

- 1.º — Período de recrutas — 4 meses;
- 2.º — Período ed sub-unidades — 3 meses;
- 3.º — Período de Unidades — 2 meses;
- 4.º — Período de manobras — 3 meses (15 a 20 dias propriamente dito).

Estatui ainda o mesmo regulamento: "Sob nenhum pretexto os recrutas poderão ser desviados da instrução no período de Recrutas". Temos assim, um 1.^º período destinado a uma instrução intensa e minuciosa; findo este, ao qual antigamente eram destinados seis meses, os homens serão considerados mobilizáveis, com exceção dos retardatários. Nos períodos seguintes, a intensidade vai diminuindo progressivamente, destinando-se a exercícios no âmbito de maior conjunto, e a um permanente aperfeiçoamento do que lhes foi ministrado no primeiro, cuidando-se principalmente do aprimoramento dos quadros.

Sem ferirmos os princípios básicos dos nossos regulamentos, poderíamos dedicar durante os dois últimos períodos, um determinado número de horas por semana, à aprendizagem técnica e prática da agricultura aos homens dela provindos, instruídos por especialistas do respectivo ministério. Esta instrução poderá ser dada em turmas de efetivo variável ou em conjunto, de acordo com os meios disponíveis e as exigências da pedagogia, com exceção dos dias em que se realizem os exercícios de Unidade ou Manobras.

Dentro desta idéia, acredito que seria mais prático aproveitarmos todos os jovens em idade de conscrição, dando-lhes uma boa instrução militar, ao par de um aprendizado prático e útil às suas atividades cívicas, do que dispensá-los do Serviço Militar. Prejudicados os campos, pela ausência temporária dos seus braços, seriam recompensados sobejamente, por um cultivo posterior, mais hábil e melhor orientado.

Naturalmente, estas sugestões não dizem respeito às Unidades sediadas nos grandes centros, e às indispensáveis as necessidades previstas pelo nosso Estado Maior, para as quais deverão ser encaminhados de preferência, os não oriundos das atividades ágro-pecuárias.

Para maior facilidade de difusão, poderíamos aumentar o número das Companhias Isoladas, ou criarmos o que chamariei de Núcleos de Instrução, formados pelo conjunto de uma Companhia Independente e uma Companhia Quadros, ambas calculadas nos moldes e finalidades das atuais, onde os componentes da Cia. Independente seriam recrutados entre os lavradores das regiões em que fôssem localizados, junto à Campos Experimentais de agricultura. Com isto, manteríamos os homens no seu meio ambiente, despertando-lhe um maior interesses pelos recursos que a terra lhes poderá for-

necer, e acima de tudo, obteríamos o ideal do ensino e do trabalho disciplinado.

Como incentivo de grande alcance, aos homens que maior interesse tivessem demonstrado e melhores resultados práticos conseguissem durante o curso, desde que não possuíssem terras próprias, lhes seriam ofertadas pelo Estado, a título provisório, uma determinada faixa de terra, onde poderiam aplicar os ensinamentos colhidos, tornando-se definitivamente seus proprietários, após terem provado concretamente, durante um lapso de tempo previamente estabelecido, estarem dispostos a levar a término o seu desenvolvimento. Seríamos assim, mais justos e mais patrióticos, do que presentiando-as a filhos de outras glebas.

Argumentarão alguns, não ser isto exequível, ou que o Exército não é uma escola de produção de riquezas, mas acrediito que tudo isto será superado, se houver um pouco de boa vontade.

O Brasil, por sua formação e constituição, apresenta características típicas, diversas das demais nações, pelo que seremos forçados a adotar, mais cedo ou mais tarde, processos autônomos, orientados por um espírito prático e realizador que nos faça fugir das concepções sistemáticas.

Façamos uma experiência, inicialmente com uns dois ou três Núcleos ou Cias. Isoladas, em zonas diferentes, sob o comando de oficiais que, identificados com estas idéias, voluntariamente estejam dispostos a empregar o melhor do seu esforço em benefício da coletividade, e, pelos resultados alcançados, poderão então os dirigentes do País, ajuizarem concretamente, sobre a conveniência ou não de sua adoção. Não faltarão municípios dispostos a oferecerem gratuitamente as instalações necessárias, nem mesmo quem, espontaneamente, se prontifique a ceder terras para este fim.

Pela exiguidade do tempo disponível para este aprendizado, segundo a idéia geral acima exposta, será necessário o máximo cuidado na elaboração dos programas, variando de acordo com as necessidades das regiões onde serão aplicados, mas, calcados tanto quanto possível, dentro de um espírito eminentemente prático, por ser vastíssimo o campo do ensino ágro-pecuário.

O Serviço Veterinário do Exército, que tantos e tão relevantes serviços tem prestado, principalmente na seleção e

desenvolvimento dos nossos rebanhos equinos, poderá encontrar aí, um novo e vasto campo de atividade, pois assiste dia a dia a redução cada vez maior de sua aplicabilidade, face à motorização das nossas fôrças.

Finalmente, as terras utilizadas nestes ensinamentos, darão seus frutos, os quais poderão ser empregados na alimentação da própria tropa, ou no abastecimento das cidades, vendidos por intermédio do Ministério da Agricultura, o que representaria de qualquer modo uma contribuição para a economia e bem estar do País.

E' lamentável que uma promoção por merecimento provoque indignação; mais lamentável ainda, é quando provoca hilaridade. -- ANDRÉ ROUJOV.

J. J. PEREIRA LOURO

Engenheiro Civil e Electrotécnico

Plantas

Empreiteira

Divisões

Projetos

Fiscalisa

Medições

Calculos de

Administra

e

Concreto armado

Construções Civis

Loteamentos de terras

RUA Dr. ALENCAR LIMA, 12-1.º andar-Sala 6-TEL. 2356-PETROPOLIS

JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA

Ten. Cel. Auditor ADALBERTO BARRETO

1.^a AUDITORIA DA F. E. B.

Homicídio doloso — Erro de fato — Legítima defesa subjetiva
— **Excesso culposo — Justificativas criminais — Homicídio culposo.**

O reconhecimento da defesa subjetiva ou **putativa** é agora plenamente autorizado pelo novo Estatuto Penal Militar — O **excesso culposo**, nesta, deve também ser punido, quando o fato fôr classificado como delito culposo — A **spécies dolosa** fica excluída com o reconhecimento de que o agente “por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.” — Não age em **estrito cumprimento** de dever legal quem, acidentalmente, vem a fazer parte de uma patrulha e desobedece ordens recebidas — Nada tem a ver com o homicídio a **descriiminante** do art. 29 n.^o III, 2.^a parte, do C. P. M. — Constituido o **excesso culposo** crime dessa natureza, não há como absolver o agente.

SENTENÇA

VISTOS E EXAMINADOS ESTES AUTOS, ETC. ETC.

I

O Capitão Promotor, em obediência ao respeitável Acôrdo de fls. 42 e 43, denunciou o cabo MORASTHI MARTINS PINHEIRO, da Cia. de Intendência desta 1.^a D. I. E., como incursão na sanção do art. 181 do C. P. M., pelo fato que assim expõe: “No dia 13 de fevereiro do corrente ano, cerca das 23 horas, na via Florentina, em Pistoia, o acusado fazendo parte de uma diligência policial afim de apurar o assassina-

to de um soldado brasileiro, tendo recebido ordem para vigiar dita via, acendeu os faróis do "jeep" e vendo um civil italiano em atitude suspeita, transgredindo as ordens sobre "copri-fuoco", intimou-o a parar e como não fosse atendido, fez mais dois disparos em direção do referido civil, indo um dos projéteis causar no civil Cappellini Silvano di Giulio os ferimentos descritos a fls. 28 e 29, que foram a causa eficiente de sua morte".

Anteriormente, havia o representante do M. P. pedido o arquivamento do inquérito, por não ter encontrado crime a punir — fls. 39.

Recebida a denúncia; citado o réu; ouvidas três testemunhas: duas de acusação e uma de defesa, foi feito o interrogatório do acusado — fls. 66.

As testemunhas confirmaram as suas declarações prestadas no I. P. M. e trouxeram novos esclarecimentos ao processo — fls. 8, 16 e 56, 18 e 63; 20 e 64.

O extrato de assentamentos do acusado abona sua conduta — civil e militar — fls. 54 e 55.

Ao inquérito policial militar se juntou o *Processo verbal e di descrizione, recognizione e sezione di cadavere* procedido pela autoridade italiana, do qual consta a autópsia do cadáver de Cappellini Silvano di Giulio, bem como um projétil nele encontrado — fls. 26 a 30. Instruem, ainda, o inquérito o *Report of Incident*, enviado pela Polícia Americana às autoridades brasileiras e o *Notice n.º 2* sobre "coprifuoco" — fls. 31 a 34. O oficial encarregado do I. P. M., capitão Teófilo Gaspar de Oliveira, no seu bem elaborado relatório de fls. 36 e 37, conclui "que se deve, assim, à imprudência do cabo Morastini, a morte do civil Cappellini, embora forçoso seja reconhecer, os motivos relevantes que o levaram a tão precipitado ato".

Na audiência de julgamento, o M. P. pediu a absolvição do acusado, sob o fundamento de que nenhuma responsabilidade cabia ao mesmo na morte do civil Cappellini. A prova dos autos autorizava o reconhecimento da justificativa prevista no art. 29, n.º III, do C. P. M. A atuação do réu como componente da patrulha policial, os seus antecedentes e outras circunstâncias apuradas no processo, evidenciavam a sua inocência.

O Tenente Advogado de Ofício secundou as palavras da Promotoria, argumentando que o seu constituinte se achava amparado pelo art. 29, n.º III, supra citado, conforme ressalta a prova colhida, inclusive a fornecida pelas próprias autoridades.

dades americanas; que o documento de fls. 34 — *Notice n.º 2* autorizava a que o acusado procedeasse da forma pela qual procedeu: *fazer fogo sobre o civil que se negasse acatar a ordem de parar*. Argumentou, finalmente, que se tratava de uma diligência difícil, sendo, aliás, o acusado armado pelo seu Comandante. Era, assim, um ato de inteira justiça a sua absolvição.

O processo não pôde correr no prazo da lei pelas razões constantes do mesmo.

II

Deste sucinto relatório e do mais que dos autos consta, verifica-se que o acusado, cabo MORASTHI MARTINS PINHEIRO, da Cia. de Intendência, tendo sido designado para reforçar uma patrulha policial, que devia capturar um civil de nacionalidade italiana, autor da morte de um soldado daquela Cia., incorporou-se à mesma, recebendo, para efetuar a diligência, um revólver "Smith Wesson", calibre 32, cano longo, do seu comandante, bem como teve, nesse momento a incumbência de conduzir, em um "jeep" o tenente Gaspar de Souza Brites, comandante da patrulha, a Barba, via Florentina (Pistoia), onde se atribuía que estivesse homiziado o assassino do soldado brasileiro, havendo antes se juntado à patrulha elementos da polícia americana. Em ai chegando, cerca de 24 horas do dia 13 de fevereiro do corrente ano, foi cercado o quarteirão da casa n.º 21, via Statali, (num beco que dá para a estrada), nela penetrando o Tenente Brites com policiais americanos, por ter sabido que dela então havia saído o criminoso, dispondo aquél oficial o seu pessoal nas devidas posições e fazendo-lhe a recomendação de que estivessem todos atentos e nada fôsse feito sem a sua ordem. O cabo Morasthi, segundo suas declarações, foi da casa referida à estrada onde se encontrava o "jeep", donde, iluminando o local com os faróis da viatura, notou que "um civil, em atitude suspeita, atravessava a estrada e se dirigia para o local em que se achava a polícia; que isso se deu cerca de 24 horas; que ao se aproximar o civil do seu "jeep", bradou-lhe, várias vezes: "Fermati paisano, que é la polícia" (sic); que entretanto o civil não lhe obedeceu e continuou andando na direção do carro; que no momento em que o dito civil notou certa aglomeração junto das casas e percebeu que era de fato a polícia que ali estava, voltou-se rapidamente e fugiu, correndo de um lado para outro, na beira da estrada; que nessa ocasião gritou-lhe muitas vezes, pelo menos quatro: "Speta paisano,

fermati paisano (sic), mas não sendo obedecido, deu três tiros para o ar com o único intento de amedrontar o civil e fazê-lo obedecer; que em vista do civil continuar a correr, deu mais dois tiros para a frente a esmo; que ao dar os dois últimos tiros nada podia distinguir, pois atirou no escuro e sabia que o civil não podia estar a menos de uns trinta metros; que ao voltar para o "jeep", encontrou-se com tenente Brites a quem deu todas as informações sobre o que se passou, etc., etc. — fls. 12 v. Linhas adiante, sob perguntas, esclareceu que "no momento em que acendeu os faróis do "jeep", viu o civil, cerca de dez metros do carro, ainda na estrada, mas se dirigindo para o "beco", que o civil ouviu a sua intimação, pois gritou, em voz bem alta, e estava ele apenas 2 ou 3 metros de distância do depoente; que o dito civil ao voltar-se e correr passou novamente junto ao depoente, tendo nessa ocasião repetido: "Speta paisano, fermati" (sic), etc. — fls. 13 v.

O cabo Chopanides, que tomou parte na diligência, depõe que "encaminhava-se do "beco" para a estrada, quando ouviu gritos e viu o vulto de um civil correndo em direção oposta a do depoente e logo em seguida viu um clarão e ouviu o estampido de 5 tiros, etc., etc. — fls. 18 v. O 3.º sargento Pistacchini, também componente da patrulha, declara ter ouvido tiros e gritos, estes "numa mistura de português e italiano" — fls. 18 v. O *Report of Incident* da polícia americana esclarece que Silvano Cappellini saindo da casa de Bargiacci, na via Statali, n.º 55, de regresso à sua casa, na mesma via n.º 17, caminhava pela rua, em direção à esquina, onde o cabo Morasthi se achava parado. Mandou então este que Cappellini fizesse alto e lhe perguntou a onde ia. Respondendo Cappellini, que se dirigia para casa, mas, no mesmo instante, voltou-se, seguindo a direção pela qual viera, etc. etc. — fls. 52. O referido documento, *Report of Incident* dá como explicação possível da ocorrência o medo ou receio que Cappellini devia ter tido da polícia, porque soubesse que havia sido morto um soldado brasileiro à tarde do dia em que se realizava a diligência — fls. 32. O tenente Brites, ouvido em juízo, confirma as suas declarações prestadas no inquérito e dá outros esclarecimentos ao fato, inteiramente favoráveis ao réu, tais como: "que as medidas tomadas se justificavam plenamente, tendo em vista que a população local se compunha de grande número de elementos fascistas, que não podiam ser identificados facilmente os quais, por diversas vezes, aproveitando-se da escuridão praticavam atos de vingança, como o que tinha

ocorrido momentos antes com o soldado Walter Pereira de Souza, que fôra assassinado; que acha ter sido acertado o ato do acusado, uma vez que tinha recebido ordem para iluminar o "beco" onde se praticava a diligência e para não deixar ninguém dali sair, etc., etc.; que o cabo Morasthi tinha conhecimento das determinações contidas no aviso do Comandante Militar Aliado, a f's. 34, sobre "coprifuoco", etc. etc. — fls. 56 e 56v. O sargento Pistacchini, também ouvido em juízo, confirma as suas declarações no inquérito, e esclarece "que partiu para esta diligência armado de carabina por ordem do capitão Feliceti, seu comandante, em vista de se tratar de uma diligência policial, à noite, para elucidar o assassinato de seu companheiro, sem se saber de onde havia partido o tiro que lhe causou a morte", etc. — fls. 63. A testemunha de defesa, capitão Victor Feliceti, presta o seguinte esclarecimento, confirmando, nesse passo, as declarações do tenente Brites: "que tem absoluta convicção de que não sómente o denunciado, como todos os demais elementos da Cia. tinham conhecimento de que a partir de 23 horas os civis não podiam estar na rua, como também tinham conhecimento êstes de que no caso de não atenderem a uma sentinela ou a um chamado qualquer de autoridade militar, podiam êles ser alvejados, etc., etc. — fls. 64.

Contrariamente às declarações do acusado, sómente há propriamente o relato feito pelas autoridades americanas, às fls. 31 a 33, no *Report of Incident* como se vê do trecho supra transcrito. Por êsse documento, o civil Cappellini não teria atravessado a estrada, nem vinha em direção ao beco, visto que se encontrava no dito beco. Naquêle documento se lê que "about 24.00 hours a civilian, Silvano Cappellini, left the home of Bragiacci Sviei Mario, via Statale n.º 55, to return to his home at via Statale n.c 17" e que "he walked down the Street to the corner where Capt. Pinheiro was standing" — fls. 31 32, constituindo essa via, (que o americano chama de "village"), o beco em questão, onde, no n.º 21, se encontrava a casa em que penetrou o Ten. Brites com os policiais americanos. Assim, num extremo estava a casa de n.º 55, donde saiu Cappellini, no outro, a casa de n.º 17 de Cappellini e no meio a casa de n.º 21, em que se procedeia a diligência. Confirma-se a passagem do *Report of Incident* de que o civil se encontrava aparentemente morto, cerca de 25 jardas do local — com a declaração do sargento Pistacchini de que havia uma pessoa caída na estrada, etc. — fls. 18.

III

Diante do que fica exposto, está sem dúvida, amparado o réu pela **dirimente do erro de fato**, prevista na 2.^a parte do art. 26 do C. P. M., que autoriza o reconhecimento da **leritima defesa subjetiva ou putativa**, mas, ao mesmo tempo, reconhecer que incorreu ele no **excesso culposo de defesa**, previsto no § único do art. 32 do referido Código. Os dispositivos invocados dispõem, respectivamente: “**E**’ isento de pena quem, por **erro plenamente justificado pelas circunstâncias**, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima” e **O agente que excede culposamente os limites da legítima defesa responde pelo fato, se este é punível como crime culposo**”. E, parece-me, a configuração jurídica que comporta a espécie, consonte os elementos colhidos nos autos, aílma expostos. Dúvida não há mais de que é agora plenamente autorizado pelo art. 26, supra transcrito, do novo Estatuto Penal, o reconhecimento da defesa **subjetiva ou putativa**. O instituto do **excesso culposo** de utilíssima aplicação é evidente. São inovações introduzidas no Código Penal comum, de 40, aliás de máxima importância, transplantadas em boa hora para o nosso. Não padece, também, dúvida de que o **excesso culposo na defesa putativa**, deve também, ser punido, quando o fato for qualificado como delito culposo. E’ o que se deduz do art. 26 § 1.^º do C. P. M., nêstes termos: “**Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo**”. Na hipótese em exame é de se fazer a capitulação do delito, como homicídio culposo, no art. 18 I, § 3.^º do C. P. M. E’ verdade que o réu foi denunciado e processado por homicídio **doleso** (art. 181), mas a espécie dolosa fica excluída com o reconhecimento de que o agente “**por erro plenamente justificado pelas circunstâncias**, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima”, ficando, porém, no caso dos autos responsável o acusado pelo **excesso culposo**, por constituir crime dessa natureza (arts. 26, § 1.^º, 32, § único e 181, § 3.^º) — (Novo Código Penal — Conferências pronunciadas na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — 1.^º Volume — Casualidade Material e Psiquica — Professor Basileu Garcia — págs. 78 e 79; Anais do 1.^º Congresso Nacional do Ministério Pùblico — 3.^º volume — Comentários ao Código Penal — Exclusão de criminalidade — Desembargador Amorim Lima — págs. 143 e 144; Comentários ao Código Penal — 5.^º volume — (Homicídio e erro essencial) — Nelson Hungria — págs. 68 e 78).

IV

As singulares condições em que ocorreu o fato, retratadas através de diferentes peças do processo, justificam perfeitamente o **erro** em que caiu o acusado. Em ambiente de guerra, num local relativamente **êrmo** e sem iluminação, a altas horas da noite, passou-se o crime. Seus protagonistas: a vítima, com 21 anos de idade, mal saído da menoridade; o acusado, com 22 anos, mal entrado na maioridade. Este, com receio de ser agredido pelo **vulto de um italiano**, a vítima, que surgiu no local onde se procedia a uma diligência policial para a captura do assassino de um soldado brasileiro, morto horas antes, desfechou contra o referido vulto alguns tiros, após intimá-lo a parar, causando-lhe morte quase imediata, vindo-se, porém, apurar, depois, que se tratava de um operário que se recolhia, desarmado, à sua residência, procedendo de uma casa vizinha, mas que, ante a presença da polícia, se desorientara, procurando então voltar na direção de onde tinha vindo, quando foi atingido mortalmente pela arma do cabo acusado, que diz tê-la detonado por cinco vezes, ou seja toda a carga, duas ou três vezes para o ar e três ou duas vezes em direção ao vulto. Está, assim, demonstrado que o réu agiu em **estado de lerítmica defesa putativa**. "A não conformidade entre a representação e a realidade", levou o acusado a **erro essencial**, e daí "supor uma situação de fato, que, se existisse, tornaria a sua ação legítima". Mas como se vê acima e de outros elementos dos autos, o cabo se **excedeu culposamente** nos limites de sua defesa. Não se fazia mister que o acusado desfechasse o número de tiros que desfechou contra Cappellini; e, ainda mais, não se justifica a morte deste. Sómente a um ato de precipitação — de imprudência do réu — se pode atribuir tal desfecho. De feito como pareceu, mui sensatamente, ao oficial encarregado do inquérito, "o cabo Morasthi poderia ter efetuado a perseguição do fugitivo sem ter usado de um recurso extremo" e, em conclusão, "que se deve, assim, à imprudência do cabo a morte do civil, embora forçoso seja reconhecer os motivos relevantes que levaram a tão precipitado ato" — fls. 37. Além disso, salienta o respeitável Acórdão do Egrégio Conselho Superior de Justiça Militar, relatado pelo Exmo. Sr. General Paula Cidade, que o cabo Morasthi Martins Pinheiro agira contra as ordens do comandante, tendo consistido uma delas, quanto à utilização do armamento, (previamente transmitida aos componentes da patrulha pelo tenente Brites), em que nada fosse feito, sem

a sua ordem — fls. 43, 17, 14 e 18 v. A inobservância das determinações do comandante da patrulha, por parte do acusado, deu, sem dúvida, causa ao evento, constituindo-o, assim, **em culpa**, pois como ensina Impallomeni “que se é sempre responsável, a **título de culpa**, pela lesão produzida, quando uma relação de causalidade exista entre a ação ou omissão, dependente de inobservância da norma de conduta, e um evento lesivo. (Istituzione di direito penale, págs. 259, ed. 1921). Certas normas que encerra o **Notice n.º 2** do Comando Aliado, não podem ser tomadas ao pé da letra, nem respeitadas em absoluto, mas dentro das situações ou condições de momento — fls. 34. Por não ter assim entendido, foi que o réu praticou violência desnecessária, excedeu-se em sua função. Está, nestas condições, perfeitamente configurado e cumpriadamente provado o crime de homicídio **culposo** que se atribui ao acusado, previsto no art. 181, § 3.º, do C. P. M., quer na sua objetividade, quer em sua subjetividade, sob a forma de **culpa estricto sensu**. Não há fugir à sua responsabilidade, o cabo Morasthi, como seu autor.

V

Não é, pois, de ser acolhido o pedido de absolvição do réu, formulado não só pela defesa mas também pela promotoria, com fundamento na **justificativa de que não há crime, quando o agente pratica o fato em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito** (art. 29 n.º III do C. P. M.).

Diga-se de inicio que há quem entenda que o **estrito cumprimento do dever** legal outra coisa não é do que a maneira **do exercício regular de direito**, porquanto quem pratica determinado ato no exato **cumprimento do dever** legal, está **exercendo um direito**. Assim entenderam também os ilustres representantes da defesa e da promotoria. Vou, no entanto, para melhor compreensão do texto, passá-lo em rápida análise, considerando as duas situações nêle contidas, como entendem outros. A primeira — não há crime quando o agente pratica o fato, em estrito cumprimento de dever legal — está fora de discussão. Não se pode aplicar ao caso, porque o qualificativo **estrito** (severo, rigoroso), que se empresta ao **cumprimento do dever**, não se compadece com as condições em que ocorreu o evento, já amplamente estudado. Era, sem dúvida, a que caberia na espécie, se não houvesse tão flagrante contradição entre ela e os fatos apurados no processo. Quanto à segunda parte do dispositivo, perquiriu-se em que **exercício**

regular de direito se encontrava o réu, quando de sua ação, para merecer o benefício legal? Era, porventura, o que lhe advinha como componente, embora accidentalmente, de uma patrulha policial? Não, por certo, visto que não exercitava ele regularmente direito algum que condísse com o exercício regular de direito, a que o legislador se refere naquela descriminante, como, entre outras, o que assiste ao pai de corrigir, castigando, o filho.

Argumenta Nelson Hungria que "A defesa de um direito atacado autoriza, se necessário, a occisão do atacante; mas não existe direito algum exercício importe a faculdade de matar". Nada tem a ver, conclui aquele autor, com o homicídio, a descrimante do art. 19, n.º III, 2.ª parte, do C. P. M., em exame. Não há, pois, como aplicá-la à espécie dos autos. Melhor ficaria ao réu, a primeira parte do dispositivo, como já me referi, se não se tivesse ele excedido no cumprimento do dever legal. Qualquer excesso como declara o desembargador Amorim Lima, em contrário àquele dispositivo, recairá sobre o agente, se reunir os elementos constitutivos de uma definição legal de crime, o que vem ainda em apóio da tese que sustento neste processo. (Obras citadas — págs. 84 e 146, respectivamente).

VI

As circunstâncias estabelecidas no art. 57 do C. P. M., sendo em geral favoráveis ao acusado, fixo a pena-base a servir de referência, no limite mínimo da pena prevista no art. 181, § 3.º, citado — um ano de detenção, conservando-a nesse limite por julgar que se compensam a agravante de ter sido o crime praticado em país estrangeiro (art. 59, n.º II, letra n) com a atenuante da ignorância ou errada compreensão da lei, quando excusáveis (art. 62, n.º III). Condeno, assim, o cabo MORASTHI MARTINS PINHEIRO à pena de UM ANO E QUATRO MESES de prisão, com o aumento e a conversão de que tratam respectivamente os arts. 314 e 42, por julgá-lo incurso no art. 181, § 3.º, todos do C. P. M., pelo que se expeça mandado de prisão contra ele e se lance seu nome no rol dos culpados.

P. I. R. e Comunique-se.

1.ª Auditoria da 1.ª D. I. E., no Rio de Janeiro, aos três dias do mês de dezembro de 1945.

N. da R. — Em acórdão de 26-12-45, do Conselho Superior de Justiça Militar, foi confirmada a sentença (D. J. de 22-1-46)

RECRUTAMENTO SELECIONADO

Cap. HUGO M. BETHLEM

Um dos mais incisivos ensinamentos que as guerras contemporâneas nos legaram foi o seguinte: quanto mais se aperfeiçoa a técnica em proveito dos materiais, mais especializados e completos precisam ser os homens que os utilizarão. As condições da guerra total de nossos dias exigem um combatente selecionado entre o escol da nacão e uma nacão por si mesma eficientemente aparelhada para sutentá-los no campo de batalha. Si é verdade que os processos de guerra atuais, escudados por materiais aperfeiçoados tendem para atingir os seus objetivos com o menor desgaste de vidas, também é verdade que, por isso, buscam o aniquilamento do adversário com meios cada vez mais mortíferos e brutais. Portanto, em equilíbrio de forças, exércitos em antagonismo, colocando a ciéncia e a arte a serviço da destruição, procurando poupar-se paradoxalmente buscam o aniquilamento mútuo. Aumenta, assim, com o desenvolvimento da técnica, a necessidade de elevadas fórcas morais, de alto valor profissional dos combatentes, de eficiéncia dos Comandos e dos Estados Maiores, da tropa e dos serviços que têm a espinha dorsal plantada no arcabouço económico e social do país.

Essas conclusões não são resultantes dos acontecimentos de ontem. Tudo isso continua atual e presente mesmo com a energia atómica e a Conferência da Paz. De um lado, a grande ameaça da bomba destruidora, começa a se esfumaçar as próprias declarações dos grandes líderes e pela possibilidade de ser posta fora da lei; assim como os gases e a guerra microbiana os homens que querem a guerra, mas querem na humanitária, voltarão aos clássicos processos, com armas mais modernas, mas sem nenhuma que aniquele de vez a humanidade. De outro lado, verifica-se que os antagonismos internacionais estão longe de ser solucionados, continuando a

predominar, através da voz das diplomacias, a presença convincente do poder bélico, para assegurar as opiniões e os interesses das potências. Todos os povos continuarão a manter forças armadas e si não forem muito grandes, certamente serão muito perfeitas.

Entretanto, as condições do mundo moderno quebraram os limites de qualquer isolacionismo. O próprio sentido de segurança nacional sofre violações e se transforma e, através vários sistemas, blocos de nações se organizam e se ajustam para as futuras competições continentais. "O mundo só" de Willkie e Roosevelt parece que ainda ficará no terreno da utopia e a complexa e mesquinha humanidade dará apenas mais um passo no rumo dêsse ideal. Congrega-se em blocos sob a licença de alguns países mais fortes, que defrontando-se desde as ideologias políticas e religiosas aos interesses econômicos e geográficos preparam-se para uma nova e mais terrível guerra. Quando virá ou se virá não sabemos, mas os meios para a sua execução estão aos olhos de todos e desenvolver-se-ão por muito tempo. Como desenvolver-se-ão? De acordo com as condições políticas-sociais-geográficas e econômicas de cada povo. Se para uma potência de 1.ª grandeza, isto representa poderosas forças armadas para nós por exemplo, representa a necessidade de poder concorrer no conjunto militar do Bloco a que pertencermos com o valor de algumas Divisões, pelo menos permanentemente vestidas, alimentadas e recompelidas em seus efetivos, além da constante necessidade de atender aos reclamos da defesa do território nátrio. Esses objetivos, estão diretamente ligados à organização econômica nacional e ao cuidadoso aproveitamento do contingente humano através um serviço militar selecionado.

De fato todas as nações sabem e sentem que, as guerras contemporâneas são absolutamente anti-econômicas — embora tenham móveis econômicos. Assim, só resistem às guerras atuais as nações econômica mente fortes. conclui-se então, que não são mais fortes as nações que se preparam exclusivamente para a guerra, mas as que se preparam para a vida, porque ricas, têm organização, educação, recursos e o manancial inesgotável dessa vitalidade subsiste à calamidade das guerras. E' impossível então, ter exércitos fortes ou bons que sejam, em nações pobres ou econômica mente desorganizadas, decorrendo o valor das forças armadas do grau de importância econômica das nações.

Podemos afirmar portanto, que sendo as forças armadas indispensáveis no estágio atual da civilização e sendo anti-económicas, é evidente que pelo menos nos países de formação capitalista, as forças armadas permanentes devem ser pequenas e perfeitas, para que com um mínimo de despesa possam dar enquadramento necessário ao desdobramento integral da nação em armas no momento da guerra.

São palavras do Presidente Truman ao expôr perante o Congresso dos EE. UU a política de post-guerra de seu governo: "Durante dezenas de anos os homens e mulheres de minha geração não viram em quasi todo o território pátrio um uniforme militar. Confio que a necessidade imperiosa que tivemos devê-los aos milhões, na defesa de nossas instituições e na da própria civilização ocidental, nos ajude a mantê-los permanentemente a nossos olhos em bom número, durante os anos futuros. Considerando, porém, que nossa mentalidade democrática e nossa estrutura económica, não permitem grandes forças armadas permanentes, utilizaremos um modelo, serviço seletivo pelo qual se possa ter no mais curto prazo de crise nacional, toda a nação, sem maiores sacrifícios, enquadradada para enfrentar o inimigo comum onde ele se apresentar".

Também os Generais Marshall e Eisenhower firmando as bases políticas da reestruturação do Exército Norte-Americano definiram nessa frase "pouco e ótimo" — o programa de ação a cumprir.

Si para os EE UU esse pouco corresponderá a um exército permanente de 1.500.000 homens, 10.000 aviões operacionais, uma poderosa esquadra e um contingente notável de sábios, dotados de todos os recursos para constantes pesquisas científicas e elaboração de novos e mais perfeitos materiais, para nós, o pouco será bem menor, mas talvez, de mais difícil formação porque contará com pessoal muito menos instruído e em condições gerais de vida e de saúde muito mais baixos.

Como pretendem os EE UU manter tais forças e cumprir seu programa militar? A resposta encontramos nas palavras do Gen. Eisenhower em discurso pronunciado na EEM — "mediante um perfeito recrutamento seletivo; uma rede de escolas que prepare um vasto número de quadros e de especialistas; um constante estímulo em prol de descobertas de novos meios que aumentem o poder combativo do homem e assegurem as melhores condições de vida em combate."

Não temos mais que esperar, portanto. Enveredar decisivamente pelo rumo do recrutamento selecionado — como em parte já está preconizando a nova lei do serviço militar — e manter programas de trabalho que vizem a formação de quadros e de especialistas com prioridade e, com esforço, na formação de elementos das unidades de mais difícil formação. Com isto, poderemos ter um perfeito Exército, capaz de assegurar o enquadramento à nação em caso de mobilização e de equipar as unidades com elementos aptos à guerra contemporânea. Além disso, estaremos cumprindo uma missão social fundamental, porque cooperando com a economia nacional poderemos ter um exército o mais anti econômico direta e indiretamente.

De fato, parece-nos verdadeiro, que a base da moderna mobilização é a econômica e partindo do estudo estatístico das atividades profissionais. Quanto ao aspecto econômico, deve ser pretensão mínima de um país, suprir com recursos próprios, suas forças mobilizadas, em alimentação, vestuário e reservas de substituição habilitadas, e que não perturbem o plano econômico em execução. Ora, nossa grande deficiência produtiva é justamente alimentar, muito embora, mais de 60% da população masculina trabalhe em atividades agropecuárias e industriais extrativas. E' evidente, então, a fraca capacidade produtiva, quer pelo insuficiente amparo à economia rural, quer pelos meios arcaicos de produção, quer pelo baixo índice de saúde e de educação. Quanto mais portanto, for diluído esse contingente, nas condições atuais, mais será sacrificada a produção e não atingiremos aquela pretensão mínima, pois que não é possível ter bons exércitos em nações pobres e iracas. Um cuidadoso estudo, das populações através das atividades profissionais, da localização geográfica em presença das hipóteses prováveis de conflito, de um aproveitamento razoável de mão de obra feminina, infantil e de homens pouco capazes ou velhos, daria as bases do plano de recrutamento selecionado. Em princípio, nas cidades e suas periferias estão os contingentes que poderão concorrer ao serviço ativo, os quais seriam orientados, particularmente para se formarem como futuros oficiais de reserva, graduados e especialistas de preferência de motomecanização e transmissões. Precisamos não esquecer, que somente a cerca de 1/8 da população atinge o total de homens em idade militar. Dêstes, apenas cerca de 50% é de alfabetizados e neste total estão incluídas várias classes. Compreende-se, portanto, que nenhum

homem em melhores condições físicas, intelectuais e sociais, poderá ser dispensado desse plano de formação selecionada, si quizermos ter um exército perfeito, capaz de com um mínimo de despesa, cumprir suas missões com a defesa nacional, com seus aliados e de cooperar para a solidez da estrutura econômica do país.

Quando servimos na DMM em 1945, tivemos a honra e o prazer de cooperar na execução de um plano de recrutamento selecionado para a Divisão Blindada. Partindo de um trabalho inicial do Gen. Milton de Freitas Almeida, e continuado segundo diretrizes do Gen. Alcio Souto e depois do então Cel. Manoel de Azambuja Brilhante, foi possível manter o plano citado, prevendo as formas de recrutamento e as de formação do pessoal recrutado, com o fim particular de preencher os claros de quadros e de especialistas das unidades da Divisão. Embora sob bases até certo ponto empíricas por falta de um serviço de estatística especializado, os resultados atingidos foram de molde a animar os mais incrédulos. Partindo do estudo estatístico e teórico da classe que seria convocada, verificou-se que seria possível obter para todas as unidades moto-mecanizadas afim de preencher seus claros, 100% de homens que satisfizessem determinados requisitos de eleição, podendo ainda as unidades motorizadas ter pelo menos 70% e as demais cerca de 50% de homens nessas condições. Considerando as regiões geográficas de onde viriam os contingentes, levantou-se através das estatísticas de profissão e do guia do exército norte americano de correlação profissional para o serviço seletivo, uma lista de profissões correlatas que interessariam às unidades da BD para mais fácil formação de seus homens.

De posse desses dados, a DMM obteve com o Exmo. Sr. Ministro da Guerra, por intermédio do Estado Maior do Exército e 1.^a Região Militar a elaboração de avisos e diretrizes que assegurassem a execução de tal seleção. Determinou-se como condição mínima, ser o convocado alfabetizado, si possível com o curso primário completo, ser do grupo A eventualmente do B, ser motorista ou aprovado no Test de Aptidão para Motoristas, ou mecânico, ou estudante secundário, ou possuidor dos ofícios ou profissões correlatas. *

Para execução dessas prescrições, foram organizadas juntas selecionadoras em todos os Postos de Concentração, dotadas inclusive de material para aplicação do test de aptidão para motorista e de pessoal habilitado para executá-la en-

quanto que um controlador, junto a C. R. ajustava a redistribuição e reclassificação dos convocados quando necessário. A dedicação e boa vontade dos oficiais da 1.^a C. R. e 1.^a Secção do E. M. da 1.^a R. M. naturalmente que auxiliaram extraordinariamente a boa marcha dos trabalhos.

Completada a convocação, ainda permaneceram claros no efetivo das unidades da Divisão Blindada, devido as insubmissões e outras causas; então a D. M. M., com nova autorização do Ministro abriu um voluntariado com vantagens, no qual todos os candidatos foram submetidos a testes selecionadores pre-vocacionais organizados segundo os moldes da Escola Técnica de Aviação em S. Paulo. A par disto, as diretrizes de instrução preconizavam a busca da especialização imediata e a remessa no mais curto prazo dos aprovados nos testes vocacionais e profissionais para os centros formadores de graduados de especialistas e de artífices. Para isto, além dos centros já existentes outros foram criados, tendo-se até mesmo transformado provisoriamente uma companhia de manutenção em Companhia Escola de formação de especialistas e de artífices além do plano de intercâmbio de formação de tais homens entre as unidades especializadas da Divisão. De uma maneira geral o sistema de formação, obedeceu aos moldes já consagrados pela experiência do antigo C. I. E. para que em regime prático e intensivo, se atingisse os fins em mira em curto tempo.

Problema da mais alta envergadura, apresenta a nosso ver como o da garantia social dos quadros permanentes — que desejamos abordar em outro trabalho — a importância de ser o mais fundamental para o exército brasileiro. Cuidando da formação de quadros e pessoal especializado para a ativa e para a reserva e, partindo dum plano de mobilização econômica calcado nas realidades de nossa situação como povo e naquilo que realmente queremos e podemos fazer, teremos Forças Armadas dignas de uma moderna democracia, ou seja altamente eficientes com recursos reduzidos, para que as finanças nacionais possam ser empregadas melhor nas fontes produtivas e, tornando o país mais rico tornar o exército mais forte. "Quadros e especialistas", "pouco e ótimo", cremos que devem ser nossas legendas e, isto, só com o recrutamento selecionado poderemos obter.

O REGIMENTO DE INFANTARIA NO COMBATE

Ten. Cel. JOÃO B. DE MATOS

Instrutor da E. E. M.

(Continuação do N.º de Dezembro de 1946)

Atribuições dos diferentes elementos do R. I.

1 — Cmt. do R. I.

- a) — decide sobre o itinerário, a hora de partida e o P I, quando não determinados pelo escalão superior;
- b) — determina a formação e o dispositivo da marcha;
- c) — dá as missões ao Dest precursor e à Turma de estacionadores;
- d) — determina a velocidade de marcha, a distância entre as unidades e os locais e hora dos altos;
- e) — fixa as normas para a segurança contra as ações aéreas e de blindados;
- f) — prescreve o controle da circulação;
- g) — estabelece todas as medidas necessárias ao sigilo da marcha noturna;
- h) — inspeciona a tropa;
- i) — dá as ordens particulares necessárias ao preparo e à execução da marcha, bem como a ordem geral de movimento.

2 — Sub-Cmt.

- a) — Coordena os trabalhos do E M do R I
- b) — Fiscaliza a execução das ordens do Cmt;
- c) — dirige os trabalhos relativos à transmissões do R I;
- d) — assegura a permanência no antigo local de estacionamento.

3 — R. 2

- a) — estuda as informações já obtidas e propõe a busca de outras que julgar necessárias;

- b) — interpreta as informações colhidas, difundindo-as.

4 — R. 3

- a) — estuda a operação com Cmt do R I;
- b) — estabelece os pormenores do movimento dentro das decisões do Cel;
- c) — elabora as ordens, calcos e gráficos de marcha;
- d) — acompanha, constantemente, a evolução da situação, para colaborar com o seu Cmt.

5 — R. 4

- a) — estabelece, de acordo com as decisões do Cmt do R I, as medidas necessárias ao reaprovisionamento da tropa, antes, durante e depois da marcha;
- b) — comanda o escalão motorizado do R I.

6 — Cmts de Btlis e Cias

- a) — preparam a operação de acordo com as ordens do Cel;
- b) — iniciam a marcha e fazem os altos nas horas terminadas;
- c) — asseguram as defesas anti-aérea e anti-carros, para suas unidades;
- d) — inspecionam a tropa antes da marcha;
- e) — fiscalizam a limpeza do estacionamento a ser deixado;
- f) — mantém a disciplina de marcha.

Caso Concreto

O quadro de situação é o mesmo estabelecido para o estudo dos movimentos motorizados, publicado na revista anterior, apenas com as alterações seguintes: na Ordem Particular do Cmt. do IV Ex. Vermelho para a 14.^a D. I.

... II — OBJETIVO E CONDIÇÕES GERAIS DO DESLOCAMENTO:

Ao alvorecer de D+2, a 14.^a D. I. deverá estar estacionada na região: PIRASSUNUNGA (excl.) — REPRESA DE LUZ ELETRICA-CACHOEIRINHA, onde passará às ordens do 6.^º C. Ex., em condições de, a partir das noites de D+3/D+4, entrar em linha mediante ordens do Corpo.

III — EXECUÇÃO DO MOVIMENTO

- 1) — Nenhum movimento de unidade poderá ser executado entre 05.30 e 18.30.
- 2) — A D I regulará seus movimentos por fórmula a:
 - a) — não ter elemento no S. de T 5, a partir de 04.00 horas de D+1
 - b) — Deixar T3 desimpedida a partir desta hora
 - c) — Só utilizar as penetrantes P 21 e P 23, e os trechos entre as mesmas.

SITUAÇÃO PARTICULAR DO 40.º R I

- A) — As 0900 de D, o Cmt. do 40.º R I recebeu da D IP a ordem preparatória para o movimento na noite de D/D+1:
- 14.º D I Q. G. em Est. M.º PELADO às 08.00 de D.
E. M. — 3.ª Secção
Nº.

ORDEM PREPARATÓRIA N.º

(Para o deslocamento da noite de D/D+1)

- I — A 14.ª D I marchará hoje a partir de 18.30 para a região ao N. da estrada Est. VISCONDE RIO CLARO — M.º BALAIO — Est. CORUMBATAHY.
- II — São proibidos movimentos antes dessa hora.

III — ITINERARIOS

- P 23 — Est. M.º PELADO — Faz. RETIRO — Est. OLIVEIRO — ANAPOLIS — MURUNDÚ — Faz. CAPÃO ALTO — BANANAL
- P 21 — Est. S. JOÃO — Faz. SANTINHO — Faz. SANT'ANA DE CRINA — Faz. IPÊ — Est. CUSCUZEIROS — VENDA — OS LANDGRAFFS — CACHOEIRINHA.

Todos os trechos entre P 23 e P 21.

Confere: A

Chefe E. M.

Gen. X

Cmt. 14^a. D I.

Destinatários

B) — As 13.00, recebeu a Ordem de Deslocamento da D I
14^a D I Q. G. em M.^o PELADO, às 12.00 de D.
E. M. — 3.^a Seção
Nº

ORDEM GERAL DE OPERAÇÕES N.º ...

(Deslocamento para a noite D/D+1)

I - SITUACAO GERAL

a) — Tropas amigas:

- Em contacto com os Azuis, mantém solidamente a linha balisada pelo rio MOGY GUASSÚ
 - O Ex. faz a cobertura aérea das regiões: ANAPOLIS — Est. OLIVEIRAS — Est. CUSCUZEIROS.

b) — Inimigo:

- A aviação de reconhecimento Azul tem se mostrado muito ativa, sobrevoando particularmente os eixos ferroviários, principalmente nos trechos RIO CLARO — ANÁPOLIS, e RIO CLARO — Est. VIS-CONDE DO RIO CLARO
 - **Conclusão:** Não parece ter ainda identificado a concentração da D I; só poderá atuar contra a nossa G U, por meios aéreos.

II — OBJETIVO E CONDIÇÕES GERAIS DO DESLOCAMENTO

Todos os elementos da D I deverão estar estacionados, ao alvorecer de D/+1, ao Norte de transversal Est. VISC. R. CLARO — M.^o DO BALAIO — Est. CORUMBATAHY, em condições de prosseguir no deslocamento segundo a direção geral ANAPOLIS-PIRASSUNUNGA excepto para as unidades motorizadas que aguardarão ordens nos novos estacionamentos previstos.

III — EXECUÇÃO DO MOVIMENTO

- 1) — Nenhum movimento de unidades poderá ser executado entre 18.30 e 05.30
- 2) — Não haverá grande alto
- 3) — O Gr. Ree. deslocar-se-á de acordo com instruções constantes de ordem particular.
- 4) — O deslocamento será feito na forma prescrita pelo quadro anexo.

IV — DISPOSITIVOS DE FIM DE MARCHA

(Vide quadro anexo)

V — PRESCRIÇÕES ESPECIAIS**a) — Destacamento precursor**

São constituídos, em substituição aos mesmos, dois reconhecimentos, 1 por P 23 a cargo do 14 Btl Trn, e outro por P 21 a cargo do 14 Gr. Rec., chefiados cada qual por um oficial adjunto do E E D.

Composição de cada reconhecimento:

1 oficial e 2 estafetas moto

1 oficial do S E D.

Meios: 1 jeep e 2 motos.

Hora de partida: 16.30 horas.

Missão:

- a) — Percorrer os itinerários, verificando a praticabilidade da passagem das colunas.
- b) — Em caso de necessidade de reparos, proceder a entendimentos com a E. Ex. em ANAPOLIS-BANANAL sobre P 23 e Est. CUSCUZEIROS — OS LANDGRAFFS sobre P 21.
- c) — Reconhecer as ligações entre P 21 e P 23, de acordo com ordem particular.
- d) — Em caso de impraticabilidade de algum trecho deverá informar à 3.^a/E M e a testa da coluna.

B) — Estacionadores

a) — Composição:

Os estacionadores serão organizados em turmas reduzidas e transportados em caminhões, na seguinte proporção:

Regimentos: 1 caminhão, salvo os de Inf que terão 2.

Outras unidades: 1 por grupamento de marcha fornecido pela unidade de maior efetivo.

b) — Deslocamento:

Desde o recebimento desta, por caminhões isolados.

C) — Haverá um circuito de recolhimento das impossibilidades da marcha entre 17 e 18 horas.

D) — Circulação:

a) — Por conta do Exército em P 21 e P 23.

b) — Por conta da D I nas ligações secundárias entre êsses itinerários.

VI — SEGURANÇA

- 1) — O Ex faz a segurança aérea ao longo da via férrea entre Est OLIVEIRAS e Est CUSCUZEROS.
- 2) — Medidas de alerta e precaução contra aviação durante a marcha, por conta dos Cmto dos Grupamentos de marcha.

VII — LIGAÇÕES E TRANSMISSÕES

- O Q. G. da D. I. funcionará em CACHOEIRINHA a partir de 00.00 de D+1.
- Uma permanência do Q G funcionará em Est. M.º PELADO até 12.00 de D+1
- As partes de movimento deverão ser enviadas para CACHOEIRINHA, até 10.00 de D+1.
- Fica vedado o emprêgo do rádio.

Gen. X

Gen. Cmt. 14.º D I

Confere A

Chefe E M
Destinatários

14.º D. I.

E. M. — 3.º Secção

(Anexo à OGO n.º.....)

N.º.....

QUADRO DE DESLOCAMENTO

Grupamento de marcha e comando	Composição dos Grupamentos	ITINERÁRIOS	P. I	HORA DE PASSAGEM NO P. I		Regiões de estacionamento em fim de marcha	Observações
				Testa	Cauda		
A) Gr. Rec.	Gr. de reconhecimento	—	—	—	—	Faz. CAPÃO ALTO C.º de GRAMINHA	Regulado em ordem particular
F) 40º R I	40º R I	P. 23 Est. Mo PE-LADO — Faz. RETIRO — Est. OLIVEIRAS — ANÁPOLIS — MURUNDU — Faz. CAPÃO ALTO-BANANAL	Faz. RETIRO	21.30	23.20	1,5 km. S. de Faz. CAPÃO ALTO até saídas do desfiladeiro MURUNDU	—
—	—	—	—	—	—	—	—

- C) — O Estacionamento pormenorizado do 40.º R I a essa hora, era:
- Comando e órgãos regimentais — região FAZ PARAISO
 - I Btl — região de cabeceiras, 2,5 kms N de FAZ PARAISO
 - II Btl — Região da vertente 1,5 km SL de FAZ PARAISO
 - III Btl. — região vertente 2 km S. FAZ PARAISO.

D) — INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 1) — As estradas permitem as seguintes velocidades de marcha:
 - Elementos a pé — 4 kms a hora, à noite.
 - Elementos auto — 16 kms a hora, à noite.
- 2) — Entre 17 e 18 horas haverá um circuito de recolhimento de indisponíveis.
- 3) — Os reabastecimentos serão feitos a partir de D+2, em....

SOLUÇÃO DO 40.º R I

A solução do 40.º R I compreende as ordens seguintes:

1.ª) — ORDEM PREPARATÓRIA

14.ª D I

P. C. em FAZ PARAISO, às 09.30 de D.

40.º R I

N.º ...

ORDEM PREPARATÓRIA N.º ...

- I — O 40.º R I marchará na noite de hoje D/D+1 em direção a NE Hora provável de partida — 18.30.
- II — Continuam em vigor as restrições de movimentos. As medidas preparatórias para a marcha deverão ser tomadas com o máximo cuidado contra a observação aérea.

Cel. X

Cmt. 40.º R I

Destinatários:

Cmts. I, II e III Btl

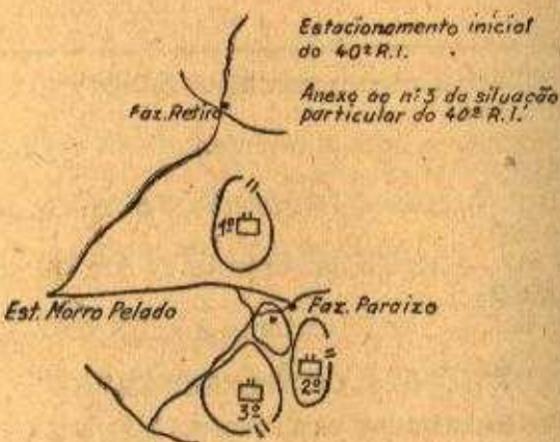
Cmt. Cia Anti-Carros

Cmt. Cia. Cmdo.

" Bia. Obuzes

" Cia. Serviços

" D I



2.º) — ORDEM DE DESLOCAMENTO

14 D I

P C Faz PARAISO 1500 de D

40.º R I

I D/14

N.º ...

ORDEM DE DESLOCAMENTO N.º ...

(Para a noite de D/D+1)

I — SITUAÇÃO GERAL

- a) — **Tropas amigas**
 - mantém sólidamente a linha balisada pelo rio MOGY-GUASSÚ em contacto com os AZUIS
 - A cobertura aérea da região de Est OLIVEIRA — ANÁPOLIS está garantida pelo Ex.
- b) — **Inimigo**
 - parece ainda não ter identificado a concentração da 14.^a D I
 - sómente poderá atuar com sua Av.

II — OBJETIVO DO MOVIMENTO

Levar o R I até ao alvorecer de D+1 para a região de J. CAMARGO — JUCA MOR — saída de N E do desfiladeiro MURUNDÚ, onde estacionará em condições de retomar o movimento para N E na noite D+1/D+2.

III — EXECUÇÃO DO MOVIMENTO

- 1) — Ver quadro anexo
- 2) — São proibidos os movimentos antes de 18.30 e após 05.30 horas.
- 3) — Não haverá dest. precursor
- 4) — Primeiro alto horário às 20.50 horas. Não haverá grande alto.
- 5) — Guarda de Policia: 1 Pel do II Btl.
- 6) — Haverá um circuito de recolhimento de impossibilitados de marchar, entre 17.00 e 18.00 hs.
- 7) — Velocidade de marcha: 4 e 16 kms/h.
- 8) — Após 05.30 ficam interditos todos os movimentos, salvo os indispensáveis de pequenos grupos, com toda a cautela contra a observação aérea.

IV — SEGURANÇA AÉREA

- 1.^º) — O Ex. fará a cobertura aérea de Est OLIVEIRA e ANÁPOLIS.
- 2.^º) — Serão defendidos pela D I. os seguintes pontos, até à passagem de cauda da coluna
 - a) — zona de estacionamento até 22.15 h.
 - b) — zona do P I de 21.30 às 23.20 h.
 - c) — desfiladeiro do MURUNDÚ de 02.00 a 04.15 h.
 - c) — desfiladeiro do MURUNDÚ de 02.00 a 04.15 h.

- 3.º) — A defesa do novo estacionamento deverá estar assegurada a partir de 02.00 de D+1
- 4.º) — Vigilância aérea por conta dos Btis e Sub-Unitades.

V — DISPOSIÇÕES PARA O ESTACIONAMENTO

- 1) — Estacionadores — Regulados em ordem especial.
- 2) — Ponto de contacto com as unidades: bifurcação 1,5 kms SW de JUCA MOR, salvo para o III Btl que será o entroncamento 3 kms à S de JUCA MOR
- 3) — Cia de dia para D+1 — 4.ª Cia.

VI — REABASTECIMENTO

Será servido café a chegada no estacionamento

VII — LIGAÇÕES E TRANSMISSÕES

Marcharei com o escalão motorizado
P C em fim de marcha — JUCA MOR, a partir de...
00.00

P C I Btl — J. DE CAMARGO

II Btl — Região da bifurcação 1,5 kms. SW de JUCA MOR

III Btl — Região de nascente 1,5 kms SW de JUCA MOR

E' vedado o uso do rádio

Cel X

Cmt 40.º R. I

QUADRO DE DESLOCAMENTO

UNIDADES	ITINERÁRIO	D. I.	HORA de passagem		Região de estacionamento em fim de marcha	Observações
			Testa	Cauda		
C. C. A. C.	P. 23					
Cia. Cmdo.	Faz. RETIRO					
Cia. Ob.	— Est. OLI-		21.30	21.40	Região de J. MOR	
Dest. S	VEIRAS					
Cia. Serviço	ANÁPOLIS					
	MURUNDÚ					
I Btl.	BANANAL	Faz. RETIRO	21.45	22.15	J. CAMARGO	
II Btl.		Faz. RETIRO	22.16	22.46	Região entre o rib. J. CAMAR GO e a bifur cação 1,5 km a SW de JUCA MOR, para W de P. 23	
III Btl.			22.47	23.17	Região entre P 23 e o enz. 3 kms. S de JU CA MOR	Abandonará P 23 na bifurca ção a 1 km NL de ANÁ POLIS toman do esta vari ante.

3.º) ORDEM AOS ESTACIONADORES

14.º D I

40.º R I

P. C. em Faz PARAISO às 14.00 de D

N.º...

ORDEM AOS ESTACIONADORES

(Confirmação de ordem verbal)

I — MISSAO

Reconhecer e repartir a zona de estacionamento do R I iniciando sua organização.

II — REGIÕES DE ESTACIONAMENTOS PREVISTOS

I Btl — J. DE CAMARGO

II Btl — entre o ribeirão de J. de CAMARGO e o ca
minho 1,5 km ao S., para W. de P 23.

III Btl — entre P 23 e entroncamento 3 kms S. de
JUCA MOR

P C R I — JUCA MOR

Elementos Regimentais — JUCA MOR

III — ORGANIZAÇÃO

Chefe — S1	1
— Chefe do Dest. Saúde	1
Elementos do Btl — 1	3
“ das Cias e Dest. S.: — 1 cabo e 1 soldado	20
TOTAL	25

IV — MEIOS DE TRANSPORTE

- Um jeep
- Dois caminhões
- lotação máxima de cada caminhão — 20 homens.
Da Cia de Serviços.

V — SERVIÇO DE POLÍCIA

Será transportado 1 G C da 1.^a Cia, que instalará a guarda de polícia

VI — CONDIÇÕES DE DESLOCAMENTO

- 1) Reunião — 14.15 horas junto ao P C do R I salvo para os elementos do I Btl que serão apanhados junto ao seu estacionamento atual.
- 2) hora de partida — 14.30 horas
- 3) itinerário — P 23
- 4) deslocamento — viatura isoladas
- 5) velocidade — máxima 40 kms.
- 6) alimentação — uma reação fria

VII — PRESCRIÇÕES ESPECIAIS

- 1) — relatório dos trabalho será apresentado na bifurcação 1 km N L de ANÁPOLIS.
- 2) — Um dos estacionadores aguardará a chegada das unidades nos locais de estacionamento.
- 3) — pontos de contacto com as unidades:
bifurcação 1,5 km S W de JUCA MOR salvo para o III Btl, que será o entroncamento 3 km S. JUCA MOR.

Cel. X

Cmt 40.^º R I

A ARTE DE COMANDAR

II

(Continuação)

Traduzido, adaptado e condensado do livro:
"LEADERSHIP" by COLONEL EDWARD LYMAN
MUNSON.

Capitão NILTON FREIXINHO

A) — A ATITUDE DO CHEFE PERANTE SEUS COMANDADOS

A ATITUDE por ser um reflexo exato do estado de espírito do homem, tem uma importante influência nas relações entre indivíduos e grupos, particularmente para os CHEFES MILITARES.

Um ato em si, é muitas vezes menos importante do que o modo pelo qual é executado, pois a ATIVIDADE pode trair a intenção — e esta assim revelada, dará origem a uma forte e inesperada reação.

A atitude e o estado psíquico de um indivíduo estão intimamente ligados. Este facto, é particularmente verdadeiro na pessoa do orador, onde a atitude do mesmo é tão estreitamente ligada ao discurso, que ambos se tornam inseparáveis.

O que se passa na cabeça dos homens pode muitas vezes ser percebido, sem que uma palavra seja pronunciada. Os olhares, os gestos — e mesmo o aspecto físico — traem os pensamentos que os homens educados, procuram trazer escondidos.

O CHEFE deve cultivar A CALMA, O CONTROLE DAS ATITUDES, enfim "O DOMÍNIO DE SI PRÓPRIO". E' necessário que possua um certo grau de auto-controle, para que possa, em face de circunstâncias críticas diante de subordi-

nados, evitar uma expressão fisionómica imprópria ou uma brusca mudança de tonalidade na voz, revelando assim seu verdadeira e angustioso estado de espírito, facto que neste momento seria de grande conveniênciia para o sucesso do **Comando**, que ficasse bem escondido no seu mundo introspectivo.

Os subordinados são em geral dotados de alto espírito crítico, analisando em detalhe tôdas as **ATITUDES** do Chefe. Assim como os superiores observando seus homens, têm um conceito de cada um, os comandados também fazem um juizo de seus chefes, influindo a natureza deste conceito, diretamente no estado disciplinar da tropa. Uma recompensa conferida por "peixinato" poderá afetar o prestígio e a autoridade do Chefe, pelo ressentimento e oposição gerados no seio da tropa, pelo modo injusto pelo qual foi conferida.

Também a falta de severidade e de escrúpulo, bem como a austeridade excessiva, impedem a formação de um ambiente de simpatia e confiança em torno do Chefe — sem o qual é quase que impossível comandar com êxito.

Irritação frequente, petulância, demonstrações públicas de um temperamento sem controle e explosões de cólera, indicam que o "**CHEFE NÃO ESTA, ELE MESMO, NA SUA MÃO**", consequentemente difícil será manter a tropa sob seu **Comando**.

Portanto, a falta de controle, diminui o prestígio do Chefe e pode mesmo, fazer dele um indivíduo ridículo perante seus subordinados. Em resumo: A **ATITUDE DO CHEFE FRENTE SEUS HOMENS PODE PROVOCAR COOPERAÇÃO OU REAÇÃO**.

A tropa é o reflexo de seu comandante. Todos seres humanos são imitadores e os militares de qualquer posto, tendem a copiar e a reagir às expressões dos chefes, pelo contacto diário que mantém. Os exemplos dos superiores são constantemente imitados.

Os instrutores de longa prática, verificam que suas qualidades e defeitos são refletidos pelos seus homens, durante os exercícios. Estão também de acordo que o modo pelo qual uma ordem foi dada, determina o bom ou mau cumprimento da mesma.

Nada melhor para manter elevado o moral das tropas em situações críticas do que uma atitude calma e discreta do Chefe, que com pleno conhecimento das dificuldades da situa-

ção, não transmite aos seus comandados nem nos olhares nem nos atos, a aflição muito justa, que no momento o invade.

Vamos tentar resumir o que foi dito. O fundamental, é nunca esquecer, que o CHEFE está sempre sendo julgado e observado pelos seus homens, queira élê ou não. Deste julgamento dependerá o prestígio que desfrutará no seio da tropa. E o Chefe é analisado pelas suas atitudes, nas relações que mantém com os subordinados.

B) — A LINGUAGEM DO CHEFE NAS SUAS RELAÇÕES COM OS SUBORDINADOS

A linguagem, um componente da atitude, é outra manifestação externa pela qual um Chefe pode ser julgado. O que élê diz e as formas das expressões que usa, fornecem muitas informações do seu estado mental, ou de sua atitude interna.

As palavras que um Chefe emprega ao se dirigir aos seus homens, devem ser judiciosamente escolhidas de acordo com o pensamento que deseja imprimir e o propósito a atingir.

Quando quiser ser incisivo suas frases devem ser curtas, claras no seu significado e facilmente entendidas pelos homens a quem são dirigidas. É necessário saber escolher as palavras de acordo com o grau de cultura dos subordinados. Linguagem "difícil", prolixa ou teórica nada traduz para o espírito de homens, de baixo nível mental.

No Exército, encontrar-se-ão com frequência, indivíduos sem cultura ou mesmo analfabetos, com o nível de compreensão tão baixo que às vezes será justificado por parte do Chefe, o uso da linguagem que geralmente se emprega para as crianças.

O Chefe deve falar claramente e com simplicidade. Se necessita empregar termos desconhecidos para seus homens, é necessário então explicar inicialmente, o significado de tais palavras, mesmo que isto requeira uma demorada e paciente explanação. É preciso ser entendido quando se fala e para tal as palavras utilizadas devem ter um significado fácil aos ouvintes.

Um oficial nunca deverá cometer o erro de "cair" na linguagem vulgar, mesmo que esta seja propria dos homens a quem se dirige no momento. Mas isto não significa que deva fazer um esforço para falar "difícil", mesmo porque, um grande número de homens, ainda que de considerável inteli-

gência, possue dificuldade em entender uma linguagem não colocada em termos correntes.

Não há também necessidade de infringir as regras gramaticais ou fazer uso exagerado de termos de gíria, excepto quando êstes convencionam um sentido mais preciso e mais nítido, que qualquer outra palavra gramatical. Isto é particularmente verdadeiro na tropa, onde alguns termos de gíria em uso constante, não encontram substitutos adequados.

Cuidado porém com a "gíria" e só empregá-la nos casos acima descritos ou quando, em certas circunstâncias, o bom senso aconselhar.

As frases devem ser curtas, simples e incisivas. Isto porém não quer dizer que o Chefe deva falar por monossílabos.

As sentenças serão de preferência positivas, diretas e sugestivas e não incertas e de interpretação duvidosa, demonstrando falta de confiança no subordinado. Dizer por exemplo:

"Estou certo de que você tem capacidade para fazer isto".

"Você é justamente o homem para fazer isto".

"Há um meio de se chegar a tal objetivo — eu sei que você poderá descobri-lo", provoca a iniciativa, produz auto-confiança e determinação.

Mas frases como:

"Veja se você é capaz de fazer isto".

"O caminho é longo, tenho dúvidas que você chegue até lá", sómente trazem a indecisão e o fracasso para o subordinado.

Os homens gostam de sentir que seus semelhantes nêles depositam confiança e que acreditam em sua capacidade. O militar, deve explorar a fundo, êste aspecto psíquico do espírito humano. A linguagem do Chefe é um poderoso estimulante capaz de provocar reações decisivas em momentos críticos.

Há também um outro aspecto da questão: o uso da linguagem "livre". Uma das primeiras ordens gerais de George Washington, teve por objetivo estabelecer um freio para a linguagem licenciosa da tropa. De modo algum deveria ser permitida na frente de oficiais e seu uso limitado ao mínimo, entre os próprios soldados. Se um Chefe deixar aos seus homens, larga liberdade nêste assunto — se ele permite o uso de qualquer linguagem — mesmo obscena, na presença dos oficiais, estará sujeito a perder o controle de sua tropa de um momento para outro.

Nos Exércitos de um modo geral, a estupidez e a brutalidade têm sido muito comuns nas relações dos Chefes com a tropa. Este facto tem suas origens na aplicação de "olhos fechados" da letra dos regulamentos disciplinares ou mesmo na idéia errada de muitos, que o característico do "macho" é a crueldade ou a intransigência. Tem sido comum, tratar a tropa como um todo, sem levar em conta a personalidade de cada indivíduo, caracterizada quer pelo grupo social que lhe deu origem, quer pelas influências que cada um já sofreu, antes de ingressar no Exército. Pensam alguns Chefes, que ser justo é dispensar **IGUAL TRATAMENTO** para todos os soldados de sua unidade.

A ignorância do estado psíquico-social do indivíduo, faz com que o uso impróprio da linguagem imoderada usada habitualmente pelos Chefes, provoque sempre resultados deploráveis.

E' necessário também muito cuidado e moderação para repreender um soldado, de modo que a repreensão não descambe, para o insulto. Os homens quando são insultados pelos seus superiores ficam profundamente revoltados. Não são apenas insultados: são humilhados, pois seu amor próprio ficará debilitado, a não ser que devolvesse o insulto na mesma moeda. Porém desde que no serviço militar o revide não é permitido pelos regulamentos disciplinares, os subordinados reagem intimamente e sentem, com muita razão, que o superior está abusando da autoridade que a Nação lhe conferiu. Apezar disto, alguns homens dotados de temperamento explosivo, podem cometer uma série de ofensas no mesmo instante chegando até perpetrar o crime de insubordinação. Em resumo, com tal procedimento o Chefe provoca o rancor e a animosidade nos seus comandados.

Não é só a brutalidade de tratamento que desperta nos homens o antagonismo e faz com que seja perdida a estima e admiração da tropa pelo seu chefe.

Repreender por exemplo, toda a Companhia porque na inspeção alguns homens não se apresentaram bem uniformizados fazendo com que o Comandante do Regimento chame a atenção do Capitão, provoca também violenta reação. A repreensão coletiva, isto é, a que se estende ao mesmo tempo sobre todos os membros e no mesmo grau, só é cabível em casos excepcionais. No exemplo que citamos, talvez somente 10 ou 15 homens não estivessem propriamente preparados para a Revista. Ainda assim, toda sub-unidade foi sujeita às pala-

vras repreensivas de seu Comandante, quando para haver justiça, os demais deveriam ser elogiados; havia naturalmente homens que de modo algum mereciam tal crítica. Esta atitude do Capitão, talvez só serviu para diminuir o moral de sua tropa.

Alertamos também que repreender um Chefe subordinado na presença de seus homens, tira-lhe a autoridade, diminui-lhe o prestígio e provoca por parte da vítima um forte ressentimento. É difícil imaginar uma circunstância que justifique tal conduta, a não ser em combate quando vidas humanas estão em jogo.

Antes de terminar esta análise dos inconvenientes da linguagem violenta, devemos dizer que às vezes seu uso é justificado e até aconselhado. Num momento crítico, na emergência de um perigo iminente no campo de batalha, a "língua-solta" pode ter um efeito estimulante e decisivo não conseguido pela linguagem habitual. Mais uma vez devemos apelar para o BOM SENSO e afim de julgar da oportunidade de tal uso.

O Chefe nunca deve falar com sarcasmo e ironia.

A ironia humilha os subordinados, porque estes não podem reagir na mesma linguagem.

Também o tom gracejador não deve ser usado habitualmente. Quando o Chefe faz uma brincadeira com algum erro cometido pelo subordinado, deve agir por forma a não ferir os sentimentos do homem, nem ridicularizá-lo. Nunca esquecer que o soldado também é um ser humano e consequentemente tem brio.

Torna-se necessário conhecer a fundo o temperamento de cada homem, para evitar incidentes desagradáveis, pois é sabido que alguns admitem ou mesmo gostam de ser pilheriados, ao passo que outros não toleram. Entretanto o BOM HUMOR é de grande utilidade nas relações entre Chefes e subordinados, como veremos em artigo posterior. As vezes, uma pilheria tem um efeito estimulante, sendo mesmo recomendável quando o desânimo invade a tropa; umas boas gargalhadas levantam o moral de tropas cansadas, chamadas à realizar novo esforço.

Vamos tentar resumir o que foi dito.

"Os Chefes nunca devem esquecer que os soldados que comanda não são de cera passiva e cumpre distinguir os indivíduos. Não tratá-los como um bloco e sim de acordo com

cada tipo usar uma linguagem adequada para obter os melhores resultados. Há diferenças profundas entre os homens de um pelotão. Uns são mais vigorosamente egoistas que outros; alguns são mais reservados e amigos do segredo. Os primeiros exigem justiça e consideração exclusiva para si. São excitáveis. Discordam e rebelam-se facilmente. Reclamam o aplauso de seus superiores. Já os do segundo tipo fazem as suas reservas mentais a respeito do justo e do injusto. Isto tudo é necessário levar em consideração para a escolha da linguagem adequada.

Depois que o leitor tomar conhecimento do artigo "O Chefe deve conhecer seus homens" poderá completar suas idéias sobre a linguagem a ser utilizada pelo Chefe.

AGUARDEM PARA O PRÓXIMO NÚMERO:

- E' NECESSARIO TER HABILIDADE PARA LIDAR COM OS HOMENS, E ISTO PODE SER ADQUIRIDO.
- O BOM HUMOR E' CONTAGIOSO; O MESTRE OCORRE COM O PESSIMISMO.
- A CORTEZIA NÃO TEM LIMITES.

Há muito boas carreiras que resultaram da combinação habilidosa dos seguintes ingredientes: 50 % de mérito, 25 % de boas amizades e 25 % de cabonitismo discreto. ... Cel X.

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

"A medida de oficial é representada pela sua capacidade em obter resultados imediatos. A do soldado bascia-se na sua disciplina e treinamento".

E. W. Timberlake

PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO EM SÃO PAULO

Conferência pronunciada em S. Paulo, em 27-VIII-1946 pelo Dr. RAFAEL XAVIER, Representante no Brasil da Comissão Panamericana de Cooperação Intelectual.

Vir a São Paulo para falar sobre São Paulo é, certamente, tarefa difícil, cheia de imprevistos, de emoções e de contrastes. Toda a minha geração se formou numa admirativa contemplação do vosso desenvolvimento rápido e na sensibilidade orgulhosa do que realmente representa, para a vida nacional, a expressão histórica de São Paulo, o contingente do esforço produtivo do povo paulista, sua cultura, sua capacidade de improvisação, seu espírito cívico, motivo de ufania e de estímulo para todos nós.

Por isso mesmo procuro São Paulo, cuja consciência já de há muito despertou em face dos problemas nacionais, para o apelo em prol do movimento que ora nos empolga no sentido da instauração imperiosa de nova ordem político-administrativa, tendo como base e fundamento a revitalização das comunas brasileiras.

O melancólico e aflitivo panorama nacional, nesta imprecisa hora de nossa existência política, está exigindo profundas reflexões diante dos problemas de base, para que possamos corajosamente, com segurança e firmeza, fixar as diretrizes necessárias ao desenvolvimento do país, no sentido que

o mundo reclama como justificativa à dádiva que a Providência nos confiou.

O Brasil está exausto de tanto esforço inútil, de tanta improvisação desordenada, de tantas decepções amargas na procura do pouso prometido pelos políticos nas épocas das campanhas eleitorais. Há um estado de inquieta e perigosa insatisfação, cujas causas profundas é preciso definir, para, elucidando-as, encontrar os meios de conter sua alastrante propagação, e, assim, coibir em tempo os desastres que nos ameaçam.

Nossa obra política, sob qualquer dos ângulos por que a analisemos, é uma obra inconsistente e contraditória, apressada e imperfeita, produto de importação mal adaptado às condições existenciais de nosso povo ou às exigências de nossa economia. E', assim, criação superficial, sem bases em nossas tradições e sem fundamento na geografia econômica do país, e, por isso mesmo, sem capacidade de fixação permanente e de desenvolvimento sistemático.

Vejamos, num traço rápido, qual a evolução histórica de nossa economia: Nos primórdios coloniais, o pau-brasil, logo desaparecido com a devastação das matas litorâneas. Não foi uma exploração econômica e sim uma destruição desvairada de riquezas. Início de preagem-escravização do índio para o trabalho servil. O ameríndio revolta-se; não é o elemento de trabalho desejado pelo colono luso. Com os ciclos da mineração, do açúcar e do algodão, surge a necessidade de braços, e então se incentiva a vinda do elemento negro para o amanho rural. Prospera e se desenvolve a indústria açucareira. Seu ciclo foi largo e proveitoso para Portugal e Holanda, mais do que para a colônia explorada; marcou, entretanto, época na história econômica do país, e ainda hoje constitui uma das fontes de riqueza predominante em vasta zona. Contudo, perdemos rapidamente o antigo domínio porque outros povos aplicaram novos e mais inteligentes métodos e processos de trabalho. Terminado seu explendor econômico, como fator da intensa atividade comercial do Brasil-colônia, e mesmo em certos períodos após a independência, e cedendo lugar ao algodão, ao café e à borracha, ficou o açúcar, em nossa história, como o criador de uma casta, de uma aristocracia rural, já se esvanecendo e em decadência, após o predominio da grande indústria avassaladora.

Voltando ao período inicial, vemos movimentos desordenados à procura de riquezas fáceis, sempre ilusórias e precá-

rias, que determinaram migrações sucessivas, criando poucos nódulos populacionais, rarefeitos na imensa extensão territorial. Interiorização à cata de aventura; deslocamento de eixos econômicos do Norte para o Sul. Extração do ouro, dando lugar ao ciclo da mineração, com os mesmos sintomas de desordem e imprecisão. Círculos do algodão, em épocas diversas, marcando fases de prosperidade e decadência. Ciclo da borracha, rápido, fulgurante, mas fugidio. Ciclo do café, longo e esplêndido e que, por si só, bastaria para justificar a existência nacional, se a inépcia dos nossos estadistas — a má fé, a desonestade, se quizerdes classificar com justiça a ação de muitos deles — não nos ameaçasse de fazê-lo perder, irremediavelmente, como força em nossos valores de troca.

Nesse rápido bosquejo histórico, delineia-se o quadro de solador de uma economia sem fases de estabilidade, movendo-se conforme as solicitações externas, suprindo deficiências e faltas periódicas, ou estimulada artificialmente, sem proveito, pelos surtos inflacionários; economia de desgastes de fontes de vida, sustentáculo de especulações e ganâncias, sem forças próprias para lhes opor defesa.

Ora um produto, depois outro, em quedas sucessivas de preços ou altas internas desnorteantes. E' e será o destino melancólico das economias coloniais, de artigos de exportação oscilante, ao sabor de mercados metropolitanos ou de fatos e acidentes do exterior.

O analista, mesmo apressado, dos fenômenos econômicos brasileiros, não deixa de perceber essa desconcertante instabilidade.

O vosso próprio Estado, que representa a mais forte concentração econômica do Brasil e cujas condições excepcionais deveriam manter um ritmo crescente de riqueza real, de trabalho constante, sujeito sómente a pequenas crises cíclicas inevitáveis, vive, ao contrário, a mesma vida instável do restante do país, criando e abandonando riquezas, mudando periodicamente o rumo de suas atividades — foi o café, foi a citricultura, foi o algodão, são os cereais; assim será a exploração do bicho da seda. São Paulo improvisa indústrias, mobiliza esforços, multiplica trabalho, numa eterna contradaança de idas e vindas, como se ainda o espírito bandeirante de aventura se impusesse, dominadoramente, em seus destinos.

A produção brasileira ainda não se estabilizou no sentido da criação de uma riqueza permanente, que evolua com segurança, oferecendo aos que trabalham e produzem uma

existência resguardada das bruscas variações de mercados e de valores, que dão margem a especulações e proporcionam ganhos excessivos a poucos, à custa do sacrifício de muitos.

Os exemplos do café, do algodão, das explorações de matérias primas estratégicas, da pecuária, do trigo, da mandioca e tantos outros ai estão a desafiar o nosso bom senso e a nossa capacidade de realizações definitivas e duradouras.

Analisemos e interpretemos, devidamente, os fenômenos sociais e econômicos de nossa evolução, e fixemos, tanto quanto possível, os efeitos que êles produziram, para então despertarmos os nossos sentimentos de patriotismo, nossa inteligência, na busca de soluções acertadas que nos assegurem a sobrevivência como povo livre.

E' imperativo compreendermos nossos êrrros, observarmos nossas tradições, estudarmos e esclarecermos as condições ambientes de nosso trabalho, as causas internas e externas que influiram e influem em nossa evolução — causas geográficas, étnicas, sociais, econômicas e políticas — e todas aquelas que a ciência social indica como fundamentais para o conhecimento dos fenômenos que nos envolvem e dominam.

São Paulo já nos dá o exemplo de suas atividades no campo das pesquisas sociais e econômicas, formando um grupo de homens que se dedica a estudos acurados e sérios.

A aplicação do método científico de pesquisas virá comprovar os graves danos produzidos no organismo do Estado pela inconsequente ação desenvolvida no intuito de solucionar os seus problemas de base e positivará as linhas mestras de reestruturação que se impõe, para evitar, de futuro, os malefícios de novas crises, justamente agora sob a ameaça de perdermos a grande riqueza que era o nosso e vosso orgulho — o café. Com que angustiosa decepção fazeis esta tremenda pergunta: perderá o Brasil, perderá São Paulo uma das maiores riquezas agrícolas já construídas, penosamente, no mundo? E se vier a perdê-la, a perderá porque ineptos, ignorantes ou criminosos foram os homens públicos que nos dirigiram! Será mais uma triste página a se escrever na desastrada história político-econômica, que é a nossa, produto da improvisação lamentável de uma mediocridade dirigente que comprometeu o país.

Esse melancólico quadro material e moral a que não escapou o vosso grande Estado — muito ao contrário, é o mais vulnerável, pelo volume e capacidade de sua produção — tem

suas causas bem mais profundas do que aquelas que a leveza dos nossos interpretadores, em geral, aponta.

Causas históricas, efeitos de uma colonização especulativa, desgastadora das energias naturais, sem o espírito de se fixar na terra nova, trabalhar e nela permanecer em definitivo — Era a aventura e a ideia do enriquecimento rápido que dominavam os primeiros colonos lusos e, depois, os que lhes seguiram, com exceção daquelas correntes que se estabeleceram no extremo sul do país.

Causas geo-físicas, consequências do meio tropical difícil e enganoso em sua exuberância aparente, miragem que ainda domina e enleva o lirismo estouvado do nosso ufanismo em torno de riquezas inesgotáveis.

Causas étnicas que ainda não conseguiram fundir e fixar um tipo cultural definitivo.

Causas sociais, políticas e educacionais que nos deram como dirigentes homens-cópias, sem expressão, sem originalidade, sem visão ou inteligência dos nossos problemas, decalando suas soluções em moldes de importação.

Causas econômicas, condições imanentes aos países tropicais, fornecedores de matérias primas e produtos de alimentação necessários ao suprimento do mercado internacional, na dependência, assim, de suas exportações que, por seu turno, ficam sujeitas às flutuações das crises de produção das regiões coloniais abastecedoras, dantes da Europa, e, agora, dos Estados Unidos.

Não tendo realizado um largo programa de produção, condicionado à criação de um mercado interno de equilíbrio, capaz de manter ativo o trabalho nacional, o Brasil viveu e vive na dependência das mutações ocasionais ou periódicas decorrentes de crises econômicas ou políticas. E como oscilam as exportações, amparando-se ora num, ora noutro produto, sujeito às especulações das bolsas internacionais, deixando um mínimo de proveito ao país, oscilam, também, na mesma corda bamba, os valores monetários impelidos pela inflação, pelos compromissos de empréstimos externos, pelo mau investimento de capitais e por muitas outras causas que tornam o Brasil presa da camarilha que se formou para explorá-lo.

A temporariedade de nossa produção empresta também aos fatos sociais esse caráter impreciso e instável que se vai tornando norma da evolução nacional.

A transformação econômica que se iniciou no país a partir de 1934, não deixava dúvidas quanto aos seus resultados desastrosos. O deslocamento já visível do eixo econômico da produção de gêneros alimentícios para a exploração de matérias primas e indústrias manufatureiras viria fatalmente provocar distúrbios profundos que a prudência de uma política orientada deveria evitar, para que não mergulhássemos na penosa situação que ora se apresenta.

Ainda por efeito das condições que são próprias de nossa economia, as exigências de matérias primas pelos mercados externos, necessários à preparação para a guerra, já então prevista, influenciavam decisivamente no aumento da exploração de produtos que encontravam paga remuneradora e não sofriam a pressão do Governo por intermédio dos órgãos incumbidos do tabelamento de preços. Ao mesmo tempo, nossa importação de produtos manufaturados caia pelas restrições dos países europeus, preocupados em ampliar suas indústrias bélicas, dando margem a que surgissem novas atividades ou se estimulassem outras, já existentes, em nosso país, pedindo matérias primas e, por seu turno, braços que só poderiam sair dos campos, principalmente das lavouras de produção de gêneros destinados à alimentação, cujos preços não remuneravam bem, relativamente, o esforço do agricultor.

Dão bem a visão de como se processaram as transformações de nossa economia, as tabelas estatísticas que elaborei, como documentário da atual conjuntura econômica do Brasil, parte das quais ilustrou a conferência "A Organização Nacional e o Município", que proferi no ato da instalação da Comissão Nacional Organizadora da Associação Brasileira de Municípios, em 15 de Março do corrente ano.

Os trabalhos executados pela Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Nacional Constituinte, baseados em dados abundantes, demonstram, com clareza, a gravidade dos problemas que nossa incúria permitiu se criaram no Brasil.

A comprovação do fenômeno do deslocamento da produção como causa da desordem produzida na economia do país, ressalta dos índices deduzidos por um dos nossos mais competentes economistas, o Sr. Romulo de Almeida, em estudo de grande profundidade sobre a situação industrial do Brasil. Serviram de base às investigações a cargo da Comissão citada os elementos do quadro abaixo, coligidos pelo jovem técnico patrício:

ÍNDICES COMPARATIVOS

1935-36 = 100

Anos	População	Potencial monetário	ÍNDICES DA PRODUÇÃO (Volume físico)				
			Produção primária			Produção industrial	
			Geral	De gêneros alimentícios	De matérias primas	Geral, incl. alguns artigos computados na P. P.	Excluindo artigos computados na P. P.
1935	99	95	94	95	93	89	88
1935/36	100	100	100	100	100	100	100
1936	101	105	105	104	106	111	112
1937	103	118	106	102	114	124	124
1938	105	148	108	102	123	126	125
1939	108	146	105	96	127	132	129
1940	110	154	103	89	138	139	135
1941	112	186	108	92	146	159	157
1942	115	242	99	89	126	171	169
1943	117	356	104	93	144	207	208
1944	119	456	108	85	165	246	249

Tais índices evidenciam o desnível do crescimento da produção nas suas categorias fundamentais em relação à curva do potencial monetário, cuja velocidade de aumento põe a descoberto a causa do desequilíbrio atual.

No ano de 1944, e em referência ao período-base, 1935-36, a produção de gêneros de alimentação decresce sensivelmente, caindo 15%, enquanto que os índices das matérias primas sobem 65% e os de 33 produtos industriais se elevam 146%, desde que não excluídos certos artigos já considerados na produção primária, ou 149% se excluídos.

Em sua objetividade, esse quadro confirma, infelizmente, o triste vaticínio de minhas previsões, quando, no ano de 1936, em documento oficial baseado em estatísticas, demonstrei a perigosa posição da economia nacional e clambei por uma política de bom senso e de orientação, no sentido do fomento e amparo à produção de gêneros alimentícios, e apontei o desequilíbrio, já prenunciado, entre os meios crescentes do poder de pagamento e a disponibilidade dos bens no mercado.

A ilusão de riquezas provocada pelo delírio inflacionista; a euforia em que nos embalávamos; o desconhecimento da fraqueza dos nossos valores reais de produção; o artificialismo perturbador de uma vida política e administrativa contrastante com a pobreza de uma economia tropical, condicionada às solicitações dos mercados de consumo, ao baixo rendimento do trabalho agro-pastoril e às dificuldades de transporte, além de tantos outros fatores de desestímulo — foram as causas fundamentais do estado a que chegámos e que ora exige um grande, um imenso esforço, no sentido da reconstrução do país, baseada em sua realidade social, econômica, política e já agora, incontrastavelmente, monetária.

O desprezo ou a ignorância de princípios elementares, que transluzem de nossa própria existência nacional, deu margem a essa deformada criação que é o Brasil, cuja unidade política é um milagre, admissível, em boa parte, pela grande massa de analfabetos, doentes e incapazes disseminada no território brasileiro, sem compreender a extensão de sua miséria.

Entre as inúmeras consequências da defeituosa organização nacional, ressalta como primordial, porque de efeitos mais graves, a do pauperismo do interior, produto do enfraquecimento sistemático, contínuo e criminoso dos Municípios, incapacitados de exercitarem sua elevada função política e social.

Na conferência que pronunciei em 24 de Outubro do ano passado, no Círculo de Estudos Municipais, dizia: "Anulando, como anulamos, os meios de existência dos Municípios, pela sangria fiscal, destruimos sua capacidade de viver e produzir. Com o extorquir suas rendas, retirámos sua possibilidade de manter serviços e de fixar ou atrair homens empreendedores. Seus elementos humanos mais inteligentes, dispostos ou aptos a qualquer iniciativa, abandonam o interior em busca do meio onde melhor desenvolvem suas atividades".

As velhas fórmulas de efeitos eleitorais ou oratórios, tão do gosto da demagogia nacional — Município, célula da nacionalidade, base do sistema federativo — não passam de estragados chavões de que usou e abusou a meia língua dos políticos primários, em períodos de agitações partidárias, sem qualquer percepção da dolorosa realidade ambiente.

"Autonomia municipal", outro verbalismo inócuo, sem sentido a não ser para significar o que, de fato, significa — "liberdade na miséria".

Reducimos, por uma inqualificável política de esgotamento, tôdas as possibilidades de vida das comunas; enfraquecemos, com uma crueldade impiedosa, a capacidade de sobrevivência do interior do país, anulando os elementos propulsores de riquezas, de fixação do homem e do amparo de seus bens materiais, para que êle vivesse vida nobre e digna. A União e os Estados, para manter o sibaritismo gozador de seus políticos, o fausto de Capitais grandiosas, o afilhadismo burocrático, engalfilharam-se na luta pela conquista dos campos tributários e, por efeito dessa política de esbulho, ampliaram seus recursos e os malbarataram no perdularismo de obras suntuárias e na manutenção de uma casta administrativa devoradora e insaciável, em contraposição à pobreza do interior, cada vez mais crescente.

Foi e é êsse o quadro da realidade nacional; tão triste que abala os sentimentos menos vivos, em incontidas manifestações que só podem ser de desespero para com os responsáveis desprovidos de clarividência e compreensão das nossas coisas e dos nossos problemas.

Se pensais acaso que eu exagero ou procuro efeitos cênicos na descrição do nosso panorama econômico, social e político, vós que viveis na segunda cidade do país e no seu centro mais rico e próspero, olhai a verdade através dos dados estatísticos referentes ao vosso próprio Estado:

RECEITA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Em milhões de cruzeiros

Anos	Total	UNIÃO		ESTADO		CAPITAL		MUNICÍPIOS DO INTERIOR	
		Receita	%	Receita	%	Receita	%	Receita	%
1925 . . .	946	493	52	353	37	35	4	65	7
1930 . . .	1027	484	47	400	39	56	6	87	8
1935 . . .	1679	847	50	657	39	76	5	99	6
1940 . . .	2546	1304	51	878	35	206	8	158	6
1941 . . .	2934	1459	50	1095	37	186	6	194	7
1942 . . .	2960	1421	48	1165	39	204	7	169	6
1943 . . .	3675	1750	48	1554	42	228	6	143	4
1944 . . .	4959	2454	49	2052	42	251	5	202	4

O simples e expressivo quadro que aí tendes dá bem idéia da penúria das rendas dos Municípios do Estado mais progressista da Federação brasileira. Para atender às múltiplas, variadas e complexas exigências da vida local, restam às Municipalidades 4% de todas as rendas auferidas no território paulista. Para as necessidades da vida administrativa, política, social e econômica de 84% da população do Estado, somente aquela ínfima percentagem que, em sua expressiva e gritante miseria, se transforma num clamor de protesto e de revolta contra a voragem de um centralismo que vem destruindo a capacidade de resistência do interior.

A tendência sempre crescente de diminuição das rendas municipais, demonstrada em minha conferência do Rio de Janeiro, é um mal que se generalizou em todos os Estados, inclusive em São Paulo, onde o fenômeno se apresenta com índices mais marcantes de enfraquecimento, mesmo na própria Capital.

Eis aí o que fizemos e teimámos em fazer do Brasil. Criando Capitais faustosas, onde se concentram todas as atividades, nelas invertendo o produto do trabalho nacional, atraímos, em consequência, os valores humanos mais aptos que não encontravam no interior suficientes meios de vida. Contrariámos todas as regras do bom senso, por copiarmos civilizações que possuíam diferentes bases de existência. Era e é ainda o vézo do ufanismo, que nos leva à exaltação de nossas cidades, a falar da imponência de seus prédios altos; da majestade de suas avenidas; do deslumbramento de suas iluminações; da suntuosidade de seus palácios, da intensidade de sua vida noturna, esquecendo o quadro desolador que vai pelo restante do país, só agora desperto pelos problemas em que nos debatemos, diante da fome que grita aos nossos ouvidos, diante da falta de transporte, de água, de pão, de leite para as crianças, de hospitais para os enfermos; diante dos preços que se elevam em espiral e dos governos que se mostram impotentes em encontrar uma solução para esse estado de coisas.

Quais os reflexos da política de distribuição das rendas na vida de São Paulo? Pauperismo progressivo do interior, despovoamento de suas zonas rurais, abandono das lavouras, desvio da mão-de-obra para empreendimentos industriais e imobiliários, que se concentram na Capital, em proporções sempre crescentes.

Comprovemos, em linhas gerais, porém expressiva, as nossas afirmativas: O Estado de São Paulo possui o maior

número de cidades brasileiras com população superior a 10 000 habitantes, as quais, segundo o Recenseamento Geral de 1940, são em número de 28. A Capital se apresentava com 16% da população total do Estado, vindo a seguir Santos com 1,7%; Campinas, com 1,1%; Santo André, com 0,8%; Sorocaba, com 0,7%; Ribeirão Preto, com 0,6%; Piracicaba, com 0,5%; Araraquara, com 0,4%; Marília, Rio Claro, Jundiaí e São Carlos, com 0,3%; Bauru, Franca, Araçatuba, Botucatu e Lins, com 0,2%; Jaú, Rio Preto, Mogi das Cruzes, Barretos, São José dos Campos, São João da Boa Vista, Bebedouro, Catanduva, Itapetininga, Itu e Jacareí, com 0,1%. As demais cidades vão para a classe dos centésimos, indicando, assim, os profundos desniveis demográficos que caracterizam o Estado mais populoso do Brasil e que chega a ter no Município da Capital uma densidade de 893 habitantes por quilômetro quadrado, seguindo-se-lhe Santos, com 189, Santo André, com 101, e depois... o deserto.

Segundo, ainda, os dados divulgados pelo Censo de 1940, a população alfabetizada de 10 anos e mais se distribuía pelas Zonas Fisiográficas do Estado nas seguintes percentagens:

1. ^a Zona	76,03%
2. ^a "	45,39%
3. ^a "	63,10%
4. ^a "	49,02%
5. ^a "	44,12%
6. ^a "	54,16%
7. ^a "	55,99%
8. ^a "	53,36%
9. ^a "	49,06%
10. ^a "	43,23%

As quotas de alfabetização mais elevadas encontram-se nas Zonas compreendidas pela Capital e por Santos.

No Estado a percentagem de alfabetização é de 57,4% sobre o total da população de 10 anos e mais; na Capital, entretanto, ela atinge a proporção mais elevada entre as Capi-tais do país, 84,8%. Porém, se retirarmos a população do Município de São Paulo, a percentagem cairá para 50,8%, o que revela que, praticamente, a metade dos habitantes do interior, nas idades de 10 anos e mais, é analfabeto.

O regime de assistência médico-hospitalar de São Paulo é dos melhores do Brasil. Contudo, conforme levantamento dos técnicos do Instituto de Serviços Sociais, havia no ano

de 1944, em todo o Estado, um médico para 1 699 pessoas, e média — na Capital, um médico para 578 pessoas, e, no interior, um para 3 093! A cada leito em hospital correspondia 408 pessoas, em média, no Estado — 132 pessoas na Capital e 534 no interior. Na Capital foram ainda registrados 2 576 facultativos, contra 2 106 no interior, isto é, 55% do total dos médicos para atender apenas a 18,5% da população do Estado. São cifras que falam alto por si mesmas.

No campo econômico são mais cruéis as indicações de números. A operação censitária revela, para 1939, os seguintes dados referentes à indústria de transformação: na Capital encontravam-se 4 267 estabelecimentos, dos 9 251 registrados em todo o território paulista, ou sejam 46,1%; o capital realizado por essa atividade econômica foi de 1 405 837 mil cruzeiros no Estado, cabendo à Capital 1 124 500 mil cruzeiros do montante, ou 80%, ao passo que apenas 281 337 mil cruzeiros de capital corresponderam a mais da metade dos estabelecimentos industriais, localizados no interior.

No comércio, os dados censitários não apresentam quadro mais animador. Os três ramos de atividade mercantil — atacado, a varejo e misto — apresentaram, em 1939, os seguintes resultados: estabelecimentos em atividades, em todo o Estado, 34 584, sendo 11 342 na Capital, ou 38,8%, e 23 242 no interior, ou 61,2%; salários pagos aos empregados no comércio, em todo o Estado, 270 796 mil cruzeiros, correspondendo à Capital 182 258 mil cruzeiros, ou 67,3%, e ao interior 88 538 mil cruzeiros, ou 32,7%; vendas efetuadas, no Estado, 12 710 363 mil cruzeiros, dando à Capital o movimento de 7 519 781 mil cruzeiros, equivalente a 51,9% do total, e no interior 5 190 582 mil cruzeiros, ou 48,1%. Não pára, infelizmente, aqui o comentário sobre êsses cômputos — é preciso notar que boa parte da elevação dos resultados do interior é devida a Santos, cujas vendas efetuadas no ano em apreço alcançaram a quota de 22,2% do total, seguindo-se, em ordem crescente, Campinas, com 1,4%, e Barretos, com 1,1%, atingindo 1% nem mais um só Município paulista...

Que conclusões amargas tulmutuam em nosso espírito ao termos a sensação de realidade tão angustiante!

Esses algarismos falam mais claro que a demagogia de quem querem combater os efeitos, deixando sem solução as causas de nosso atraso; daqueles que, encantados com as apariências de uma civilização artificial e devoradora,

enganaram, ludibriaram e desgastaram o Brasil e iludiram o mundo.

Um país como o nosso, de economia precária e de tipo colonial, de baixo rendimento de trabalho, sem moeda, sem crédito, sem organização, quis copiar padrões altos de nações ricas e fêz a obra que aí está — triste documento da incapacidade político-administrativa que levou Alberto Torres, há mais de 30 anos, a escrever esta página de tão flagrante atuação:

“O Brasil é um país que nunca foi organizado e está cada vez menos organizado. Sua ordem aparente, sua legalidade superficial, correspondem, na realidade, a uma perda constante de forças vivas: o povo — longe de se haver constituído social e economicamente; e a riqueza — extraída, explorada e exportada, em sua quase totalidade, sem compensação. Sua constituição e suas reformas, obedecendo às inspirações teóricas de novos dirigentes, não fundaram realidades: não fizeram circular sangue, nem vibrar nervos no corpo do país. Realizações de ideais e de ideias, ora incompatíveis com as aspirações nacionais, como a Monarquia, ora sem bases nos fatos — ideais de mera concepção, algumas vezes, e ideias que não se formaram de permeio ao desenvolvimento espontâneo das causas, nunca representaram nem gestações naturais de verdadeiros progressos, nem a maturidade de frutos da civilização. Sentimental ou doutrinariamente promovidos, não vieram a término, senão como simples mutações políticas exteriores, substitutivas das aparências imediatas das coisas públicas, consumando-se inteiramente, como dupla alegoria, com a queda de um cenário e o surgir de outro. Orgânica e profundamente, nossas reformas não podem ter feito senão destruir os rudimentos de tendências sociais, porventura incipientes, e acumular sobre a desordem das velhas instituições outros elementos de desordem”.

Já possuímos uma grande e dolorosa experiência de desacertos políticos como base histórica para procurar o caminho seguro. Eu não perdi ainda a fé nos destinos do Brasil; acredito em seu ressurgimento, nas grandes virtudes inatas de sua gente, e vós paulistas sois um exemplo capaz de animar o combatido espírito nacional para a larga campanha de redenção que temos de encetar, na luta pela sobrevivência da Nação.

Esse movimento municipalista é um ideal em marcha e que não comporta divergências partidárias, nem o persona-

lismo inútil que move o sentido da ação de muitos dos nossos políticos. E' um campo construtivo que tem à frente uma obra que não pertencerá a indivíduos e, por isso mesmo, exige compreensão, desprendimento e capacidade de realizar um programa renovador dentro de nossas realidades; obra de sacrifício e de elevação, longa e tenaz, porque fere de frente interesses de grupos organizados que não desejam perder posições-chaves, pontos de apôio para a defesa de suas conveniências pessoais e dos seus apaniguados.

O trabalho a que nos vamos dedicar é cruzada de idealismo, sem preocupações de mando ou de benefício pessoal. E' luta pela organização nacional, pelo espírito da verdadeira federação, pela transfusão de um sentido novo na estrutura política no Brasil, com base em suas unidades primárias.

Não se trata, como superficialmente alguns possam entender, de ampliar as fontes das rendas municipais e assim contarem os administradores com mais recursos para gastar a seu bel prazer. Trata-se, na verdade, de preparar as finanças municipais para a ação administrativa necessária ao atendimento de inúmeros encargos reclamados pela defesa econômica e social das comunas. Transferir do Estado para o Município ação que lhe é própria e dessarte, prepará-lo para solucionar os seus problemas, desenvolver e progredir, desenvolvendo e fazendo progredir o Estado, que passaria a exercer sua verdadeira função política — órgão de coordenação e orientação no plano nacional, como elemento de ligação entre a "União soberana e as comunas autônomas".

E' imperativo criar um ambiente de vida possível à massa populacional do interior, uma como que escola de educação política e administrativa, destinada a promover a fixação de valores, que não emigrarão à procura de condições melhores, desde que sua cidade, seu Município, ofereçam campo propício à sua atuação.

Não subestimemos as dificuldades a vencer nessa caminhada heróica pela conquista da libertação do interior brasileiro; não nos iludamos com a miragem do milagre da ressurreição imediata da vida quase extinta de cidades taperas e de um interior povoado de doentes e depauperados. Tenhamos, entretanto, fé na obra que vamos realizar.

Lembremo-nos de que o grande vigor da América do Norte reside em sua notável vida municipal; que o segredo da democracia americana está no exato cumprimento dos princípios do regime federativo, onde a autonomia política de suas

unidades primárias se emparelha com a liberdade econômica, produto da vitalidade financeira das administrações locais. Ali, como em todas as nações civilizadas, quaisquer sejam os seus regimes políticos, os problemas básicos — educação, saúde, assistência, segurança pública, transportes e fomento econômico — estão a cargo das administrações comunais, que sentindo-os mais perto, os resolvem com mais inteligência e precisão do que essa longinqua e inatingível entidade que entre nós se chama Governo Estadual.

Confiemos, outrossim, na força do espírito do nosso sertanejo, do nosso Jeca Tatú, no amor pela sua gleba e pelo seu povo, no seu patriotismo. Consideremos os nossos rudes matutos como capazes de reação e de contribuirem, com tenacidade e sacrifício, para a grandeza do Brasil, porque nêles existem, ao lado dos defeitos aquelas virtudes que influiram em nossa formação espiritual e histórica; dêles também promanaram expressivos movimentos da vida nacional.

E' especialmente para a consciência dos homens do interior, principais vítimas da crueldade da política de desacertos do Brasil, que devemos apelar no sentido de que se unam e participem da campanha pelo municipalismo, buscando estímulo no exemplo das mais destacadas e brilhantes figuras da representação paulista na Assembléia Constituinte, que já saíram a campo, em prol das comunas brasileiras.

Eu me refiro, com emoção e entusiasmo, aos ilustres deputados Noveli Júnior, Horácio Lafer, Altino Arantes, Gófredo Te'és, Plínio Barreto, Mário Mazagão, Antônio Feliciano, Aureliano Leite, Piza Sobrinho, Costa Neto e outros que, sem distinção de côn partidária, pugnaram pelos legítimos interesses dos Municípios, criando o clima para a primeira conquista e outras que, sem dúvida, virão, até a vitória completa e integral, se cercardes, com o vosso apôlo, a vigilância permanente de ação objetiva e patriótica daquêles que vos representam no cenário político.

Eu tenho fé em São Paulo. Na feliz concepção de um vosso coestaduano, a alma paulista assim pensou outrora: "Aqui, neste solo, vou plantar a árvore de minha vida. Será um povo austero, de trato lhamo e de ânimo viril. Empenhadão em todas as obras sadias, terá o peito aberto à flor das melhores esperanças e os braços afeitos à realização dos maiores empreendimentos. Afável, mas enérgico; prático e sonhador a um tempo, será operoso, infatigável, tenaz. Alicerçado de forças mentais e de resistência física para todas as lutas a que a

vida de comum obriga, alargará as terras da colônia, desvendará os segredos das minas, multiplicará as manadas nos campos, inundará de searas ricas as terras aráveis, levantará florestas de chaminés, estenderá uma trama densa de comunicações, terá escolas para crianças, asilos para velhos, e será grande pela riqueza, pela força e pela cultura. Esta será a árvore de minha vida, com frutos bastantes para a sêde de milhões de filhos de todos os recantos do mundo".

Não permitireis, estou certo, que o lindo sonho dessa profecia se esvaneça. O que já fizestes, até agora, confirma vossa capacidade de adaptação e a possibilidade de reversão do vosso esforço no sentido de uma rápida interiorização capaz de ressurgir, recompor e revitalizar São Paulo.

Vós, paulistas, que tendes pela liberdade um culto que vem de quatrocentos anos de lutas empolgantes, neste alvorecer de uma nova fase democrática deveis impor, como norma política, a libertação dos vossos Municípios da miséria que caminha progressiva e tremendamente, dando ao Brasil mais um exemplo do vosso espírito prático e dos vossos sentimentos de amor à terra ddivosa, tornando-a grande e produtiva, para que ela dê ao homem elementos e possibilidades de trabalho, de cultura, de saúde, de segurança e de justiça.

AVISO AOS COLABORADORES

O PAGAMENTO DOS ARTIGOS PUBLICADOS
SERÁ FEITO ÀS 4as. FEIRAS, ÀS 17 HORAS,
EM NOSSA SÉDE, PELO TESOUREIRO.

A DISCIPLINA E O APÓS GUERRA

Cap. GERARDO L. AMARAL

O após guerra, agora como sempre, é uma fase crítica na vida das nações beligerantes e até mesmo das que só indiretamente participaram do conflito sofrendo suas consequências, e que são tôdas as demais.

O clima de post-guerra é propício à proliferação de tôda sorte de exotismos, quer sejam políticos, sociais ou econômicos. E os desajustamentos sociais, decorrentes da carência de meios para uns — a esmagadora maioria, e da abundância para outros — e poucos, favorecem a disseminação de idéias que, em épocas normais, nem seriam consideradas.

Entre os vencidos o ódio e o anseio de vingança germinam e, sorrateiramente, se desenvolvem sob as cinzas quentes da derrota. Entre os vencedores há uma euforia individual exteriorizada pelo sentimento exagerado que cada um tem de sua contribuição para a vitória, e um sentimento coletivo de superioridade que conduz à super-estimação do próprio valor e ao consequente relaxamento de tudo que diga respeito à segurança nacional. Os governos de post-guerra enfrentam, sempre, tôdas as espécies de crises e, raramente, conseguem vencê-las.

A situação atual oferece um aspecto interessante: — a queda ruidosa dos totalitarismos da direita redundou numa exploração dos princípios democráticos a que falta o apôlo significativo do totalitarismo da esquerda cuja posição política foi reforçada pela heróica participação dos exércitos vermelhos na conquista da vitória.

E nesse ambiente nebuloso que vive o mundo debatendo problemas de paz e cooperação entre os homens que não confiam, e nem podem confiar, uns nos outros.

A paz armada, agora mais que nunca, é um imperativo de segurança nacional. Mas não apenas grandes efetivos em homens e materiais representam a pujança bélica de uma

nação moderna. E' indispensável uma consciência cívica amadurecida no conhecimento das responsabilidades de todos e de cada um no esforço nacional pela manutenção da integridade pátria.

O grande perigo que nos ameaça está na importação de ideias esdrúxulas visando o solapamento das instituições basilares da Nação. Precisamos reagir a tudo que não se coaduna com a nossa formação nacional, ponto de equilíbrio em torno do qual gravita o que é decorrente ou mais adaptável ao nosso caso particular. Sendo, como somos, uma raça em marcha na busca de seu tipo próprio — ainda longe de ser alcançado — nem por isso devemos aceitar tudo que venha de fora, mesmo que em outras plagas possa ter dado bons resultados.

* * *

Entre as instituições nacionais basilares que mais necessitam ser resguardadas, com todas as suas características, estão as forças armadas. Fiel da balança, pois que representam a força, que decide "in ultima ratio", sobre elas recaem os ataques subreptícios dos que visam desmoralizar a Nação conduzindo-a à ruína política, social e econômica.

Pela própria formação histórica das nações latino-americanas aqui, mais do que em qualquer outra parte do mundo, as forças armadas são permanente fator de equilíbrio ou desequilíbrio político e, por isso mesmo, constantemente solicitadas a tomarem parte nas lutas pela posse da governância. O impatriotismo dos que assim as solicitam só pode ser comparado ao dos que buscam solapar seus fundamentos à capa de assegurar direitos iguais para todos que as compõem. Invocando o preceito constitucional de que todos são iguais perante a lei omitem, propositadamente, a exegese desse mesmo preceito em que se verifica que a liberdade de um indivíduo termina onde começa a de outro. E é na própria Constituição de 1946, vasada nas mais amplas conquistas democráticas, que se lê serem as forças armadas instituições nacionais permanentes organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

A disciplina imperante nas forças armadas não restringe direitos nem liberdades legais. Em autores franceses anotamos as seguintes expressões: — "Obedeço e comando tendo

um só objetivo: o dever a cumprir." "O que torna a disciplina militar mais agradável que tôdas as outras é que em lugar de atender a interesses pessoais, o chefe é submetido às mesmas obrigações que aqueles que ele comanda, e esta obrigação é, ainda uma vez, o dever".

O cumprimento do dever é a única servidão imposta pela disciplina militar. Onde quer que haja alguém com um dever a cumprir há uma forma de disciplina, variável segundo as características da instituição onde ela vigora.

* * *

Em sua visita à nossa E. E. M. disse o Gen. EISENHOWER: "Todos os esforços devem ser feitos no sentido de dar à tropa uma sólida disciplina de combate. A pedra fundamental será a ambientação do soldado ao campo de batalha, conseguida através de exercícios com tiro real que acostumem o homem, progressivamente, a raciocinar e a agir nas condições mais próximas possíveis da dura realidade dos combates que marcaram o fim da última guerra. Esta disciplina é diferente da disciplina normal, que se traduz em demonstrações de cortezia e sinais de respeito, mas ambas estão intimamente ligadas".

"Para nós, é assás difícil ensinar ao homem, que durante a vida inteira só aprendeu os deveres e direitos do cidadão de uma democracia, a disciplina ferrea da guerra, que dêle exige se submeta sem titubear às obrigações terríveis do campo de batalha".

Nada melhor para ressaltar a importância da disciplina nas forças armadas que haver servido ela de assunto para uma parte do discurso proferido pelo Cmt. Chefe das Forças Aliadas em nosso mais alto instituto de ensino militar. Reconhece o Gen. EISENHOWER a dificuldade de fazer com que homens que durante tôda a vida só aprenderam os direitos e deveres de cidadãos de uma democracia se submetam à disciplina ferrea dos campos de batalha e é por isso que ele recomenda a necessidade de se fazer o esforço principal na direção da disciplina de combate, diferente da disciplina normal, mas a ela intimamente ligada.

Ousamos afirmar que nenhuma tropa será disciplinada no combate se não praticar conscientemente a disciplina normal que se traduz em provas de cortezia e respeito. E, convém

salientar, em abono da assertiva, que essas provas são, pela própria essência da instituição militar, dirigidas não ao indivíduo-pessoa mas, sim, ao indivíduo-chefe, conhecido ou não dos subordinados. De outra maneira não se conceberia a possibilidade de uma tropa receber, em pleno decorrer da batalha, na hora mesmo do tumulto, um chefe novo e desconhecido. E' preciso que os disciplinadores dêm um cunho absolutamente impessoal às regras que ensinarem e afastem completamente o seu EU de tudo que se referir à disciplina.

"O Exército vive só da disciplina"

Exemplos edificantes de disciplina perfeita, consciente, podemos colher na história ainda esparsa da última guerra. Dois apenas citaremos: — dentre as tropas que nas praias de Dunquerque lutaram semanas sob o rigor dos mais violentos ataques inimigos porfiando por alcançar os navios que as levariam às Ilhas heróicas, havia uma Brigada já famosa por sua disciplina e instrução. Pois essa tropa não desmereceu o alto conceito em que era tida. Todos seus elementos que conseguiram embarcar ao deixarem as embarcações na Inglaterra conduziam seus fuzis, tinham a barba feita, seus botões e calçados luziam...

O outro exemplo é o de uma companhia de manutenção cujos homens já não se recolheram para descanso, qualquer que fosse a hora ou o serviço realizado, sem antes deixarem em perfeitas condições de limpeza todo o material empregado.

E' pois na guerra que se verifica o verdadeiro grau de disciplina de uma tropa mas, e isto é essencial, é na paz que uma tropa recebe a disciplina normal básica para a de combate.

O conceito de um ilustre oficial inglês, o Ten. Gen. Sir Arthur Smith: — "A disciplina não é um suplício a ser suportado, mas uma qualidade nobre a ser cultivada" casa-se perfeitamente com as expressões acima referidas e de autores franceses.

* * *

Agitou-se recentemente (e talvez ainda esteja agitada) a opinião pública norte-americana com um debate amplo, pela imprensa, rádio, comício, mesas redondas e quantos meios próprios, sobre o "sistema de castas" ou "diferenças hierárquicas" entre os membros das forças armadas.

Um articulista insuspeito por ter sido oficial comissionado durante a guerra e pertencente, como diz, à classe dos "sol-

dados-escritores particularmente sensíveis às durezas e dificuldades do "sistema de castas" rebate de maneira simples e impressionante êsse propósito indefensável de solapar a disciplina militar. Põe êle a questão nêstes termos: "No campo de batalha, o grande problema, em termos concretos, consiste em fazer avançar o pelotão" e mais "A maior dificuldade, o mais intrincado problema que um exército tem de resolver, é o de movimentar o pelotão estrada abaixo, ou através da praia, ou até a pequena nesga de terra de uma posição elevada." Como se conseguirá tudo isto de uma tropa sem disciplina? E' o mesmo articulista quem nos diz: "até agora, ninguém descobriu ainda uma maneira de conseguir disciplina por outro meio que a autoridade do sistema de castas, através de uma hierarquia na qual as obrigações são cumpridas obedecendo às ordens de cima e esperando obediência de baixo."

Não será demais repetir que **no campo de batalha, o grande problema, em termos concretos, consiste em fazer avançar o pelotão**. Simples demais a conclusão, não faltará quem o diga. Lembremo-nos, porém, desse sábio ensinamento.

... " e tudo por falta de um cravo de ferradura!!!"

Disciplinar é uma nobre tarefa, nobre e anônima. Exige fé e perseverança, mas exige sobretudo prática consciente do que ensinamos. Mas não só isto. Exige apôlo irrestrito, assistência permanente e efetiva dos chefes superiores.

O processo de ensino mais seguro, mais eficiente e... mais difícil é o do exemplo, o do faça como eu faço.

Não podemos negar que há um injustificável relaxamento na parte disciplinar de nossas tropas. Mas ainda é tempo de retomar o trabalho numa ação conjunta, de baixo para cima e de cima para baixo. O trabalho será todo de reeducação de uns e de educação dos outros. E não há tempo a perder.

ATRAZOS

Solicitamos aos companheiros que considerem o serviço de correios e a distancia sempre que houver atraso no recebimento da revista:
----- somente utilizamos trem ou vapor. -----

“A Bateria do Automóvel”

Pelo Major ARQUIMEDES P. OLIVEIRA

**Ensinamentos práticos utilíssimos
expostos em termos não técnicos.**

- I — Que é uma bateria
- II — Como gera corrente
- III — Como deve ser instalada no veículo
- IV — Como deve ser conservada
- V — Quando e como deve ser carregada
- VI — Quando e como deve ser consertada
- VII — Instalação de um posto de carga e
reparação:

MATERIAL:

- Técnica de conserto
- Técnica de carregamento
- Controle de serviço

Pedidos à “A Defesa Nacional”

PREÇO: Cr\$ 15,00

A ACÇÃO EDUCADORA DO OFICIAL

Cel. ALCINDO NUNES PEREIRA

1 — INTRODUÇÃO

“A educação moral é a base da formação militar do homem” (RPIQT, n.º 41).

Esse simples enunciado traduz a enorme responsabilidade que cabe aos quadros, na sua tarefa de paz, e evidencia a importância da obra educacional, a executar na caserna, no curto período de doze meses.

Vamos a seguir, examinar os aspécitos e as circunstâncias que lhe condicionam a realização.

2 — CONHECIMENTO DO HOMEM

“O combate é a finalidade dos exércitos e o homem é o principal instrumento do combate; nada pode ser sabiamente ordenado, num exército, sem o conhecimento exato do instrumento principal; o homem e o seu estado moral, no instante definitivo do combate” (Ardant du Picq.).

O homem é, indiscutivelmente, o elemento primordial na guerra. E' a Infantaria a arma, por excelência, da ação humana, a arma em que o valor individual e coletivo do homem é submetido as máximas provações do campo de batalha.

A Infantaria consagrada, através dos séculos, como a Rainha das Armas, ainda hoje mantém tão proeminente situação.

Assim o assevera, o Departamento de Guerra, dos EE.UU., em Londres, quando em publicação de junho de 1944, diz: “A Infantaria é o fator central e decisivo em todos os combates” e mais adiante: “E' a Infantaria que sofre as maiores baixas e atravessa as maiores dificuldades para alcançar a

decisão final. Com o poderoso e indispensável auxílio das outras armas ela continua a ser a única responsável pela prova suprema da guerra — o combate corpo-a-corpo, com a Infantaria inimiga, a fim de obter as decisões locais que combinadas, decidem da vitória final".

Esta autorizada informação, sobre a Infantaria, clara, precisa, e da maior atualidade, confirma integralmente os conceitos expêndidos em nosso atual RECI, editado em 1932 (Cap. I item II, 2.^a parte).

Como no passado, a ação do infante, no futuro, será fundamental; sobre os seus ombros pesarão ainda maiores responsabilidades, por ser mais complexa a guerra moderna.

"Só uma Infantaria perfeitamente adestrada e dotada de sólido e elevado moral, poderá alcançar a vitória, nas atuais circunstâncias do campo de batalha".

"É o valor da tropa que, em última análise, decide da vitória" (RECI 2.^a parte n.º 98).

É esse valor que devemos forjar. É uma Infantaria de alta qualidade que procuramos obter, em nosso trabalho instrutivo e educacional.

Deixando de lado as partes concernentes ao preparo técnico e tático da Arma, examinemos a que se refere à sua preparação psicológica, ao desenvolvimento de sua capacidade espiritual, à criação de sua força moral.

Essa preparação consegue-se pela ação sobre o indivíduo e pela ação sobre a coletividade: — a tropa.

A experiência e a sabedoria do Marechal de Saxe, levou-o a afirmar que "o coração humano é o ponto de partida, em todas as coisas da guerra".

Precisamos conhecer o homem em geral, e o nosso em particular, para que possamos formar o infante.

De origens diversas, os nossos homens não apresentam características raciais homogêneas que nos facilitem a tarefa. Daí a maior importância a atribuir à preparação mental e moral dos mesmos, se quisermos formar uma coletividade coesa, ligada pelos laços indestrutíveis de sólida consciência nacional.

Conhecendo-lhes as grandezas e as fraquezas, melhor poderemos orientar a nossa ação educadora, maior rendimento obteremos de seus esforços, mais facilmente conduzi-los em todas as circunstâncias.

Ao Chefe, do menos graduado ao de maior hierarquia, cabe realizar essa obra educativa, atuando de forma intel-

gente, metódica e perseverante, sobre os elementos que lhe estão subordinados, adaptando a sua ação à natureza dos mesmos, evitando aplicar fórmulas empíricas ou seguir apenas os impulsos do próprio temperamento, não raro contraproducentes.

E' preciso estudar e observar os homens, distingui-los pelos sentimentos. Descobrir-lhes as boas qualidades e os defeitos, a fim de poder aproveitá-los, convenientemente, o que é útil e corrigir o que é nocivo.

A timidez e a humildade que caracterizam o nosso homem bisonho do interior, impõe-nos tratá-lo com bondade e atenção, para que possamos, inspirar-lhe a indispensável confiança, obter acatamento às nossas decisões, sem provocar o medo; conseguir-lhe o interesse pela instrução; torná-lo desembaraçado, consciente de seu valor pessoal, capaz de iniciativas.

Ao revés, o homem dessa índole, tratado com aspereza e desinteresse, tem receio de aproximar-se do chefe, evitá-o, em via de regra, atemoriza-se e perturba-se quando interpelado; não se dedica ao serviço, a não ser sob fiscalização; não se presta à menor iniciativa, limitando-se a fazer tão somente o que se lhe determina; não coopera.

O nosso caboclo, melindra-se e se torna rancoroso, com palavras ou atos que lhe firam certas susceptibilidades, por vezes pueris, mas, comuns entre os homens de pouca cultura. Se, ao contrário, vê ressaltadas as suas boas qualidades, o esforço e a dedicação empenhados; corrigidas com justiça e serenidade as suas falhas e êrros, sente-se estimulado, procura corresponder à expectativa do chefe e do instrutor, trabalha com disposição e interesse.

3 — AMBIENTE DE CONFIANÇA

Cheios de apreensões e de pensamentos inquietantes, fruto de uma imaginação simples e versátil, ingressam os conscritos na caserna. Supõem encontrar por parte dos que os vão dirigir, um autoritarismo difícil de tolerar, chefes arrogantes e sem entradas, um regimem de rispidez e brutalidade. Tal estado de espírito conduz muitos a uma timidez acabrunhante e outros a uma exasperação latente.

Impõe-se a neutralização desses fatores negativos, logo de inicio. E por que forma? Proporcionando-lhes uma acolhida justa e respeitosa à sua personalidade; fazendo-os sentir

o império da ordem e da disciplina, em tôdas as atividades de que vão participar, por mais simples que sejam. E' preciso que se sintam tranquilos, no novo meio em que passam a viver, sem receio de humilhações, injustiças ou quaisquer tratamentos desagradáveis que imaginam decorrerem do sistema disciplinar.

E' de uma atmosfera de confiança, de alojamentos higiênicos e de alimentação saudável, que o homem necessita para consagrarse, tranquilamente, aos pesados esforços que têm de despender.

A justa recompensa, o reconhecimento imparcial dos direitos e a distribuição equitativa dos serviços (guardas, faxinas, etc...) são as condições criadoras desse ambiente, o mais propício para o comando exigir, com rigor, o cumprimento dos deveres e, para obter dos homens, o máximo de cooperação.

"O moral é fruto da confiança" (RECI, 2.ª parte, n.º 93).

4 — PROCESSO DE COMANDO

A ação educadora do comando deve fazer-se sentir sem solução de continuidade, sobre o homem, durante todo o tempo de serviço.

Decorrerá, naturalmente, de todos os atos do chefe, qualquer que seja o aspécito de que se revistam, ou em outras palavras, processar-se-á através das ordens, das recomendações, dos conselhos, dos exemplos e das sanções.

Tanto mais importantes serão os efeitos produzidos por esses atos, quanto maior a habilidade com que forem realizados.

O Chefe deve agir de forma que corrija os defeitos e as exquisitices dos homens, sem atormentá-los, sem amesquinhá-los, procurando ser, escrupulosamente, justo e sempre lhes estimulando o capricho e o bom-humor.

Para educar é preciso, antes de mais nada, fazer o homem vibrar, isto é, colocá-lo nas melhores condições de receptividade ao ensinamento que se lhe vai ministrar.

E isso varia de individuo para individuo: uns atendem ao apelo à razão; outros ao amor-próprio e ao sentimento, e alguns, aliás a minoria, sómente à sâncção.

E' preciso distinguir o caso, para a devida aplicação, sem perder de vista que o homem tende mais para o mal do que para o bem.

5 — EDUCAR PELO EXEMPLO

Educar pelo exemplo é princípio básico de toda a obra educacional, de há muito, universalmente, consagrado.

O procedimento do chefe guia o dos subordinados e exerce sobre eles um poder fascinante que os leva a imitar e, por vezes, a sobrepujar o próprio superior, seja pelo aperfeiçoamento das qualidades, seja pela ampliação dos defeitos.

Até os espíritos mais rebeldes acabam influenciados pelo exemplo persistente.

Só o oficial que é senhor de sua profissão, que tem a necessária segurança nos conhecimentos a ministrar, que pauata os seus atos por normas de proceder inatacáveis, possue a superioridade moral, intelectual e profissional necessária ao verdadeiro chefe.

Ser capaz de dar sempre o bom exemplo, sob todos os aspectos da atividade militar, não é condição fácil de satisfazer, mas deve ser preocupação perseverante de todos os que têm uma parcela de comando. Preocupação cuja importância cresce na razão direta do grau hierárquico, mas que tem valor inestimável desde o primeiro posto.

O oficial recem-saído da Escola Militar, entusiasmado e confiante na profissão que abraçou, é, muitas vezes, fácil presa do desânimo, ao entrar em contacto com a realidade da vida, na caserna.

Conhece bem todos os deveres e os cumpre, inicialmente, com zélo. Aos poucos, porém, se não possue força de vontade suficiente, para sobrepor-se aos maus exemplos ou às contingências contrárias, vai perdendo, ardoz, deixa-se tomar pelo relaxamento, falha por completo à sua missão.

Cumpre aos chefes, de todos os escalões, manterem-se vigilantes, prontos a aconselhar o subordinado que vacila ou se desorienta, e mesmo, a exigir-lhe que se corrija.

O procedimento errado do oficial tem repercussões mais graves e profundas, do que o de uma simples praça.

Se cabe ao chefe conduzir os jovens oficiais pelo nobre caminho do dever, compete a estes esforçarem-se por fugir à tentação dos maus hábitos, reagir contra os desfalecimentos da vontade, mantendo-a firme e resoluta, ante as influências deprimentes e destruidoras.

6 — COMANDAR BASEADO NO DIREITO E NA JUSTIÇA

Comandar baseado no direito e na justiça é uma regra intangível que constitui o alicerce do edifício moral do Comando.

Para aplicá-la, esbarra o chefe com inúmeras dificuldades, só superáveis por um critério imparcial e judicioso, por uma ação firme e independente.

Demarcar o exato limite entre o direito e o favor, subtrair-se às influências pessoais e às injunções extranhas ao serviço, distinguir a hipocrisia através de aparências ilusórias, eis sérios problemas com que él se defronta, na sua árdua missão de decidir e de julgar.

Cumpre-lhe desvencilhar-se, dignamente, dessas malhas embracadoras e encontrar o caminho recto de proceder.

Variará, por certo, de chefe para chefe, o critério a seguir. O que a um parecerá justo, não o será ao juízo do outro. Cada um julgará de acordo com o carácter, educação e idéias próprias.

Na apreciação dos atos de um chefe, influe, por vezes o espírito de prevenção contra él. Prevenção essa que gera a crença nociva de que as decisões contrárias ao interessado trazem o estigma da hostilidade ou da perseguição.

Cada oficial é a um tempo chefe e subordinado, duplidade que lhe facilita mais ampla margem para julgar os fatos e aferir as responsabilidades que lhe cabem.

Uma educação acanhada e sectária conduz, insensivelmente, o chefe para a arbitrariedade e para a injustiça favorecendo apenas os que pensam como él.

Difícil é, sem dúvida, manter-se na linha do direito e da justiça, mas seguindo-se "a voz da consciência", de uma consciência estruturada na firmeza de carácter, tal objetivo será alcançado.

Robustecer o carácter de seus comandados, eis o caminho seguro a tomar.

7 — OBEDIÊNCIA E COLABORAÇÃO

A obediência é essencial à disciplina. Tão nobre é mandar quanto obedecer, mas, nem sempre é mais fácil obedecer do que mandar. O que não padece discussão, porém, é que, no organismo militar, é indispensável que uns mandem e outros obedecem, sendo que os que mandam também obedecem a superiores.

E' uma cadeia de vontades ativas, vasta associação moral, em que, nos diversos escalões, todos trabalham no mesmo sentido; é um trabalho de colaboração, entre chefes e subordinados, visando um fim único: — a grandeza da Pátria.

Colaboração que para ser eficiente, para alcançar os objetivos colimados, deve ter vínculos morais, cujos fundamentos se estejam na sinceridade e na lealdade.

As sugestões e as ponderações ao chefe, constituem, muitas vezes, valiosa contribuição que não deve ser menosprezada.

Elas não comprometem a disciplina, nem o princípio de autoridade, como muitos fazem crer, mas, ao contrário demonstram elevação de vistos e sinceridade de propósitos, por parte do chefe que as recebe.

O exercício do comando beneficia-se do espírito de liberdade e de tolerância, à base de um caráter firme e de uma apreciável capacidade de julgamento.

8 — COMANDAR É CONVENCER

A disciplina consciente é, sem dúvida alguma, a de maior valor. A compreensão do indivíduo e a sua voluntária submissão aos preceitos disciplinares, tornam a disciplina mais sólida, mais eficiente.

O chefe deve esforçar-se por obter o acatamento de seus subordinados, sem a aplicação de sancções; levar ao máximo a persuasão, cujos efeitos são muito eficazes.

Sempre que não houver inconveniente, é útil explicar o "porque" das medidas e das ordens dadas. Conciente do que vai fazer, o subordinado age melhor, no sentido da vontade do chefe.

9 — CONQUISTAR O CORAÇÃO DOS SUBORDINADOS PELA BONDADE

Tornar o serviço menos árduo aos subordinados, sem o deixar cair no relaxamento, sem passar a mão por cima das transgressões disciplinares, é um bom princípio a adotar.

Não deve o chefe pensar em agradar ou desagradar aos subordinados, nem se preocupar com a opinião deles, mas agir de acordo com a consciência e com o dever, atender-lhes os interesses particulares, desde que não colidam com os de serviço, interessar-se pela sua vida privada, para suavizá-lhe as dificuldades, sempre que possível.

Não é o fato de exigir e ter atitudes firmes que impede um superior de ser estimado pelos subordinados.

A benevolência e a generosidade não interferem com as exigências da disciplina, senão para torná-la mais humana, e, por isso, dão excelentes resultados.

Ao chefe compete tomar a defesa de seus subordinados em todas as causas justas e ampará-los, com a recompensa, sempre que o merecerem.

Não se visa com isso parecer bom, justo e cuidadoso com o bem estar dos homens, mas sé-lo, efetivamente.

Assim procedendo, o chefe tocar-lhes-á o coração e será por êles estimado. A afeição não se impõe, resulta de um conjunto de fatores, independentes da vontade. Ela dá à disciplina uma força que se não obtém pelas mais lindas palestras nem pelos mais rígidos e sábios regulamentos.

10 — APÉLO AO AMOR PRÓPRIO

O amor-próprio é o estímulo poderoso que leva para a frente os indivíduos e as coletividades. É um valioso meio de que dispõe o chefe para incentivar os esforços, animar os espíritos, provocar o progresso, utilizando-o na emulação entre os homens e entre as unidades.

Sempre que a oportunidade for favorável, por insignificante que pareça o motivo, deve-se-lhe tirar todo o partido.

Após um exercício forte ou uma marcha penosa, realçar a unidade ou unidades que mais se destacaram; ao soldado que melhor executou um movimento, uma operação, etc... cumprimentá-lo e utilizá-lo como modelo...

Corrigir os faltosos ou descuidados, sem ofender, nem humilhar, tocando-lhe o amor-próprio, (como por exemplo: — "esperava que você fizesse melhor"..., "estou certo de que com um pouco mais de atenção, fará bem de outra vez" ...).

11 — FIRMEZA E BONDADÉ; EXIGÊNCIA E MAU-HUMOR

Toda a ordem cuja execução não for fiscalizada, caduca logo.

O homem é, naturalmente, preguiçoso, tem a tendência de não fazer esforços que contrariem os seus hábitos. Com a falta de fiscalização, produzirá o menos possível.

E' indispensável que a exigência seja contínua e uniforme, sem que haja intermitências, para evitar-se o relaxamento.

A disciplina e a bôa marcha do serviço não podem ser asseguradas aos solavancos, mas por uma ação ininterrupta, persistente e vigilante.

Para isso não é necessário uma fiscalização perturbadora, pela minúcia e pela inoportunidade, cheia de recriminações e de esbravejamentos. Com habilidade e tático, o chefe vai acompanhando os trabalhos, intervindo aqui e ali, com o objetivo de educar, de orientar.

Cumpre agir firme e sereno. Se encontrar uma resistência indevida, quebrá-la sem consideração, com os meios que os regulamentos põem ao seu dispôr.

Tomada uma decisão, não admitir insinuações, mantendo-se inflexível a qualquer pedido de reconsideração (salvo se houver engano).

“Mão de ferro em luva de veludo”.

12 — PUNIÇÃO E AMEAÇA

A sanção é a arma posta na mão do chefe, para corrigir os que se mostram rebeldes à ação persuasiva.

Deverá ser utilizada, como último recurso, quando todos os meios suasórios tiverem sido ineficazes.

A sua aplicação é uma das mais delicadas atribuições do Comando. Exige ponderação, serenidade e isenção de espírito. Baseia-se, quase sempre, em informações fornecidas por outrem, cujo critério deve conhecer bem, antes de fazer o julgamento definitivo.

Informações pouco exatas, narracões incompletas, confusas ou tendenciosas, conduzem o chefe a fazer injustiça.

“In dubio pró reu”, diz o proverbio latino. Antes deixar impune uma transgressão mal investigada, do que praticar um ato injusto.

Perdoar as pequenas faltas cometidas, a mor parte das vezes, por motivos fortuitos ou mera casualidade, advertindo os infratores, concorre mais para educar do que imposição intransigente de punições.

Se a gravidade da infracção, porém, resultante de sua própria natureza ou de reincidência, exigir punição severa, não pode o chefe vacilar: deve agir com inflexibilidade, visando não só o castigo do faltoso, mas, acima de tudo, o exemplo destinado a ressalvar a disciplina e a bôa execução do serviço.

O próprio RDE (n.º 62), leva o espirito de benevolência além do ato punitivo, autorizando o Comando a relevar o res-

tó da pena quando perceber, pelos efeitos produzidos, alcançada a finalidade em vista.

A gama de punições e as regras de aplicação que o Regulamento estabelece, facultam ao chefe impor, com justiça, a sua autoridade, responsável pelo cumprimento exato das ordens superiores e dos preceitos regulamentares, sem utilizar o condenável recurso às ameaças, cujos efeitos são não só efémeros e ilusórios, senão também nocivos e incompatíveis com as boas normas educacionais.

Em matéria de tanta relevância, cumpre que os chefes de todos os escalões, investiguem escrupulosamente as ocorrências sobre as quais tenham de participar, informar ou decidir, a fim de não induzir o superior a praticar injustiça.

E' indispensável também que façam compreender aos subordinados que o chefe pune, sob o imperativo do dever, em benefício do interesse geral, sem preocupações de ordem pessoal; e que os orientem para a reabilitação, estimulando-lhes os bons sentimentos e a vontade de agir corretamente.

13 — RECOMPENSA

O nosso Regulamento disciplinar associa, em seu texto a punição e a recompensa, como que a evidenciar a relação psicológica entre elas existentes. A mesma autoridade à qual atribui o dever de punir, facilita competência para recomendar.

Recompensa e punição produzem efeitos antagónicos. A justa aplicação dessas duas armas, aumenta, consideravelmente, a força educadora do chefe, permitindo-lhe agir de forma diversa, sobre indivíduos de natureza diversas.

Se a sanção deve ter uso restrito ao mínimo indispensável, a recompensa pode, ao revés, ser utilizada com mais largueza, sem maiores inconvenientes.

A recompensa constitui estímulo poderoso e direto, maior realce adquire, quando posta em confronto com a punição, tornando esta mais acerba.

E' muito humana a satisfação de ver coroado de reconhecimento o esforço despendido, com interesse e dedicação; de ver aplaudida uma acção acertada ou meritória; de saber em justo aprêço o bom procedimento.

A recompensa toca o amor-próprio do homem, encoraja-o a renovar o empenho de agir bem.

Variadas são as maneiras de recompensar que o Regulamento põe nas mãos do chefe. Cabe-lhe escolher a mais adequada ao indivíduo e ao efeito desejado.

A indiferença pelo bom ou mau procedimento do homem é condenável, porque falseia a verdadeira obra educacional, nega-lhe os estímulos indispensáveis, para revigorar a prática do bem e erradicar a do mal.

14 — IMPESSOALIZAÇÃO DA DISCIPLINA

A utilização dos sentimentos na educação militar do homem, deve ser feita sem perder de vista que a disciplina é impessoal. "A obediência pronta às ordens do chefe" (RDE, art. 3.º) não se refere a determinado chefe, àquele que presidiu a educação do subordinado, mas a qualquer novo chefe que este venha ter.

O chefe simboliza o poder da autoridade emanante da organização hierárquica. Assim deve compreender o homem. Essa impessoalização não o inibe, todavia, de votar estima ao chefe. Estima que não decorre de favoritismo, mas que se baseia na apreciação das qualidades pessoais e profissionais do superior, na consideração que a sua personalidade merece e na própria educação militar do subordinado. A obra educacional desenvolve-se no tempo de paz, utilizando os recursos já referidos. Mas, na guerra, não há lugar para a persuasão. O chefe não procura mais convencer; ordena e exige obediência sem explicações. Reprime, imediata e severamente, toda a falta cometida, sem considerar os efeitos educativos.

15 — A CONCIENCIA DO DEVER E FORÇA DE VONTADE

Não basta obter do homem respeito pelas normas disciplinares, para considerá-lo educado. Imprescindível é que se consiga obediência completa, espontânea e consciente.

A disciplina é profícua e verdadeira, quando se origina do sentimento do dever e da vontade de cooperar. A educação moral falhará se não der a estes dois fatores desenvolvimento e vigor em grau tal que torne o homem capaz de agir por si mesmo, quando longe da ação direta do chefe.

Esses dois fatores se completam. Só a consciência do dever não basta. É preciso querer cumprí-lo, ter coragem e resolução, não se deixar desviar pela preguiça, pelo comodismo ou pelo medo.

A prática constante e escrupulosa dos deveres correntes de serviço e o combate intransigente ao desleixo, à indolência, à impontualidade, à tapeação e a muitos outros hábitos perniciosos, constituem o sistema mais eficaz, para formar a consciência do dever e para robustecer a vontade.

E' um trabalho que pode e deve ser efetuado pelo indivíduo em benefício próprio, particularmente, pelos oficiais e sargentos — trabalho de auto-educação — e aplicado por estes aos demais homens.

Os quadros devem, preliminarmente, impor a si mesmo, a correção de suas deficiências, oriundas de fraqueza da vontade, habituando-se a querer — a querer com firmeza — de modo que possam vencer as próprias reações negativas. Só assim ficarão em condições de levar os subordinados a igual proceder e, sempre que necessário, de corrigi-los.

Por essa forma preparar-se-á o homem para as exigências supremas da guerra.

16 — ACCÃO EDUCATIVA DAS PALESTRAS

"As palestras em linguagem ao alcance de recruta", preconizadas pelo RPIQTF (n.º 21, letra b), para a educação moral, darão resultados insignificantes, se utilizadas como processo único.

Por mais simples e claras que sejam as exposições, edificantes e numerosos os exemplos citados, muito pouco penetrará e permanecerá nos espíritos bisonhos, de restrita capacidade de atenção e de lenta percepção.

Elas constituem um proveitoso meio auxiliar, mas não valem por um sistema.

Para produzir bons frutos, precisam, como as sementes, cair em terreno preparado, em ambiente favorável.

Esse ambiente resultará naturalmente da obra educacional que estamos analisando, pela criação de uma mentalidade mais acessível aos ensinamentos de ordem moral; surgirá sob o influxo dos bons sentimentos, desde que tudo funcione bem, desde que chefes e subordinados estejam unidos por uma estima e confiança reciprocas e por uma disciplina digna, firme e benevolente.

17 — CERIMÔNIAS MILITARES E TRADIÇÕES

O aspécito solene e marcial dos atos simples do ceremonial militar, a imponência e o brilhantismo das grandes co-

memorações cívico-militares, contribuem consideravelmente para a educação moral do homem. Impressionam-lhe vivamente o espírito, despertando-lhe a consciência cívica, elevando-lhe a mentalidade ao nível em que pairam as excelsas virtudes dos antepassados, as glórias eternas da Pátria. Tais solemnidades tocam-lhe as profundezas do coração, fazem-lhe vibrar intensamente as fibras emotivas, deixando gravadas fortes impressões que perdurarão como traços indeléveis da obra educacional.

O culto às tradições é o mais poderoso fator da força moral dos povos. Mantém acesa a chama sagrada do patriotismo, fortalece a unidade nacional, torna imperecíveis as nobres qualidades da raça e imorredouros os seus mais notáveis feitos.

Não se deve prescindir, na educação moral do homem, de tão valiosos fatores. Devem merecer os devidos cuidados, para que sejam atingidos os fins em vista.

A solemnidade, a exatidão e a imponência são características que nunca devem faltar aos ceremoniais, por mais simples que sejam. Sem tais condições cairão em desprestígio, serão nulos os seus efeitos.

18 — CONCLUSÃO

Eis, passadas em revista, de forma sumária, as idéias que, a nosso ver e na opinião do consagrado mestre francês Ten. Cel. LEBAUD, merecem ser meditadas pelos oficiais.

Elas encerram a essência de uma orientação fecunda e esclarecida, fruto da experiência e do bom senso.

Cada um de nós aí encontrará os elementos necessários, para formular as próprias diretrizes, às quais a prática inteligente e objectiva introduzirá aperfeiçoamentos e imprimirá a feição realística indispensável a um bom sistema educacional.

FAÇA-SE SOCIO DA COOPERATIVA
OU ASSINANTE DESTA REVISTA
PARA GOZAR DAS VANTAGENS QUE
OFERECEM.

ACABA DE APARECER

Um novo livro da Biblioteca da «A DEFESA NACIONAL»,
o primeiro histórico-militar sobre esta Segunda Guerra Mundial
editado no Brasil

A BATALHA DE ROMA

— do —

Cap. GERALDO DE MENEZES CORTES

“Escrito em linguagem precisa e clara, esse trabalho merece ser lido e meditado por quantos, no Exército, na Marinha e na Aeronáutica se com penetrem das responsabilidades profissionais e dos deveres imperecíveis assumidos para com a segurança nacional” (Extraído do parecer do Gen. Div. Mário Ary Pires).

O livro é calcado em variada documentação Norte-Americana e Inglesa e comprehende:

- Titulo I — Situação antes da batalha.
- Cap. II — Situação das Forças Aliadas.
- Cap. III — Situação inimiga.
- Cap. IV — A preparação da operação.
- Cap. V — O Plano.
- Titulo II — A batalha na zona do 5.º Exército.
- Cap. I — A retura.
- Cap. II — O aproveitamento do êxito.
- Cap. III — A perseguição.
- Titulo IV — A batalha apreciada em seu conjunto.
- Cap. I — Síntese da ação na zona do 8.º Exército.
- Cap. II — Após a batalha.
- Cap. III — Considerações finais.
- Titulo V — Ensinamentos Táticos.

Ilustrado com diversas fotografias, dois mapas e três cartas impressas em cores, sua leitura é agradável.

Preço: Cr. 18,00

(Faça seu pedido e, sem dificuldade, enviar-lhe-emos o volume pelo reembolso postal).

HISTÓRIA E GEOGRAFIA MILITAR

"Os exércitos e as frotas combatem-se uns aos outros da mesma forma por que o fizeram outrora, embora jamais tenham possuído a potência atual. Mas, ao contrário do que ocorria no passado, os povos se solidarizam a retaguarda de seus exércitos. Na guerra de hoje é difícil distinguir onde começa a força armada propriamente dita, donde termina a do povo. Povo e Exército são um só corpo. O mundo assiste, no sentido exato da palavra, a guerra entre povos. Nos combates sobre frentes imensas e sobre os mares longínquos trava-se a luta contra as forças psíquicas e íntimas dos povos".

Gen. LUDDENDORFF

SOBRE A POLÍTICA EXTERIOR DA RÚSSIA

Cel. JOÃO BATISTA DE MAGALHÃES

"Senhores, não é o melhor, ao menos para mim, não é o melhor aquilo que é melhor abstratamente, em tese. E' o melhor aquilo que é exequível. Há certas épocas, certas circunstâncias, certos homens certas nações, que podem dar à sua política uma direção diversa daquela que lhes imprimiu o passado, dominar os acontecimentos e mudar-lhes rapidamente a face". (J. Paulino Soares de Souza — citado por J. A. S. de Souza em — Vida do Visc. do Uruguai).

I

PREAMBULO

A política exterior de uma nação, mais talvez que qualquer outro fenômeno da vida humana, está sujeita a um determinismo inexorável. Neia a vontade ou idéias pessoais dos governantes, quanto à sua marcha geral, influem pouco por certo, essa política, de ordem mais elevada e mais comple-

xa, si bem que de aparência mais simples, que a interna. Ne-la concorrem influências da ecologia nacional e mundiais, fatores históricos, interesses econômicos, sociais e ideológicos, tanto de cada país como de todos os outros. O principal pa-pel dos que a põem em prática é, consequentemente, disser-nir quais sejam as mehores soluções relativas a cada momen-to — raramente as melhores de um modo absoluto — e saber-achar os meios ou processos de as efetivar.

E é sómente nisto que se exerce a influência meramente individual, dos estadistas e diplomatas. Si êles são personalida-des de escôl ou dotados de gênio; notadamente, se as suas nações são pujantes, e sabem enquadrar essas melhores soluções, de cada momento, no sentido da evolução humana, fa-zem, assim, avançar a civilização. Quando, ao contrário, são naturezas incompletas, e sua atuação se exerce apoiada em fôrças consideráveis, dadas as circunstâncias que seus países realizam, tornam-se fortemente perturbadores do progresso geral da humanidade. Em tais casos raramente se conformam com o sentido da evolução e procuram resolver os proble-mas regredindo.

Então, no ambiente internacional, as resistências vão se acumulando e tornando dia a dia mais fortes; os atritos se multiplicam e fazem cada vez mais violentos, até que as tendências retrogradas acabam por ser vencidas. Então tais personalidades, medióctres, de fato, qualquer que tenha sido o seu êxito na política interna de seus países, são vencidas ou eliminadas.

Não basta, portanto, para bem conduzir uma política na-cional, notadamente externa, possuir um certo brilho capaz ébeter les bourgeois. E' necessário saber compreender as cir-cunstâncias determinantes de cada situação, para não se opôr baldadamente às fatalidades que regem os acontecimentos. Mas é também mistér, além de bem compreender as conve-niências do progresso, para não perturbar a sua marcha, pos-suir senso objetivo para fugir à tentação, das soluções quí-me-ricas, para não querer realizar prematuramente certas soluções ainda impraticáveis no momento.

Nas aplicações da ciéncia política, o verdadeiro êxito re-side no senso das oportunidades. Nelas tanto se peca por fal-ta como por excesso, resistindo ou impulsionando de mais. No primeiro caso, em regra, provocam-se revoluções ou guer-ras; no segundo, fazem-se inúteis sacrifícios e não se obtêm resultados práticos plausíveis.

A política, ciéncia de criação recente, é de tódas certamente a mais difícil e suas leis não estão ainda completa e universalmente aceitas, persistindo divergências de opinião, impossíveis na física, na matemática ou na astronomia e muito maiores que as que ainda ha na biologia. Consequentemente, a arte que a ela se liga — a arte de governar — é das que demandam, para a execução de bôas obras, a cuidadosa exclusão das mediocridades, e isto, não só por suas dificuldades mas também dadas as consequências dos êrros que se cometem.

No determinismo da política externa de uma nação, figuram naturalmente como fatores de suma importância a respectiva geografia e a sua posição no Mundo, ligadas intimamente à história e esta do ponto de vista universal, em primeiro lugar, e sob os aspectos nacionais, em seguida.

Geografia e história, sempre intimamente ligadas, predominam no condicionamento da vida de uma nação em qualquer época. Derivam delas os procedimentos e as atitudes dos povos em sua luta pela vida e em suas relações com os demais.

A influência do fator geográfico na política foi sempre o fundamento condicional da sua marcha ou desenvolvimento geral quer se examine a vida de um povo, em suas modalidades íntimas peculiares, ou em suas relações com os outros povos. Ela se exerce, naturalmente, de modo variável conforme os instrumentos que a civilização vai pondo em mãos do homem para atuar sobre a terra, para reagir sobre o meio em que vive.

As modalidades diversas que revestiram as civilizações antigas, de Grecia e Roma, são exemplos flagrantes do passado, como o são as da Babilônia, do Egito, da Fenicia e de Cartago; Espanha, Portugal, Holanda, França, Inglaterra e Alemanha, nos mostram bem os aspectos particulares da idade média, derivados diretamente do fator geográfico; França, Inglaterra, Alemanha, Rússia e Estados Unidos, evidenciam o seu papel nos tempos modernos; e na Ásia, os retardos aí existentes, como a súbita ocidentalização, mas imperfeita, do Japão, põe em foco também fenômenos apenas explicáveis pela geografia.

A partir do século XV, a influência do poder marítimo para o desenvolvimento da civilização e o predomínio de um povo sobre os outros, a qual nunca foi desrespeitável, tornou-se dia a dia, mais decisiva. No nosso século XX, surgiu o poder

áereo e esse fato novo, que passa, incontestavelmente, o poder marítimo para segundo plano, modificou a importância política dos aspectos geográficos da Terra.

"Ha vinte cinco anos passados, diz Renner, Mackinder mostrou às democracias que qualquer controle mundial baseado na posse dos pontos chaves das rotas marítimas, estava muito longe de ser permanente". (1)

E' uma consequência do arranjo dos continentes e dos oceanos no globo terrestre e dos meios modernos que a indústria criou para a guerra. Tornou-se possível dominar com eficiência, sob uma direção política única o continente Eurásico e por seu intermédio o mundo todo, sem dispôr previamente do domínio do mar, como até então, seria necessário.

Ontem, ha cerca de cinco lustros passados, quando Mackinder fez a sua observação, o controle terrestre do continente Eurásico, seria essencialmente de caráter definitivo, embora isso permitisse construir por fim um poder marítimo, que redundaria em capacidade ofensiva e poderia dar o domínio do Mundo, a quem o realizasse.

Hoje, aquelle controle tem imediatamente um caráter ofensivo. Das bases aéreas que ai se estabelecessem poderiam partir as esquadras aéreas para a conquista do resto do mundo, ou no mínimo, os agressivos e destruidores bombardeiros. O poder marítimo do adversário ficaria anulado, ou, ao menos, diminuido ou neutralizado pelos ataques aéreos. Renner observa que os espaços gelados das regiões árticas que constituem uma restrição do campo de ação do poder marítimo, não o são para o poder aéreo.

Após a guerra de 1918, como diz esse autor, recordando a opinião de Makinder, os líderes políticos do Mundo, não se deram conta destas realidades geográficas e por causa disso caminhou-se rapidamente para a Segunda Guerra Mundial. Ainda agora, na observação do referido autor, éste post-guerra, não se apresentava em 1944, mais promissor. Ele temia que no planejamento da situação mundial do após-guerra, ainda se viesse a desprezar a realidade Geográfica, nos debates e decisões das nações imperfeitamente unidas. Os acontecimentos dar-lhe-ão razão?

(1) — *Global Geography* — George T. Renner — E' uma publicação de 1944 da "Columbia University and Associates". Os autores associados são trinta, inclusive Renner. As passagens entre aspas que aparecem neste trabalho sem a citação de sua fonte são tirados dessa grande obra moderna.

Em tal hipótese, os aspectos político-estratégicos gerais de uma terceira guerra mundial, de maior extensão e de efeitos ainda mais profundamente destruidores que a segunda, são desde já nitidamente visíveis. Para Renner o problema da "Ilha do Mundo" (World Island), o continente Eurásico, não está ainda resolvido. Em seguida, vê a existência de três grandes nações no interior de sua *hearthland*: — Alemanha, China e Rússia, capazes de o dominarem.

A primeira, não encontrará possivelmente outra oportunidade para apoderar-se do controle do seu continente. A segunda, a China, por sua mentalidade e seus antiquíssimos antecedentes históricos, não almejará, possivelmente fazê-lo. Resta, portanto, a Rússia.

A política internacional mundial do presente, em vista de um melhor futuro, gira consequentemente, em torno da U. R. S. S. Ela terá que ser conduzida de modo a evitar que a China, abandonada pelas nações ocidentais, ou delas desgostosa, caiá nos braços da União Soviética, caso em que ficaria, sob a mesma política, cerca de um terço da população total do globo e metade da população civilizada, com a vantagem de habitar um território contínuo, que tudo possue e capaz de tudo produzir, riquíssimo em carvão de pedra, base essencial das indústrias modernas poderosas. Terá que ser levada a efeito também, de modo a não ferir a Rússia, nem inquietá-la ou fazê-la desconfiar, para que "ninguém possa acusá-la mais tarde de usar a sua soberba posição geográfica e sua força industrial surgente contra nós (os americanos)", diz George T. Renner.

E' preciso, então, na opinião do citado autor, saber solucionar os problemas mundiais com a colaboração da Rússia, e saber levar em conta que a U. R. S. S. tende a querer "dominar grande parte da Europa como necessidade de sua segurança". Em consequência disto, esta última consideração, e mistér que a política internacional, notadamente dos ingleses e americanos, saiba evitar que certas pequenas nações da Europa se sovietizem, caindo na órbita da Rússia, que outras pretendam ficar neutras ou queiram se groupar em torno da França ou da Alemanha ressurgente. Numa tal hipótese, é fácil conjeturar o que faria a Rússia em tal mundo. Nesse caso, marchar-se-á "rápidamente na direção geral de uma terceira guerra mundial, cujo advento poderá dar-se dentro em quinze anos".

Na opinião, porém, dêste autor, a qual parece felizmente predominar na direção geral da política americana atual, que

Roosevelt inaugurou, é possível, uma vez que a maioria dos povos civilizados atuais condena a guerra como um mal e a desama, chegar-se a um entendimento universal que a torne inviável no futuro. Mas, para isso, é indispensável que os diretores da política mundial tenham presentes no espírito a importância das realidades geográficas insofismáveis, isto é, que hajam bem assimilado as leis da geo-política, sem o que todos os esforços que façam para evitá-la serão improdutivos.

A compreensão, portanto, da política exterior da U.R.S.S. demanda a meditação de todos estes aspectos. E ao par deles, em concurso inevitável com êles, a consideração das reações próprias aos interesses da política interna daquela grande nação. Para procurarmos fazer uma idéia geral e segura a esse respeito, exminaremos os elementos básicos que nos parecem mais essenciais: — os principais aspectos geográficos e as resultantes dessa determinante nas diversas fases da civilização russa; a formação do Estado Russo e suas reações sobre o mundo exterior; a situação criada com a revolução bolchevista e sua repercussão na política exterior da Rússia.

I I

A DETERMINANTE GEOGRÁFICA E SUA INFLUÊNCIA NA EXPANSÃO RUSSA

“Much Russian history is explained by the struggle to reach an ice-free port on open ocean”.
(Global Geography — George T. Renner).

A situação geográfica da Rússia, para quem examina uma carta do mundo, qualquer que seja o sistema de projeção adotado, ou o seu método de construção, impressiona mais decisivamente que a de qualquer outra nação do globo. E essa impressão se torna mais forte se a carta que se contempla é dessas de confecção moderna, surgidas depois das rotas aéreas internacionais, nas quais a curvatura dos hemisférios permanece visível.

Quatro aspectos dominam logo, a simples vista, nesse exame: a extensão enorme da Rússia (europeia e asiática), que constitue cerca de um sexto de toda a superfície das terras do nosso globo ou cerca de três vezes a área continental dos E.E. UU.; a continuidade de todo o seu território; a pos-

ção relativa dêsse enorme território colocado à guisa de expoente do mundo, mas ocupando quase todo o norte da maior massa continental do planeta, os seus escassos contatos com o mar livre, por onde tem principalmente circulado a civilização ocidental, em todas as épocas.

A extensão e a continuidade territorial, juntas com os seus escassos contatos com o mar, vêm nos explicar, em grande parte o porque da sua formação histórica nacional, mas também as vantagens naturais de ordem militar auferidas, pela Rússia no Mundo, notadamente, si olhadas de um ponto de vista defensivo. Mas, se nos explicam ou facilitam a compreensão do seu passado, induzem-nos a refletir sobre o seu presente e a cogitar do seu futuro. (2)

A continuidade dêsse enorme território que se estende da Ásia, onde ocupa todo o norte do mais alto maciço montanhoso da Terra, por vasta planície sómente interrompida pela dobra dos Montes Urais, ao norte da Europa, chegando até as dobras do mar do Norte e do Atlântico, explica muitos aspectos da marcha da civilização russa, se combinarmos essa característica com as questões de clima e fertilidade do solo. A planície da Rússia Européia apresenta-se com um país aberto à invasão, notadamente, na sua parte mais meridional, porque ai o cima é mais ameno, as pastagens mais ricas e as florestas menos extensas e abundantes quando não totalmente ausentes. Além disso, os vales com os seus rios caudalosos, navegáveis, conduzem para o centro do país.

A oeste dos Urais o terreno desce suavemente do nó topográfico onde está Moscou em todos os sentidos, escoando as águas para o mar Báltico, o Negro, o Cáspio e o Ártico.

Na região dos Urais, onde começa a Ásia, o terreno se dobra fortemente, formando uma faixa com a orientação geral Norte-Sul, a qual os russos chamam cintura do mundo, (3) numa extensão de cerca de 1.500 km e cuja maior largura é cerca de 150 km. A ruga dos Urais é formada de uma suces-

(2) — "As distâncias na União Soviética são grandes. Na velha Rússia o sistema de transportes era pobre; hoje é melhor, o quanto melhor, fico segredo militar. Os planos econômicos visam colocar as fábricas, as matérias primas, a agricultura e a estratégia em melhores condições geográficas. Para executar tais planos, os russos precisam de paz. A consequência diplomática será uma associação mais íntima com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos durante o próximo século".

(3) — Zemnoi-poias — Dic. Hist. et Geogr. de M. N. Bouillet.

são de colinas mais ou menos acentuadas, apresentando, porém, para Leste encostas mais abruptas. Não chegam êles a ser relativamente muito altos em tôda a sua extensão. A maior elevação não atinge 1.700 m, enquanto se mantenha o divisor de águas, formado pe'os Urais, acima de 800m, o colo, onde a transiberiana o transpõe, não atinge a 400m. Depois, o maciço se eleva de novo até mais de 1.600 para terminar pelos terrenos acoxilhados junto ao Cáspio, na sua parte meridional.

Tais características geográficas elucidam bem porque as principais correntes migratórias, vindas da Ásia, orientaram-se pela trouée ao sul, entre os Urais e o Cáspio, sendo de muito menor importância os elementos que procuraram o Ocidente por outros pontos.

As que passamos a referir vão nos mostrar a razão principal da diferença que se estabeleceu no desenvolvimento das duas Rússias, a da Europa e a da Ásia, e porque a vida desta última, sem os recursos da ciência e da indústria modernas, não se poderia desenvolver.

A planicie, continua a Leste dos Urais seguindo a curvatura da Terra e envolvendo as regiões Árticas que penetram além do para'elo que as delimita. Assim como do lado europeu, ao Sul, se notam o Volga, o Don e o Dnieper, aqui do lado asiático aparecem o Ob, Ienessei e o Lena correndo, porém, para o Norte.

Todos nascem nas ramificações setentrionais do maciço do Himalaia, nos confins da Mongolia, numa altitude de mais de três mil metros.

O Ob desce rapidamente na direcção dos Urais de que se a beira mas, depois, investe diretamente para o Norte, levando suas águas ao Ártico.

O Ienessei e o Lena, surgem do lago Balcal, lá por onde nasceu Gengis Cam, mas divergem logo, afastando-se um do outro. O primeiro quando ganha a planicie caminha diretamente para o Ártico dividindo-a mais ou menos pela parte central. O segundo, marcha primeiro para Leste, afastando-se do Ienessei e recebendo as águas das montanhas para depois atravessar a planicie rumo ao Norte muito mais longe, a Leste.

A U.R.S.S. comprehende, portanto, duas imensas regiões amarradas pelas cadeia dos Montes Urais, cuja natureza parece dar à parte asiática, do ponto de vista da civilização ocidental, apenas, um papel de contra peso ou de reserva pro-

funda da parte européia. Ela é fechada ao sul pelas altas montanhas da Ásia Central e suas aberturas naturais, os rios caudalosos, os grandes vales, que são as linhas de penetração natural da civilização nas terras continentais, mostram-se voltados para o Norte, com seus acessos ou saídas marítimo mais ou menos bloqueados pelos gelos perenes da região ártica. Apenas, no extremo Leste, em fachada estreita, o caminho é menos constantemente obstruído.

Ao contrário, a Oeste dos Urais, as partes Centro e Sul mostram, enquanto ao Norte o acesso se apresenta tão difícil como na Sibéria, um aspecto de vales **irradiantes** para o Sul a para Oeste que facilitaram as invasões e convidam a expansão.

Nesse território da U. R. S. S., recortado de mais de 5.000.000 de rios, em seu conjunto, a vida se distribui por três regiões de características diversas: florestas, estepes, desertos. A primeira, que se coloca mais para o Norte, abrange uma área de cerca de 8.000 km de comprimento por 2.000 de largura, na qual Kiev delimita o extremo sul e Moscou ocupa a faixa da transição para a pradaria. A segunda situada ao sul, é a famosa zona das estepes que exerceu na história da formação da Rússia papel de maior importância. Extende-se por um território de cerca de 3.600 km por 1.000, e é caracterizada pelas terras negras "fenomenalmente ricas de humus", talvez o melhor solo do mundo para a produção de cereais". "Apenas arborizadas as margens dos rios, formam as estepes infinidáveis prados, tapizados de ricas gramineas". A terceira, constitue-se de desertos. São estepes secas as vezes abaixo do nível do mar, terrenos arenosos e salgados, terras ermas que se estendem pelo N. e N. O. do Cáspio, pelas regiões do lago Balkash, de Kazakstão, Uzbequistão e Turkmenistão, numa extensão de cerca de 2.900 por 900km.

Nesse imenso território que corresponde ao dobro da China, três vezes e meia ao Brasil ou os Estados Unidos, mais de quatro vezes a Índia, que é pouco menor que a China; os Estados Unidos e Índia, reunidos, que é maior que toda a América do Sul e quase da mesma grandeza da América do Norte, o sol nunca se deita, tal como na **commonwealth** britânica, mas aqui se trata de terras continuas, onde às 7 horas p. m. de um extremo, em Leningrado, correspondem as 5 h. a. m. do outro, do dia seguinte, em Kanchtka.

Consideremos agora o clima. Caracteristicamente continental em grande parte do seu território, oferece uma consi-

derável variedade. Zonas há, como as do baixo Lena, onde o termômetro varia de 80° e 90° F. no verão a 93° F. abaixo de zero no inverno, as mais baixas temperaturas registradas na Terra. (4)

No centro e no Sul da Rússia é mais ameno. Foi aí que se condensou a vida russa. Foi aí que se acumularam as populações.

Até a era industrial a exploração das florestas, no solo fértil e riqueza dos rios, não faziam os povos da Rússia, relativamente pouco densos, pensar em se afundar mais no próprio território, enfrentando a hostilidade do clima siberiano. A Sibéria ficava despovoada. O avanço aí foi motivado pela busca de fronteiras seguras, em lances sucessivos dos cossacos, que tiveram a missão de guardá-las.

Com o advento da nova era, o progresso acentuou-se ainda, lógicamente no lado europeu. Além do mais, porque estavam aí as minas sabidas de carvão, as fontes da energia hidro-elétricas e no sub-solo jaziam outras riquezas.

Depois, o desenvolvimento considerável da indústria e as necessidades de ordem militar, forçaram a pesquisa intensa de outros recursos e a melhor localização dos centros de produção. Os Urais adquiriram uma importância considerável, deixando de ser obstáculo, e aí, e na Sibéria, surgiram importantes centros de vida.

O simples exame dos elementos geográficos que vimos de recordar, permite-nos compreender muito das características do povo e da história da Rússia, desde as suas origens até os nossos dias. Nos nossos dias, porém, é preciso não se olvidar o fundamento geológico dessa geografia, que nos vem denunciar as imensas riquezas que se contêm no seu sub-solo, entre as quais, carvão, ferro e petróleo. Nada lhe falta, exceto a borracha natural, conforme o que se conhece já a seu respeito. Não se deve esquecer, porém, o esforço feito pelo governo russo, notadamente, no período soviético, para conhecer o seu território, muito de incógnito ainda por lá existe.

Aqui está um exemplo: Rogers-Adam-Brown para mostrarem a dificuldade que há em fazer-se uma idéia clara e completa da Rússia, citam o fato de que nas proximidades de 1936, um viajante esteve numa colônia montanhosa, recentemente descoberta por membros da Academia Russa de

(4) — Soviet Politics At Home and Abroad — por Frederic L. Schuman — N. Y. A. Knoff — 1946.

Ciências, cujo povo só teve notícia do coroamento de Nicolau II, que se deu em 1894, trinta anos depois, isto é, 7 anos após a eclosão da **revolução russa**. (5)

Si bem que tais regiões sejam consideradas o berço do gênero humano, durante muito tempo permaneceram ignoradas dos povos ocidentais. Antes de Heródoto, o fundador do que chamamos **História**, até o século V A. C., sabia-se que esses países eram habitados e que os seus povos da zona sul eram os Citas e os que demoravam mais ao norte, os Samitas. Depois de Heródoto, passou-se a saber que entre eles já algumas tribus haviam deixado o estado pastoril e iniciado o agrícola. Era, evidentemente, pouco.

Donde vieram esses povos?

Há quem admita o **Eden**, do mistério bíblico, ponto de partida do gênero humano, situado lá pelas cercanias da Mongólia. Supõem-se que saíram daí as várias correntes emigratórias que foram povoar as diversas regiões da Terra, das quais uma tomou a direção do Oeste e alcançando as estepes do Norte do Mar Negro, atingiu a Europa.

Isto que se processou em muitos milhares de anos, e por vagas sucessivas de povos migratórios, bem nos mostra logo a importância das estepes, caminho aberto às invasões. Depois, os povos que formaram a civilização grega, retornaram a essas estepes, mas agora vieram pelos rios e foram remontando as correntes e instalando colônias, das quais ainda hoje restam vestígios nas cidades em que se desenvolveram, tais como Obra, Chersoneso, Tiras, etc. (6)

Outros, que se gruparam nos Cárpatos, para melhor se defenderem contra ulteriores ondas invasoras, tais como os slavos e os germânicos, desenvolveram-se depois e irradiaram também novas correntes migratórias. Os slavos, de um lado, dirigiram-se para o Sul e foram povoar a Servia, Croácia, a Slovénia, ou tomaram rumo Norte atingindo a Polônia, a Prússia etc. Mais tarde alcançaram também a Rússia se esparramando pelas estepes, deram origem à diversas populações, os **grandes russos** na Moscóvia, os **russos brancos** no Biele Rússia, os **pequenos russos** na Ucrânia.

Mas do Norte, já a esse tempo, vinham também outras correntes migratórias chocando-se com a eslava, dando-se desse parte a criação de dois centros de vida importantes, Kiev e

(5) — *Story of Nations* — 1936.

(6) — *O Fenômeno Militar Russo* — do Autor.

Novogorodo, que pareciam destinados a firmar naquelas regiões duas civilizações de tendências diferentes. Todavia, isto não se dá, completamente.

Kiev, depois de ter exercido a maior influência no Sul e centro e de ter aberto o caminho à penetração do cristianismo na Rússia, desaparece destruída por uma nova invasão de asiáticos, aliás a última, que se fixou em território russo.

Os tártaros, vindos ainda da região que se diz berço do gênero humano, invadem todo o sul da Rússia e o centro, atingindo, apenas fracamente a região Norte. A avalanche de nômadas mandada pelo filho de Gengis Cam (7) instala-se no Sul da Rússia, destroi Kiev e favorece o desenvolvimento de Moscou. E' um domínio de mais de dois séculos.

Depois, quando o poder supremo na Ásia, passa ao neto de Gengis Cam e êste, absorvido pela superioridade da civilização chinesa, funda ali a nova dinastia dos Yung, deslocando para Leste a Capital do imenso império que seu avô criara e seu pai desenvolvera, os laços, que amarravam o Ocidente ao Oriente, se enfraquecem.

Ivan I, o grande, rompe-os definitivamente, firmando a autonomia de Moscou, que os seus sucessores tratam de consolidar e ampliar. Ivan IV, o terrível, cria o império dos Tsares, com a submissão de todos os nobres, e ao mesmo tempo que joga para além do Volga os remanescentes da força tártara, apodera-se de Astrakão no delta, e extende o seu poder além dos Urais, servindo-se para isto principalmente dos cossacos, povos militares meio autônomos. Elimina completamente a importância de Novgorodo.

A Oeste, porém, não foi possível avançar muito. Em Narva e Smolensk dominavam os suecos e os poloneses, então bem mais fortes que os russos os quais reagiram, no século XVII, com a maior energia. Houve, então, a chamada **era das perturbações**, mercê das quais um príncipe polonês chegou até a ocupar o trono, em Moscou.

Todavia, as perturbações cessam e no fim desse século e começo do XVIII, a situação interna da Rússia está consolidada. Sob o domínio de Pedro, o Grande, restando apenas, uma certa dúvida em relação aos cossacos, inicia-se uma época de grandes reformas e consideráveis progressos materiais.

(7) — Sobre Gengis Cam — do Autor — Jornal do Comércio de 30 de junho e "A Defesa Nacional" de julho e agosto, de 1946.

que se mantém com os sucessores de Pedro e vai tomar grande impulso com Catarina, já em pleno século XVIII. A Rússia firma então a sua influência na política ocidental.

Pedro, depois de ter destruído o poder da Suécia de Carlos XII, que dominava a Polônia, abriu uma janela para o ocidente. Fundou S. Peterburgo e ganhou espaço para Oeste, incorporando a Livônia, a Estônia, toda a costa sul do golfo da Finlândia e, para arejar S. Petersburgo, apoderou-se da Karélia.

Seus sucessores imediatos mantiveram as conquistas. Catarina II, "inteligente, liberal e libertina", recalcou primeiro os turcos ao sul, apoderou-se da zona do mar D'Azov, Terek, Criméia, Moldávia, a região entre o Bug e o Dniester, inclusive Odessa. Não ficou porém aí. Dizendo-se, como de fato o foi, continuadora de Pedro, o Grande, incorporou a Curlândia e, por etapas sucessivas, em combinação com a Prússia e a Áustria, grande parte da Polônia. Dominou a costa do Báltico ao Norte da Prússia Oriental. Tenta ainda irromper para o Mediterrâneo e leva os seus exércitos até as portas de Andrinópolis. Mas aí encontrou, então, a firme oposição da Áustria e da Inglaterra e recua. E' a oposição e são os atritos que surgem entre a política inglesa e as tendências russas, as quais duram até hoje, (8) com mais ou menos alternativas.

Na era napoleônica, Alexandre I incorpora a Finlândia, encorajado pelo Imperador dos franceses, então despeitado com a Suécia que se recusara a cooperar no bloqueio continental, contra a Inglaterra. Mas surge, então, na Rússia, outro período de dificuldades internas com a infiltração das idéias liberais nas camadas interiores da sociedade, mesmo em toda ela, com insubordinações e os costumeiros golpes pa-

(8) — A política internacional inglesa fundamentada no poder marítimo e tendo por objetivo a preponderância no comércio mundial, criou o sistema do controle das grandes rotas marítimas, pela conquista e domínio militar dos pontos chaves nessas rotas. Toda vez que a tendência expansionista ou imperialista de qualquer outra potência ameaçava incidir nessas linhas de comunicações criando pontos ou bases novas capazes de as interromperem, a Inglaterra opunha-se e não hesitava em ir até a guerra.

O primeiro cheque importante inflingido a essa política foi a abertura do canal do Panamá, abrindo uma rota mundial independente do controle britânico. Hoje, com o desenvolvimento da navegação aérea intercontinental, a importância militar das rotas marítimas perdeu o seu caráter preponderante e passou a ter uma expressão de segunda ordem. E' sobrepujada pela das rotas aéreas.

lacionais, que fizeram um italiano ilustrado dizer que o trono da Rússia não era eletivo, nem hereditário, mas ocupativo.

A partir daí, o avanço da Rússia para Oeste, em busca de mares livres de gelo todo ano apresenta-se cada vez mais difícil. Mais tarde, quando entra em cena, no teatro da política europeia, a poderosa Alemanha, unificada por Bismarck, essa direção de expansão fica definitivamente barrada.

A enorme força alemã, dirigida pela Prússia, fez-se um elemento de contensão mais forte que a velha Áustria. Para a política exterior russa o problema transforma-se. Não é mais avançar, é, evitar, ao contrário, o avanço alemão em seu desfavor.

Não estavam, porém, para ela, perdidas todas as esperanças e muito menos tornou-se menor sua influência na vida europeia. No jogo da política de equilíbrio europeu, que a Inglaterra pôs em prática, no século XVIII, e a que deu o maior desenvolvimento no XIX, é uma das peças principais.

A ameaça que a potência alemã faz à Inglaterra, tornando-se uma forte potência marítima no Mar do Norte e marchando para o Oriente, pela influência que passa a exercer na Turquia e a construção da sua linha férrea para Bagdad, leva à entente da Rússia com a Inglaterra e a França. Esta, além da sua revanche, contra a separação da Alsácia-Lorena, sente o perigo da intromissão da Alemanha nos negócios do Mediterrâneo, de que é sinal de alarme o golpe de Agadir.

A Rússia vendo sua marcha expansionista, ou imperialista, como preferem outros dizer, barrada a O. e impossibilitada ao sul, na Ásia, porque aí é também incidir sobre os interesses da Grã Bretanha, volta-se para o Extremo Oriente e leva sua potência a debruçar-se sobre o mar. Abre-se então o conflito com o Japão...

Vê-se, portanto, que a política exterior da Rússia dos Tsares, procurou a expansão de seus domínios até chocar-se com outras potências também em fase expansionista ou já expandidas nas vigilantes na defesa dos seus interesses, marcando o seu ritmo por questões internas, ou nacionais.

Hoje também a política exterior daquela grande nação é fortemente dominada por necessidades análogas. No inicio do período revolucionário o seu maior problema era formar e consolidar a União das Repúblicas Soviéticas, povos ou nações contidos pelo poder tsarista, mas de tendências centífugas.

Por isso, sua política externa tomou o carácter essencialmente defensivo, tal como acontecera antes de Pedro, o Grande. Agora, embora continue a necessidade de consolidar a política interna até que a construção social adquira uma forma naturalmente estável e que os laços da União se multipliquem fortifiquem, adquiriu já certa solidez e tendo espontaneamente a reviver a política de expansão para o Ocidente, iniciada por Pedro, continuada por Catarina e barrada pela Inglaterra e a Alemanha, em busca de *ice-free ports*.

Por isto, restabelecidas mais ou menos as fronteiras do Império, o prosseguimento do movimento expansionista russo procura de novo o caminho do Mediterrâneo. Mas, aí, se Áustria e a Alemanha já não podem oferecer resistência, aí encontra sempre a Inglaterra e agora, dados interessesiais, os Estados Unidos. E é ainda, principalmente, nos Balcanos que a sua marcha encontra obstáculos.

III

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERIOR RUSSA NO PERÍODO SOVIÉTICO

"A política da U. R. S. S. é inevitavelmente condicionada pelas reciprocas ações e reações de seus povos, uns com os outros e as demais comunidades; por seu passado comum e pelo meio natural em que elas vivem. Como todos os habitantes da terra, elas nascem, crescem, trabalham e morrem num país modelado mais por seus antepassados através de muitos séculos que por seu próprio labor". (Frederick L. Schuman) (9)

Foi na Grande Guerra Mundial de 1914, que pela primeira vez na História, se agiu, com mais ou menos sinceridade, em nome dos interesses da Humanidade, confessadamente superiores aos das Pátrias. Só por isto plantou-se mais um marco no progresso da civilização Ocidental, quiçá universal. Foi o vale do Reno que mais uma vez serviu de palco aos encontros entre as correntes opostas, de Oeste e Este, favoráveis ou contrárias à evolução. Uma, representada pelo espírito liberal desenvolvido na França e na Inglaterra e extendido a todo o

(9) — Soviet Politics at Home and Abroad.

Ocidente, desde o fim do século XVIII e inicio do XIX; outra, pelo **germanismo**, jatante de cultura, mas essencialmente materialista na sua adoração da força bruta, alma do passado vestida a moderna e armada com os formidáveis recursos da indústria de que fôra, aliás, a Inglaterra agrande pioneira. Enquanto, no Oeste, a força oriunda da indústria matizava-se pelo ascendente da democracia, que reduzia o seu cunho militar, a Leste, era sujeita ao culto da guerra como fator preponderante da regeneração humana, teoria de que von Bernhardi, entre outros, era dos mais famosos e acatados sacerdotes modernos.

Houve ali, mais uma vez, o encontro do verdadeiro sentido progressista da civilização, com o das forças retardadoras. A velha concepção de classes privilegiadas, de direitos sociais exclusivos, ou predominantes, de um grupo de indivíduos sobre outros, que começou a ser destruída pela Revolução Francesa, cedeu enormemente terreno. As nações apareceram como um todo solidário, onde os deveres de cada um, conforme a sua respectiva capacidade, sobrepuham-se à antiga e injusta noção dos **direitos**, adquiridos por circunstâncias extranhas ao valor das personalidades e apreciados sob um ângulo indiferente aos interesses das comunidades.

A guerra exigindo o concurso intensivo e coordenado de todas as energias nacionais, ativou o processo de reforma do sistema social. O que se vinha a custo efetuando, numa característica luta entre os dominadores do **Capital** e os homens do **Trabalho**, acelerou-se no sentido fatal do reconhecimento do destino social daquêle e da solidariedade entre ambos. Mais do que isto, ela mostrou que essa solidariedade excedia os âmbitos nacionais e se tinha de realizar na esfera internacional. Guerra só por isto, benéfica. Evitou talvez a eclosão sangrenta, exceto na Rússia, das reações do trabalho indignamente explorado pelo egoísmo dos detentores do capital, pois forçou às reformas que implicam a consagração do princípio da socialização de todas as atividades individuais.

O surto do comunismo da Rússia, veio também acelerar ainda mais por toda a parte a marcha dessas reformas, levando as sociedades ocidentais a confessar a evidência das condições criadas pelos novos elementos básicos da civilização. Ficaram elas preocupadas em evitar a solução forçada do problema pelo processo revolucionário do marxismo que conduzia, como se deu naquêle país, ao exagero da posse do capital **exclusivamente** pelo Estado, sistema tão opressor ou mais que

o da apropriação individual. A fórmula ali adotada, afinal de contas, reconhece-se hoje facilmente, não harmoniza o capital com o trabalho, pois aquêle sendo posse exclusiva do Estado importa em absoluta sujeição dêste, sem nenhum meio de contenção ou restrição dos abusos do poder político e policial.

Certos países, porém, como a Itália, então, vitoriosa mas esgotada e enfraquecida, e a Alemanha batida, onde a propaganda revolucionária ameaçava tudo destruir, tal qual como na Rússia, efetuaram as inevitáveis reformas sob uma forma política retrograda, instalando ditaduras permanentes com tendências para os regimes imperiais ou cazaristas.

Assim, o nazismo de Hitler, o fascismo de Mussoline, ou a teocracia japonesa, embora mantendo o princípio da individualização do capital, incidiam no grave inconveniente de sujeitarem tudo ao Estado, Capital e Trabalho, o que implicava em retroagir sobre as conquistas mais nobres da civilização, que se sintetizam na regulamentação das liberdades individuais, assegurando-lhes o máximo de expansão legítima e compatível com o interesse social.

E' conveniente, portanto, termos tais noções presentes ao espírito para o bom entendimento da política exterior soviética, reunindo-as ao conhecimento das determinantes geográficas, ao do sentido da sua evolução geral e ao da formação e tendências dos seus povos.

E' nesta ordem de idéias que passamos agora a recordar os principais fatos que assinalam a transição russa do regime tsarista para o soviético, servindo-nos em parte do que dissemos em "O Fenômeno Militar Russo" (10) para chegarmos à contemplação do estado de coisas atuais.

O movimento revolucionário russo teve uma evolução lenta. Tirou partido da situação criada pelas reformas incompletas implantadas pelo tsarismo, cujo ponto essencial era a libertação dos servos, sujeitos aos senhores da terra e à gleba, os quais, não obstante as leis decretadas, continuavam praticamente em escravidão de fato. O regime agrário adotado, gravava o camponês de impostos e o seu trabalho de pesada hipoteca. Sua vida tornara-se até mais miserável e o camponês continuava a aspirar à liberdade, à posse da terra, e a querer libertar-se da miséria, como no início do século XIX.

A situação se completa com o aumento da população e com o surto industrial que acumula nas cidades massas ope-

(19) — Editorial Peixoto S. A. — 1943.

rárias mal satisfeitas e quase, senão mais, miseráveis e sofradoras que as do campo. Transformam-se com as fábricas, em menos de um séc'lo, as populações urbanas de 300.000 almas em 14.000.000.

Enquanto isto se passa, excitando o antagonismo entre a autocracia e as necessidades novas, estimulando-o e profundo as reformas indispensáveis, uma literatura nova, secreta ou pública, pulula por tóda a parte. Mina o despotismo. Este vive apenas sustentado por uma burocracia cada vez mais numerosa, inepta e corrupta.

Em 1905 ha as reações da guerra com o Japão e o sistema tsarista perde sensivelmente terreno, embora se torne inconsiderada e brutalmente opressor, sem conseguir dominar a corrente revolucionária que se faz subterrânea e cada vez mais intensa.

Os efeitos da Grande Guerra, mais do que os da luta com o Japão tinham de ser profundos, pelas consequências da mobilização, muito mais ampla, e dado o teatro de operações.

A nação convulsionou-se, reagiu, destruiu a autocracia e então, os bolshevistas, organizados e de alcatéia, apoderaram-se da oportunidade.

O carácter universalista dessa revolução acarreta desde logo o surto de duas tendências opostas: uma, a russa, procurando generalizá-la e subverter a ordem social no mundo todo; outra, resistente, seja para evitá-la, seja para só admitir as reformas por evolução natural.

Na atuação russa para a revolução universal, a Alemanha merecia naturalmente uma atenção especial. De um lado, a força que ela representava e sua posição geográfica, constituiam base de primeira ordem para influenciar a Europa tóda; de outro, os bolshevistas, desde sua origem a olhavam com particular interesse. Consideravam êles que "aí no passo que se criavam as grandes concentrações industriais, formava-se um grande partido socialista com um programa revo'ucionário", (11) o que era condição muito favorável pensavam, ao surto da chamada revolução proletária.

Eles, dominados pela dialética marxista, não sabiam ver mais que fôrças materialistas no processo da civilização. Escolhiam a importânciia do espiritualismo histórico.

(11) — Soviet Russia Foreign Policy — David J. Dallin.

Vão sofrer fortes desilusões, até na sua própria pátria.

Seja como fôr, o que importa assinalar é que, daí em diante, a política russa evolue em três fases bem caracterizadas: o período leniniano, o staliano e o da segunda guerra mundial.

No primeiro quanto ao que refere à política interna, ela procura a instalação do sistema comunista, pela eliminação de tudo que recorda o odioso capitalismo, notadamente a religião e a organização burguesa, inclusive a família, procedendo a reforma total do aparelhamento e da organização material e econômica do Estado, sob os novos moldes, e com o controle absoluto das liberdades individuais. A igualdade da Revolução Francesa passou a significar servidão para todos.

O programa de Lenine não pode ser executado desde logo em toda sua plenitude porque encontrou fortes resistências, notadamente dos camponeses. Ele, então, recua, e justifica esse recuo como uma manobra de estratégia política.

No que se refere à política externa, todo esse caminho é dominado pela necessidade de consolidar a situação interna. Foi essa necessidade que levou Lênine a aceitar os termos indecorosos da paz de 1917, de Brest Litovsk, quando a fronteira russa recua de novo, em parte, para os limites do tempo de Pedro Grande e Catarina com a perda da Finlândia, Lituânia, Estônia e pela vitória, dos aliados, com a dos territórios da Polônia restaurada.

Era uma atitude, aliás, bem apoiada no princípio do internacionalismo. Era uma atitude lógica.

Mas por esse mesmo princípio, e por necessidade defensiva o período de que nos ocupamos deu toda a força a III Internacional e o governo russo procurou agitar as massas, notadamente no Ocidente, por intermédio de organizações revolucionárias, instruídas, treinadas, sustentadas e dirigidas por Moscou. A Alemanha era particularmente visada.

No período staliniano a Rússia, prepara-se aceleradamente para a guerra internacional, não mais pela ação da III Internacional que provocou as reações fascistas e ia sendo neutralizada em toda a parte pela política social que se efetuava e se desenvolvia, mas pela formação de forças militares modernas e a criação de uma indústria pesada poderosa.

O final desse período, fortemente influenciado pelo surto do hitlerismo na Alemanha, como veremos adiante, caracterizou-se pela preocupação dominante de uma intensa preparação para a guerra e levou a uma modificação profunda

na política exterior, resultante da necessidade de obter a cooperação de outros países em caso de agressão direta da Alemanha. Isto impunha o abandono da atuação revolucionária internacional pelo governo de Moscou e que se fizessem entendimentos com os governos da Inglaterra, tradicional antagonista dos russos, e com a França.

A Rússia tratou de fazer-se uma potência militar de primeira ordem. A medida que sua potencialidade industrial se ia desenvolvendo, o Exército Vermelho transformava-se, até adquirir uma importância considerável. Nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, ela tornou-se, destarte, algum tempo, o fiel da balança do equilíbrio europeu.

As necessidades da criação dessa força militar, dominaram sua política interna a qual evoluiu sem abdicar dos ideais leninianos, mas recuando ainda estrategicamente até chegar às fórmulas da constituição de 1936.

A violenta ruptura com o passado atenuou-se. Não mais se hostilizaram certas reminiscências dêle e procedeu-se a uma busca de tradições a honrar e a manter ne'a nação nova. O ideal supremo da pátria foi praticamente restabelecido. As tradições militares foram retornadas.

Chegou-se assim ao terceiro período, o da guerra, no qual a conduta de Moscou tudo subordina à idéia de poder efetuar uma rápida e ampla mobilização em cada momento, e acelerando do mesmo passo o progresso efetivo de sua industrialização e das reformas agrícolas.

Nessa época, já o tratado de Versailles se havia transformado em mero farrapo de papel, o que lhe era indiferente porque o não assinou; mas que lhe mostrava, como a todo mundo, o preâmbulo da nova conflagração.

Qual papel desempenharia ela nos novos graves acontecimentos mundiais que aceleradamente se preparavam, com a arrogância de Mussolini e a força efetiva de Hitler?

Dado o desenvolvimento de seu potencial industrial, das possibilidades estratégicas criadas pelo assombroso desenvolvimento de seu sistema ferroviário e demais vias e meios de comunicação, considerada sua força efetiva, evidentemente, a atitude que tomasse seria de grande influência nos acontecimentos. Seu apôlo era requestado pelas correntes internacionais antagonistas.

E' claro, que se outrora sua influência se exerceu de modo crescente na política européia, desde a derrota de Carlos XII

por Pedro Grande até formar na aliança contra o Império dos Honzolern e Habsburgo, agora não seria menor.

Seria, ao contrário, tanto mais importante quanto o seu novo poder era bem maior que o de outrora e se havia constituído *isoladamente*. Além disso, esse isolamento dava-lhe a força sedutora do mistério, pois muito do que a nova Rússia efetivamente fizera ficava desconhecido do mundo. Mas o que havia de mais importante para ela é que esse isolamento dava-lhe plena liberdade de agir no sentido dos seus interesses. Não tinha compromissos a atender.

Em tais condições, Stalin, se predispõe a tirar o maior partido possível da situação e guarda praticamente uma atitude de espectativa atenta e astuta. Procede cautelosamente.

Havia contra ela a vulnerabilidade de suas fronteiras criadas pelas consequências da outra guerra: — a independência da Finlândia cujo território vinha até a Carelia e ameaçava S. Petersburgo; a fácil marcha para Moscou pelas províncias bálticas, confiantes da Prússia Oriental e da Polônia. Além disso, sentia-se a necessidade de uma profunda reforma no dispositivo industrial. Nada decidiria sem, pelo menos, solucionar o caso da *zona de segurança de Lenigrado*, pelo afastamento da fronteira da Carelia e o controle do golfo, e também sem resolver o caso da *zona da Lituânia*, caminho aberto, à Polônia e à Alemanha, para Moscou.

A Inglaterra e a França procuram baldadamente restabelecer a *entente* militar do tempo do Tsarismo; baldadamente, porque não podem facilitar-lhe essas soluções. Ao contrário Hitler facilitaria tudo, para poder enfrentar as democracias livremente, seguro de que nada teria a temer da Rússia, no momento. E' com Hitler que Stalin se entende.

Interrompem-se subitamente as negociações com a França e Inglaterra e Ribentrop faz o inesperado acôrdo, que surpreendeu o Mundo, inclusive os próprios partidários do pacto anti-comintern. A Alemanha deixava de repudiar o comunismo como um perigo nacional e mundial, sancionava o que a Rússia queria no Báltico e esta se comprometia a manter em relação àquela uma neutralidade benevolente, e fornecer-lhe um mínimo de recursos de que havia mistér.

De fato, assim ocorreu. Moscou em 1939 e 1940, resolve o seu caso do Báltico, restabelecendo a situação deixada pelo Império, em grande parte: — cobrindo a área do velho S. Petersburgo e pondo a mão sobre as províncias Bálticas. O próprio quisto alemão de Memel é eliminado de pleno acôrdo

com Hitler, o qual procura compensar-se com Dantzig. A Polônia, novamente se divide entre a Rússia e a Alemanha.

Esse acordo, porém, foi mais um *velho* jogo de diplomacia européia, no qual o enganado, afinal, foi Berlim. A Rússia jamais forneceu à Alemanha os elementos de que esta necessitava para a sua guerra e quando Hitler pretendeu introduzir nela o seu controle técnico, para facilitar a realização dos seus compromissos, mas que podia ser um destacamento preparador da 5.^a coluna, ou inicio de ocupação, foi rudemente repelido por Stalin.

Até ai, como vemos as preocupações da política exterior de Moscou são essencialmente defensivas. E essas preocupações se manifestam também em relação à Turquia e ao Japão.

Stalin procura acordar com Angora um meio de impedir às esquadras das potências ocidentais a penetração no Mar Negro. Nada consegue, porém, por mais nábil e maneiramente que proceda. A Turquia não se lhe quer entregar de mãos atadas perdendo o apoio que lhe podem dar as potências ocidentais. Depois de longas e intermináveis negociações, prefere poder contar com o apoio da Inglaterra, menos perigoso para ela e mais eficiente por sua superioridade naval. Ainda não se sabe, ao certo, o que vale o poder aéreo.

O caso do Japão não era difícil. Eram conhecidas suas ambições de domínio mundial cuja realização exigia, como primeira etapa, o seu absoluto controle do Pacífico. Estaria bem disposto a nada exigir da Rússia, desde que tivesse certo de que esta o deixaria livre na realização dessa primeira etapa. De resto, nos incidentes de fronteira recentes, a Rússia revelara possuir, na Sibéria, uma força militar nada desprezível. (12) Além disso, havia os Estados Unidos cuja atitude em relação a guerra era ainda incerta, mas dependeria talvez da daquela...

As negociações fazem-se facilmente e com rude franqueza, em estilo bem marcadamente asiático. Em 13 de abril de 1941, cerca de dois meses antes da invasão da Rússia pela Alemanha, é assinado em Moscou, um tratado de não agressão reciproca, com misuras de estilo oriental... Antes, em março, quando Mutsuoka passou, pela U. R. S. S. a caminho de Berlim, para dizer que o Japão, não tomaria parte na contenda puramente européia, presenteou Stalin com um rico paravento do século XIII, no qual, bordado amão, se desenha-

(12) — Vér — O Fenômeno Militar Russo — Do autor.

va um painel de seda representando uma cena antiga de caça; e galardoou Molotov com um cofre laqueado, em cuja tampa, guarnecida de ouro e prata, representava-se um relicário tradicional. "Ambos, diz Dallin, eram raros exemplares da arte japonesa". (13)

Houve, para celebrar o pacto, um banquete monumental. Stalin, apesar de ser ainda o camarada Stalin, bebeu à saúde do Mikado, do Primeiro Ministro do Império do Sol Nascente, do Príncipe Knonoy e de Mutsuoka, deglutiindo não, como os demais convivas, champagne, mas um licor vermelho, especialmente preparado. Mutsuoka, diz Dallin, meio chocado pela fraqueza do pacto assinado, que não dava, de fato, garantia positiva alguma da não intervenção russa no oriente, respondeu agradecendo, mas afirmou de modo singular, dirigindo-se franca e significativamente para Stalin: "Eu cumprirei rigorosamente minhas obrigações e se o não puder fazer, praticarei o *hara-kiri* e ordenarei que vos mandem a minha cabeça. Mas se vós não cumprir-des as vossas promessas virei em busca da vossa".

Stalin sem se desconcertar replicou: "O povo Soviético ainda precisa da minha cabeça e os japoneses da vossa e aí está porque não nos podemos decepar".

Mas Mutsuoka, insiste ameaçador: "Os militares que vieram comigo pensam que seria melhor atacar o vosso território, mas eu julgo que nos cabe a nós políticos controlá-los e que isto é a essência do nosso trabalho. Que pensa o Sr. Stalin?

Este riu e sacudiu a cabeça aprovativamente e depois dirigindo-se a um dos militares japoneses disse: "Vejo que sois oficiais da Marinha. A América está construindo agora muitos navios, mas possue poucos marinheiros eficientes..."

Então Mutsuoka intervém, sempre ameaçador: "Sr. Stalin, nossos militares são pequenos em comparação com os russos, mas sua alma é maior. Foi por causa disto que venceram na guerra russo-japonesa".

Não se desconcertou ainda Stalin. Sorriu e arrematou: "É a primeira vez que encontro um diplomata coração aberto, honesto e franco como vós". E ao despedirem-se disse a Mutsuoka: "ficaremos amigos" e, notando que o ministro alemão aproximava-se de ambos e os havia ouvido, volta-se para ele e diz-lhe: "também nós ficaremos amigos".

(13) — Soviet Russia a Foreign Policy — 1939-1942.

Essa amizade com a Alemanha, não o impedia, porém, de bem ver o que poderia suceder no caso de uma completa vitória de Hitler, tanto mais quanto este já invadira os Balkans e tinha um forte ponto de apôlo da Finlândia. Nem implicava em o deixar livremente dominar aquela sensível região, onde se entrecruzam as linhas de expansão Slava, germânica e dos interesses britânicos. Stálin faz-se cauteloso e fica apreensivo. Previne-se mais diretamente para o que sabe vai ocorrer. Quando vê a atitude ameaçadora da Alemanha contra a Jugoslávia, dá a esta todo o apoio moral e trata de ir prudentemente dispondo na fronteira os seus exércitos.

Não tarda o rompimento de hostilidades. Hitler precipita os acontecimentos, pois ele também, sob o pretexto de preparar tropas para a ação na Noruega e regiões correlatas, foi reunindo suas divisões na fronteira de Leste. Em junho toma a ofensiva. Leva de roldão o dispositivo defensivo russo, não ~~ainda~~ completamente realizado. Sua avalanche motorizada arrebatou as melhores tropas de Stálin, mas a Rússia é profunda e suas reservas inesgotáveis. Em breve, cinco meses depois, a onda invasora é detida e, então, começa a reação. Nada mais pode impedir um acordo com a Inglaterra. Para ambas, ha um interesse que domina todos os outros: — vencer Hitler.

Churchil, Stálin e Roosevelt, entendem-se. Depois que a miopia do orgulho japonês desferiu o golpe inhabil de **Pearl-Harbour**, o entendimento transforma-se em aliança e isto, tanto mais facilmente, quanto as necessidades da mobilização e do esforço de guerra, haviam motivado importantes modificações no sistema de política interior e geral da U.R.S.S.

CONCLUSÃO

Pelo até aqui exposto, vê-se bem o importantíssimo papel que a Alemanha desempenha na política exterior da Rússia, notadamente soviética. E' a chave principal de sua política, e tanto mais importante quanto a **vitória americana** no Pacífico, tornou os EE. UU. árbitros incontestes no extremo oriente.

Não desprezará a Rússia progredir para o Oriente, mas a posição americana ai neutraliza em muito suas possibilidades e, de resto, seus maiores interesses estão no Ocidente.

Aqui, o seu objetivo principal continua a ser o acesso ao Mediterrâneo, prosseguindo a marcha iniciada por Catarina II, através dos Balkans e com recalque da Turquia. Mais isto

que outrora dependia da Alemanha e da Inglaterra mais da primeira que da segunda, hoje depende também da posição que os Estados Unidos tomem na questão.

O interesse, da União Soviética pela Alemanha, manifesta-se aliás desde o inicio do periodo revolucionário e isto por lógica do seu sistema político, pois era no bloco anglo-francês que os reacionários e liberais russos encontravam apôio. Além disso, Lenine reconheceu haver ne'a, conforme escreveu no *Ivestia* em 1918, certas afinidades com as aspirações bolchevistas. A Alemanha disse êle, incorpora o princípio da disciplina, do esforço organizado, da cooperação harmoniosa, baseado no mecanismo industrial mais novo, na mais exata contabilidade e controle". (14)

Na conformidade dêsse pensamento, Stalin declarava em 1924, como refere Dallin (14): "a vitória revolucionária na Alemanha é a vitória sobre a Europa toda. Si se deve agitar a revolução na Europa é pela Alemanha que é preciso começar. Sómente ela pode tomar a iniciativa a êsse respeito e o sucesso ai obtido é a plena segurança da vitória da revolução mundial".

A derrota da Alemanha permitiu à Rússia retocar suas fronteiras ocidentais, restabelecendo-as completamente, com exceção da Finlândia. Mas essa vitória, pelo concurso das forças americanas e britânicas que se encontram com as soviéticas em Berlim, na Autria e nos Balkans e com a ajuda da neutralidade turca apoiada no Ocidente, barrava, outra vez, do mesmo passo, a expansão russa para o Mediterrâneo... Abria difíceis prob'emas para a paz.

Do ponto de vista da política internacional russa o problema se complica ainda com as reações que as necessidades da guerra impuseram ao regime interno que recuou muito dos seus principios doutrinários, se bem que nunca os abandonasse, e com as reações do mundo exterior sobre o sistema russo. A guerra obrigou numerosos russos a tomarem contacto intimo com o mundo democrático, deu a conhecer melhor a êste a realidade russa e enfraqueceu-a temporariamente.

Do contacto com as democracias resultou para os russos o conhecimento de um padrão de vida de liberdade surpreendente e impressionante e a prova de que essa liberdade em nada prejudica a realização da força nacional e antes lhe dá mais vigor na luta, se dispõe de tempo para desenvolver o respectivo potencial bélico.

(14) — *Russia and Postwar Europe* — David J. Dallin.

Seja como fôr, o que mais importa aqui constatar é que a vitória deixou a Rússia face a face com os britânicos e os americanos, e com isto opôs-se-lhe o maior poder militar que já houve no mundo, o que quer dizer que Stalin tudo fará para que a Alemanha reste como uma força importante na Europa. Aliás previa êle muito bem que isto podia acontecer e tanto que tratou, durante a guerra, de tudo fazer para salvaguardar as simpatias da Alemanha. Declarou mais de uma vez que sua guerra era feita a Hitler e em fevereiro de 1943 foi bem explícito: "A história disse êle, mostra que os Hitlers vêm e vão, mas o povo e o Estado Alemão ficam".

Nessa época as fôrças aliadas ainda não estavam em Berlim e êle certamente, e com razão, supunha que seria fácil bolshevisá-la para o que já estava preparando tecticamente futuros agentes, recrutados entre os prisioneiros de guerra, os antigos comunistas alemães e outros.

A vitória terá o seu destino debatido na Alemanha. Ai será o teatro principal onde a contrução da paz se apresentará promissora de um período propício para a humanidade ou apenas o preambulo de uma nova guerra, a terceira, de proporções ainda maiores que as duas últimas. Ai se chocam os interesses e tendências das politicas russa, britânica e americana.

A Inglaterra, a Rússia e os Estados Unidos divergem essencialmente:

- Rússia e Inglaterra, pelas demonstrações de respeito às soberanias nacionais, motivo que impossibilitou entrarem em acordo antes da guerra e porque a Rússia, ao contrário da Inglaterra, nunca foi favorável à existência das pequenas soberanias. Apesar dos dispositivos de sua constituição de 1936 e da teoria comunista, ela nunca admitiu a consulta aos povos diretamente, sobre os destinos que pretendiam ter.
- Rússia e América, pela oposição desta aos regimes fechados à penetração das opiniões não oficiais e porque esta vê como um perigo mundial o predomínio de um poder militar único na Europa continental.

A política exterior da Rússia, como a de qualquer outra nação, segue a resultante das influências geográficas que condicionam através dos tempos a sua evolução e obedece a contingências da sua política interna.

Se internamente a Rússia não evoluir para um regime político menos opressivo da opinião pública, que permita o intercâmbio intelectual e moral entre os seus povos e os demais habitantes da Terra, que ajude a florescer ali e a fortificar-se a aspiração à paz universal, de acordo aliás, com os princípios que regem teoricamente o comunismo, pode se tornar uma nova ameaça de domínio do Mundo **manu-militar**, por encontrar resistência nas outras políticas exteriores, às tendências expansionistas.

Em tal hipótese, ela procurará certamente tirar partido de sua posição geográfica única e das condições próprias e excepcionais de seu imenso território.

Ademais, o prosseguimento do expansionismo russo sob o regime soviético dispõe de um método interessante, que seria de difícil combate se o seu regime fosse realmente sedutor. A Rússia funciona como um grande-imã em cujo campo devem cair os países que se forem libertando do regime capitalista. Essas adesões voluntárias seriam promovidas pelo predominio do partido comunista em cada país com os seus métodos terrivelmente policiais, e realizada com a ajuda máxima que a União Soviética favorecer.

Foi, mais ou menos, assim que se formou a União Soviética, progressivamente de 1918 a 1923 em torno da primeira República, a de Moscou. Em 1936, a reforma constitucional da União, abriu a porta larga às novas adesões. Criou clá, destarte, a possibilidade de unir o mundo todo sob uma só lei, para acabar com o capitalismo individual e a guerra. Mas dessa unidade à russa adveriam benefícios para a humanidade? Sim, si não implicasse na perda de liberdade de pensar e de sentir, em morte civil para todos os homens...

Aqui está um exemplo bem característico do que seria, sob o **presidium** de Moscou o novo sistema de vida da humanidade, com o qual por certo não se conformaria um chinês ou indú e muito menos um inglês ou americano, fosse este do Norte ou do Sul.

Conta David J. Dallin (15) que, em 1938, o camarada Ivan Felipovich Ivanov, do partido comunista, certo dia, em conversa íntima com dois outros membros do partido manifestou-se sobre o seu modo de ver o futuro do socialismo na Rússia. Refletiu que só o consideraria assegurado, quando o mesmo regime dominasse nos outros países. Os seus interlo-

(15) — Rússia and Postwar Europe.

cutores, os outros camaradas do partido que o ouviam — Urozhenko e Kozlikov — denunciaram essa sua ousadia de pensar, de ter uma opinião, aliás mera repetição de antigas predicas dos líderes do partido, o que lhe causou os maiores dissabores. Foi dispensado de seus encargos, e ameaçado de expurgo e de ser entregue a N. K. V. D., isto é, transformado em duende!...

Não te parece, amigo leitor, que é melhor o justamente odiado regime capitalista e o risco de uma infame guerra de quando em vez que a paz, pela unidade do mundo, a um tal preço?

Isto, porém, não se ha de dar. De um lado, porque o regime político apregoado pelos comunistas perdeu os seus encantos para as massas como se vê na própria Rússia e como o comprovam acontecimentos recentes nos países que a contornam, inclusive a Alemanha pelos russos ocupada, onde o partido comunista, apesar dos favores que lhe dá a Rússia, não logrou vencer em eleições; de outro, porque os seus principais oponentes, a Grã Bretanha e, notadamente, os Estados Unidos, representantes de uma civilização e cultura efectivamente muito superior a da Rússia, realizam uma força militar bem maior no momento e não desconhecem o que poderia vir a acontecer se se descuidassem.

Os esforços da política exterior da Rússia, continuaram a ser orientados pelas determinantes geográficas e ela tudo fará certamente para avançar sobre o Mediterrâneo pelos Balkans e o domínio dos Dardanelos. As modalidades de seus procedimentos na consecução de seus desiderata, dependerão certamente do grau de mentalidade militarista que a guerra haja inoculado na alma russa (16) e das mudanças que se hajam operado ou não nas intrínsecas tendências de seus próprios povos.

Em todo caso, não trepidará em tudo fazer para que a Alemanha, sob a sua influência permaneça como potência de primeira ordem vendo com maus olhos a secessão do Rhur. Não podendo ainda impôr-se pela força, nem mais pela mera sedução revolucionária, impotente para conciliar o patriotismo, seus meios ficam muito diminuídos.

De resto, ou a Rússia recusa francamente os princípios das liberdades proclamadas no Ocidente, pelo grande Roose-

(16) — Vêr "Algumas Cousas da Rússia" — Do autor.

velt, como básicas para a existência digna dos povos, ou os deixa entrar efetivamente no seu regime. No primeiro caso, antes que se fortaleça, ver-se-á talvez de novo em guerra. No segundo, evoluirá para a democracia e o liberalismo.

A oposição firme que a Grã Bretanha e, principalmente, os Estados Unidos lhe têm agora criado ao avanço sobre o Mediterrâneo, pela Turquia e os Balkans; a posição que os Estados Unidos tomarem na Ásia; e a doutrina de Truman, exposta em discurso de abertura da assembléia das Nações Unidas, no qual, ao par da disposição de resistência pela força às tendências dominadoras das nações fortes, afirma a exigência da vida livre dos povos como necessária a paz da humanidade, perecem indícios suficientes de que novos rumos serão adotados.

O desaparecimento na Rússia do direito exclusivo de partido comunista à existência como opinião política organizada, a simples retracção da ação policial do Estado aos seus limites normais, a permissão para o livre curso de informações sobre o que ocorre no mundo; a possibilidade do homem russo externar suas opiniões individuais sem risco de escravidão ao Estado nos trabalhos públicos, ou de morte; serão fatos bastantes para que se operem na U. R. S. S. modificações profundas.

O novo russo tolhido há trinta anos pela camisa de força do partido comunista, da Tcheca, da G. P. U. ou da N.K.V.D., poude assim mesmo, porque é humano, criar uma mentalidade diferente da que lhe era inculcada, aspirar situações não conformes com as doutrinas oficiais, manifestar tendências novas e forçar os dominadores a fazer manobras de recuo político. Uma vez que desapareça o aparêlho de contensão de seus movimentos, é claro que criará novos moldes de vida.

Poderá o governo soviético manter o isolamento do mundo exterior e a opressão do seu mundo interior?

Creamos firmemente que não. A tendência da natureza é contrária. Internamente, lá operam as desilusões e surgem as imposições da fatalidade que governa de fato a organização das sociedades humanas, e há o que resulta do contacto dos russos com esse mundo exterior, que se lhes apresenta agora bem diferente de que supunham. Externamente, há a criação desse mundo exterior pelo rádio e a navegação aérea, minorando grandemente as condições geográficas que favorecem o isolamento.

As facilidades hodiernas de viajar pelo ar, de transmissão do pensamento pelo rádio e outras formas de rápida comunicação entre os homens, de todas as longitudes e latitudes, vieram dar ao elementos geográficos até aqui sem influência na geopolítica, a atmosfera, um papel de sumo efeito, criando aspectos novos para a vida das nações.

Não se deve esquecer, porém que a idéia de dominá-lo ainda não desapareceu, gerando a **desconfiança**, impecilho máximo aos bons entendimentos. Nem se deve olvidar que, como assinalou Harold Mackinder, o arranjo das terrras e águas no globo terrestre é tal que convida à formação de grandes impérios, visando finalmente a constituição de um mundo só, nesse que como lembra a associação de professores que escreveu "Global Geography", eliminada a Alemanha excluída a China por sua mentalidade, fica a Rússia com a sua soberba posição geográfica e suas grandes possibilidades industriais, em ativo desenvolvimento, em boas condições para tentar a posse da Ilha do Mundo e consequentemente a do mundo todo.

E por causa disto é extremamente delicado o momento atual da política universal e tanto mais que, mesmo sem segunda intenção de predomínio universal, por mera falta de confiança, a Rússia poderá tentar "dominar grande parte da Europa como necessidade de sua segurança".

Todavia, supomos que dadas as últimas manifestações da opinião anglo-americana, notadamente a ianque, e também as russas, a civilização marchará para diante sem uma terceira grande guerra, ao menos, em tão curto prazo como muitos temem. O facto de rugnarem os anglo-americano, pela existência em todos os países das liberdades humanas essenciais, permitirá que se chegue a bom resultado e cremos que para obtê-lo não será necessário usar de novo a força militar justificada por opiniões filosóficas como a de Emile Corra: "Eclairés par les fortes leçons du présent, nous reconnaissons même franchement que cette force est encore ante à résoudre supérieurement certains problèmes difficiles de la politique internationale qu'elle neut parfois seconder plus efficacement et plus rapidement que la diplomatie et la philosophie, la lente évolution des idées et des moeurs enfin qu'elle peut encore très utilement contribuer à la consolidation et au développement de la civilisation". (17)

(17) — *Les enseignements philosophiques de la guerre* — 1915.

A POLÍTICA IMPERIAL EM RELAÇÃO AO PRATA

Major RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

Realizada a proclamação da nossa Independência, D. Pedro I teve que dominar parte das forças portuguesas destacadas na Província Cisplatina, sendo ali, em seguida, acamado também Imperador "pelos povos, cabildos, autoridades civis e militares".

A despeito, porém, do esfacelamento do antigo Vice-Reino do Prata, o governo de Buenos Aires não se satisfez com a situação e envida todos os esforços para se opôr à política imperial, que procurava habilmente manter o bloco platino dissociado, afim de melhor poder resolver suas questões de limites com as diferentes partes do Vice-Reino. Daí resulta, em face do insucesso da diplomacia de Buenos Aires, o incitamento aos movimentos de rebeldia contra o Império do Brasil, seguindo-se-lhe imediatamente a campanha de 1825, que se termina indecisamente na Batalha do Passo do Rosário.

A Convenção preliminar de paz

Com a interferência do plenipotenciário inglês, firma-se no Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1827, o tratado preliminar de paz entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, o qual, todavia, não consegue pôr um fim à guerra, porque o governo de Buenos Aires não o aceita. A paz só se estabelece em 27 de agosto de 1828, por meio de uma convenção preliminar, em que as duas altas partes contratantes declaravam a independência da Cisplatina, obrigavam-se a reconhecer sua independência e integridade e se comprometiam a manter livre a navegação do Rio da Prata, durante 15 anos.

A troca de ratificações dessa convenção preliminar realizou-se em Montevidéu, em 4 de outubro do mesmo ano de 1828, porém o tratado definitivo nunca chegou a ser negocia-

do, de modo que a questão de limites, que o mesmo tratado deveria ajustar, continuava no pé em que fôra estabelecida quando da encorporação da Província Cisplatina ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A Convenção Preliminar foi firmada: — da parte do Brasil, pelo Marquês de Aracati, Ministro do Exterior, José Clemente Pereira, Ministro do Interior, e Joaquim de Oliveira Alvares, Ministro da Guerra; e, da parte das Províncias Unidas: — pelos seus plenipotenciários Juan Ramon Ba'carce e Thomás Guido.

De conformidade com o artigo 1.º dessa Convenção, o Imperador do Brasil declarava a Província de Montevidéu, chamada Cisplatina, separada do território do Império do Brasil — “para que possa constituir-se em Estado Livre e independente de toda e qualquer Nação, debaixo da forma de Governo que julgar mais conveniente a seus interesses, necessidade e recursos.”

Pelo artigo 2.º, o Governo da República das Províncias do Rio da Prata concordava em declarar, pela sua parte, a independência de Montevidéu e “em que se constitua em Estado livre e independente, na forma declarada no artigo antecedente.”

A situação política no Uruguai e na Argentina.

Desde que é assinada a Convenção Preliminar de Paz, a situação política tanto no Uruguai, como na Argentina, se caracteriza pela anarquia absoluta e desenfreida, impedindo o progresso completo, na frase do Cel. Genserico de Vasconcelos, “a existência de governos sólidos, cultos e respeitados, com os quais pudessemos tratar de nossos grandes interesses territoriais, económicos e políticos”.

No Uruguai, após uma série de perturbações caudilheiras, em que reponta a duplicitade de Rivera e se tornam celebrizadas as atrocidades de Oribe, este, de cumplicidade com Rosas, que se implantara na outra margem do Prata como o mais genuíno representante da “masórica, do assassinio político, da dominação sem limites, do mais cruel abso'utismo”, estabelece o cerco de Montevidéu e institue um governo que por não ser legal, o governo imperial sempre se negou a reconhecer. Isso serviu para aumentar a fúria de Rosas contra o Brasil, ao mesmo tempo que lhe acentuava as pretensões alimentadas sempre, de dominar Montevidéu e tornar efetiva a

re-encorporação do Paraguai, restabelecendo o antigo Vice-Reinado do Prata, à sombra da Confederação Argentina.

Era êsse, aliás, o "projeto favorito de Rosas", como o afirma o Barão do Rio Branco: — "absorver o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai, reconstruindo o antigo Vice-Reinado do Prata".

Ao contrário e ainda na lição do grande Chanceler, "a política internacional do Brasil, criada pelo partido conservador, e, principalmente, pelo ilustre ministro Paulino de Souza, consistia, então, como ainda hoje, em manter a independência dos dois Estados ameaçados pela ambição argentina".

Não é de admirar, portanto, que, dentro desta política de alta visão continental e de elevada sabedoria, o Brasil fôsse até ao ponto de lançar-se à guerra para defender o Uruguai e que, ao par desta atitude extrema, procurasse amparar a república paraguaia, por todos os meios e modos que o direito e a moral lhe facultavam, em sua oposição às ameaças sem conta do tirânico vizinho. E, ainda mais, se empenhasse a fundo para subtrai-la à ambição conquistadora de Rosas, numa luta em que a habilidade de nossa diplomacia correu paralelas com o acerto de todas as medidas adotadas e postas em prática pelo governo imperial.

Os interesses do Brasil.

Tanto o Paraguai como o Uruguai eram nações independentes, entidades políticas novas, cuja liberdade o Brasil tinha interesse em sustentar e defender, afim de podermos tratar de uma série de questões que nos eram essenciais, como, por exemplo, o deslinde das nossas fronteiras, a liberdade de navegação do Rio da Prata e seus afluentes, para assegurar nossas comunicações com Mato Grosso, e a proteção de milhares de brasileiros, proprietários de vastas extensões de terras e habitantes do Uruguai. Especialmente com o Paraguai, como escreve o Gen. Tasso Fragoso, desde o princípio o Império lhe consagrou simpatia, pois "era um país vizinho com que ainda não havia assentado suas raias e que, além disso, dominava o curso inferior dos rios Paraná e Paraguai, cuja navegação lhe era imprescindível para garantir uma rápida saída até ao mar à sua Província de Mato Grosso. Convinha-lhe, pois, tê-lo a seu lado, de preferência vê-lo associado às demais repúblicas turbulentas da foz do Prata".

A situação do Paraguai.

A independência do Paraguai, proclamada em 9 de junho de 1811, após as vitórias de Paraguari e de Tacuari e da capturação de Belgrano, fôra reconhecida oficialmente pela República das Províncias Unidas do Rio da Prata, no tratado de 12 de outubro do mesmo ano. E o isolamento a que, em seguida, a ditadura de Francia leva a pequena nação mediterrânea procura subtrai-la à contaminação inevitável da anarquia caudilhesca que lavra nas províncias platenses. Na verdade, segundo ensina o prof. Pelham Horton Box ("Los origines de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza", versão castelhana de Pablo M. Insfram — 1936), o sonho do ditador, inicialmente, foi o desenvolvimento de um comércio paraguaio de ultramar, porém seus esforços foram invalidados pela encoberta hostilidade de Buenos Aires. Ele proclamava a liberdade do Rio da Prata e seus grandes tributários, o Paraná, o Uruguai, como vias internacionais; porém, depois das derrotas de Artigas e quando este já se encontrava, então, isolado no solo paraguaio, tendo Francia informações precisas sobre a difusão da anarquia nos territórios vizinhos e, ainda mais, pela descoberta de uma conspiração revolucionária em seu próprio território, veiu o ditador a convercer-se de que a salvação do Paraguai estava no seu isolamento a todo contacto com as províncias argentinas convulsionadas pelas guerras civis.

E' certo que ele considerava, então, as províncias argentinas e, sobretudo, Buenos Aires, como seus maiores inimigos — conforme ainda nos adianta o citado autor — tanto que, em consequência, não esconde suas disposições favoráveis de cultivar boas relações com o Brasil, cuja independência se apressou em reconhecer.

Pelo porto de Itapúa, aliás, Francia já havia entrado em relações comerciais com nosso país, desde janeiro de 1822, e, no ano de 1824, recebeu em Assunção o enviado brasileiro Antônio Manoel Corrêa da Câmara, na qualidade de consul, aceitando-o pouco depois, em 1826, como ministro representante do Império. Mas, a política de alheamento era, sem dúvida, a base do "sistêma" que o ditador paraguaio imaginara para sua pátria e, por isso mesmo, as boas relações com o império do Brasil amortecem-se gradativamente, isolando-se o Paraguai cada vez mais de todos os seus vizinhos. Processa-se, então, na vida da nova república, uma fase de intenso desenvol-

vimento agrícola, com uma produção extraordinária de trigo, milho, açúcar e, especialmente, fumo e erva. Não obstante a incapacidade do mercado nacional para absorver tóda essa espantosa produção, a política de isolamento continuou e só veio a sofrer modificação sensível quando se iniciou o período dos "dois consules" — Carlos Antonio Lopez e Mariano Roque Alonso.

Menos de um ano depois da morte de Francia, o governo paraguaio firma com Corrientes um tratado de amizade, comércio e navegação, assim como um tratado provisório de limites, relativo à demarcação de jurisdição no território de Missões. Está visto que esse facto, verificando-se quando as relações com nosso país se mostravam muito mais frouxas do que ao tempo de Francia, não podia causar impressão favorável no espírito do tirano de Buenos Aires. E tanto assim que, logo em seguida, havendo o Congresso do Paraguai feito uma declaração solene de independência (25 de novembro de 1842) e recebendo Rosas a comunicação do facto com o pedido de reconhecimento, respondeu aos consules, em abril de 1843, que "por causa das circunstâncias por que atravessava a Confederação, não podia fazer dito reconhecimento; mas assegurava, por sua vez, que nunca as armas da Confederação Argentina perturbariam a paz e a tranquilidade do povo paraguaio".

A política argentina leva o Paraguai à guerra

A despeito da promessa amável contida no final da resposta do ditador argentino, os consules paraguaios protestaram contra o não reconhecimento; Rosas, porém, sómente lhes contestou quando da eleição de Carlos Lopez. Enviou a este, então, uma nota em que reiterava sua negativa em reconhecer a independência, mas afirmava sua disposição amistosa e se mostrava, mesmo, de acordo com o princípio da livre navegação do Paraná, "con reservas, sin embargo, para los casos de necesidad impuestos por la hostilidad continuada de los selvajes unitarios de Corrientes contra el Gobierno de la Confederación Argentina."

Ao mesmo tempo, todavia, procurava Rosas conseguir a neutralidade do Paraguai na luta civil argentina e, em consequência, mostra-se complacente em face de várias pretensões de Carlos Lopez, a quem chega até a vender regular quantidade de armas. Lopez, entretanto, não se fiava muito nas boas disposições do ditador portenho e restabelece sua apro-

ximação com Corrientes, dando lugar a que Buenos Aires, de parceria, então, com Oribe, deixasse o Paraguai em estado completo de bloqueio, com a realização do celebre "sistema continental" de Rosas.

O ditador de Buenos Aires ameaça cada vez mais a nova república independente, a qual foge à concretização de seu sempre acariciado plano de fazê-la voltar ao seio da Confederação. E, para fazer face ao poder usurpador, dentro da aliança estabelecida com Corrientes, o Paraguai vai ao extremo da guerra, empenhando-se numa luta que se decide em "Potrero Vences", com a vitória de Urquiza, então sob as ordens de Rosas. O Paraguai contribuiu, no entanto, para essa campanha, apenas com uma força de 5.000 homens, ao mando de Francisco Solano Lopez, que se limitou a passar e repassar o Paraná, "sin disparar un tiro", numa iniciação que em nada recomendava o jovem general de 17 anos...

Rosas se volta contra o Brasil.

As ameaças do ditador platino se acentuam ainda mais e ele, na sua ansia dominadora, se volta contra o Brasil, porque o Império, indisfarçadamente, apoiava a pequena república paraguaia, com a qual sempre mantivera boas relações comerciais e políticas. De facto, já acentuamos que o Paraguai não tardou em reconhecer a independência do Brasil e, em 1824, um enviado brasileiro era recebido oficialmente em Assunção, de inicio como consul e, a seguir, na qualidade de ministro. Por outro lado, foi o Império a primeira nação que reconheceu a independência do Paraguai, no mesmo ano de 1824, ratificando esse reconhecimento em 14 de setembro de 1844. Além disso, a diplomacia brasileira interferiu junto de várias chancelarias para alcançar o reconhecimento formal da independência paraguaia, como se deu com a Bolívia, Venezuela e Áustria.

Era fatal, portanto, que o ditador de Buenos Aires não se conformaria com a atitude desassombrada da diplomacia imperial. E, à proporção que os factos vão ocorrendo, reclama em notas sucessivas: — a 20 de fevereiro de 1845, contra o reconhecimento da independência da nova república; a 12 de janeiro de 1847, contra a aceitação do ministro André Gely em caráter diplomático; em finalmente, contra a descida de canhoneiras brasileiras da flotilha de Mato Grosso até Três Bócas.

Essas manifestações resultavam, sem dúvida, da arraigada pretensão de Rosas, de re-encorporar o Paraguai à Confederação e isso mesmo ressalta evidente de mais de um documento de seu governo. Assim, ao saber que a Austria tinha reconhecido a independência do Paraguai, o ministro Arana protesta junto à Corte de Viena, em nota de 13 de janeiro de 1848, repetida em 19 de outubro de 1849, sustentando que o Paraguai ainda era parte integrante da Confederação Argentina, o que explicava nos seguintes termos:

“... o isolamento em que se encontrou teve origem em causas puramente domésticas, que afastam a mais leve sombra de que houvesse tido o pensamento de erigir-se em Estado independente. Além disso, a República Argentina conservou sempre todos os seus direitos sobre o território do Paraguai e o considerou e considera como uma das províncias argentinas.”

Ante essas e outras manifestações evidentes do desejo do governo argentino de colocar, novamente, o Paraguai sob a jurisdição, continuava o governo imperial em sua atitude assentada, de apoiar a pequena república em sua resolução de manter-se livre. Respondendo ao protesto contra o reconhecimento da independência paraguaia, o Ministro de Esangelhos do Império assinalou claramente “o firme propósito em que está o Governo Imperial de sustentar, com todas suas consequências, o ato de reconhecimento da Independência do Paraguai”. E considerou o referido protesto como de nenhum efeito para o Governo do Brasil”.

Continuava, pois, o governo do Império no desenvolvimento de uma política invariável, que apreciaremos em segredo, adiante, nos seus principais episódios.

A bravura sólida, a do dever, desconhece o pânico e é inalterável. ---
ARDANT DU PICQ.

ASSUNTOS DIVERSOS

BOLETIM

No sentido de informar os camaradas, damos abaixo a relação dos principais estabelecimentos de ensino militar dos Estados Unidos e sua localização.

Adjutant General's School (Escola do Departamento de Ajudante-Geral) — CAMP LEE, Virginia.

Advanced Flying School (Escola de Treinamento Aéreo Avançado) — RANDOLPH FIELD, Texas.

Airborne Unit Training Center (Centro de Treinamento de Unidades Aéro-terrestres) — FORT BRAGG, North Caroline.

Airborne School (Escola de Formação de Tropa Aéro-terrestre) — FORT BENNING, Georgia.

Antiaircraft Artillery School (Escola de Artilharia Anti-aérea) — FORT BLISS, Texas.

Armored School (Escola das Forças Blindadas) — FORT KNOX, Kentucky.

Army Air Forces School of Applied Tactics — (Escola de Tática Aplicada das Forças Aéreas do Exército) — ODLANDO, Florida.

Army Air Forces University — (Universidade das Forças Aéreas do Exército) — MAXWELL FIELD, Alabama.

Army Dental School (Escola de Odontologia do Exército) — FORT SAM HOUSTON, Texas.

Army Finance School (Escola de Finanças do Exército) — FORT BENJAMIN HARRISON, Indiana.

Army Industrial College (Escola Industrial do Exército) — FORT HUMPHRYS, Washington, D. C.

Army Medical Center — (Centro de Treinamento do Serviço de Saúde do Exército) — WALTER REED HOSPITAL, Washington, D. C.

Army Medical School (Escola de Saúde do Exército) — FORT SAM HOUSTON, Texas.

Army Veterinary School (Escola de Veterinária do Exército) — FORT RILEY, Kansas.

Army War College (Escola Superior de Guerra, i. e., Escola de Alto Comando) — Washington, D. C.

Bombardiers Training School (Escola de Bombardeio das Forças Aéreas) — RANDOLPH FIELD, Texas.

Cavalry School (Escola de Cavalaria) — FORT RILEY, Kansas.

Chaplain School (Escola de Capelões) — HARVARD UNIVERSITY, Cambridge, Manachumet.

- Chemical Warfare School* (Escola de Guerra Química) — EDGEWOOD ARSENAL, Maryland.
- Coast Artillery School* (Escola de Artilharia de Costa) — FORT MONROE, Virginia.
- Command and General Staff School* (Escola de Comando e Estado-Maior) — FORT LEAVENWORTH, Kansas.
- Engineer School* (Escola de Engenharia) — FORT BELVOIR, Maryland.
- Field Artillery School* (Escola de Artilharia de Campanha) — FORT SILL, Oklahoma.
- Infantry School* (Escola de Infantaria) — FORT BENNING, Georgia.
- Medical Field Service School* (Escola do Serviço de Saúde em Campanha) — FORT SAM HOUSTON, Texas.
- Military Intelligence School* (Escola do Serviço de Informações Militares) — CAMP RITCHIE, Maryland.
- National War College* (Escola Nacional de Guerra) — WASHINGTON, D. C.
- Navy War College* (Escola de Guerra Naval) — NEWPORT, Rhode Island.
- Ordnance School* (Escola do Departamento de Material Bélico) — ABERDEEN PROVING GROUNDS, Maryland.
- Provost Marshall General's School* (Escola do Serviço de Polícia Militar) — CAMP GRANT, Illinois.
- Quartermaster School* (Escola de Intendência) — CAMP LEE, Virginia.
- School for Special Service* (Escola do Serviço Especial) — University of Virginia, MORGANTOWN, Virginia.
- School of Aviation Medicine* (Escola de Medicina de Aviação) — RANDOLPH FIELD, Texas.
- School of Military Government* (Escola de Governo Militar) — University of Virginia, MORGANTOWN, Virginia.
- Signal Corps School* (Escola de Transmissões) — FORT MONMOUTH, New Jersey.
- Tank Destroyer School* (Escola de Destruidores de Carros) — CAMP HOOD, Texas.
- United States Military Academy* (Academia Militar dos Estados Unidos) — WEST POINT, New York.
- United States Naval Academy* (Academia Naval dos Estados Unidos) — ANNAPOLIS, Maryland.

Finalmente o Exército e a Marinha chegaram, nos Estados Unidos da América, a um acôrdo completo para a consecução do grande ideal dos mais destacados chefes militares de Tio Sam na última guerra: — a fusão de todas as fôrças armadas do país num organismo único, o Departamento (minisfério) da Defesa Nacional. O tradicionalismo dos chefes navais deu ante a objetividade dos argumentos solidamente apresentados pelos generais do Exército. Pois ficou evidenciado que não basta a existência de um Estado-Maior Geral, nem tampouco é suficiente a criação do Supremo Comando sob a pressão dos acontecimentos.

O que vinha sendo mais ou menos vislumbrado desde longos anos, e que só fôra realizado uma ou outra vez — e assim mesmo nos países em que o monarca ou ditador enfeixava em suas mãos todos os poderes — é o que se impôe: a criação do Comando Único desde o tempo de paz. Só assim

poderá haver efetivamente um *Plano de Guerra* e só êste permitirá o planejamento racional e a organização progressiva dos recursos do país para enfrentar as dificuldades tremendas da guerra total.

Essa, aliás, a tendência universal no momento. E o prenúncio desta realidade no nosso irmão do Norte — que talvez já esteja em marcha ao serem publicadas estas linhas — foi a inauguração da Escola Nacional de Guerra (National War College), a que nos referimos várias vezes em números anteriores.

* * *

A política exterior do Brasil, de tão gloriosas e belas tradições, sofrerá nos últimos anos — é forçoso reconhecê-lo — um virtual colapso. Nossas atividades diplomáticas não mais vinham obedecendo a uma orientação firme e consentânea com nossas realidades, anseios e necessidades: — tudo era fruto de inspirações do momento, vindas às vezes de conselheiros menos avisados, com graves danos para a Nação e para seu prestígio internacional.

O ano de 1947, entretanto, iniciou-se auspiciosamente. A personalidade invulgar do Ministro RAUL FERNANDES, que alia a seu bom senso, cultura e patriotismo, uma fé de ofício diplomática poucas vezes ultrapassada em nosso país, imprimiu novos rumos ao Itamarati, recolocando sua linha de ação na trilha luminosa aberta pelos RIO BRANCO, MANGABEIRE e MELO FRANCO.

A nota ao Conselho dos Ministros do Exterior dos, assim chamados, "Quatro Grandes", a propósito da reunião de Londres, foi um documento histórico e de grande repercussão. Igualmente, a resposta ao Governo de Moscou a propósito do incidente com o Secretário de nossa Embaixada naquela capital, revestiu-se, na forma e no conteúdo, de dignidade, cultura jurídica e desassombro.

Tais atitudes, junto com a criação do Instituto Rio Branco e a designação do ilustre Ministro HÉLIO para dirigí-lo, levam-nos a esperar com otimismo que de futuro não mais o Brasil leve a pior nas disputas diplomáticas nem seja prejudicado por omisão ou falta de interesse na reivindicação de nossos direitos. A nós, militares, é particularmente grato almejar ao Itamarati os melhores sucessos. Pois se nossos bravos camaradas tombaram, às centenas, na guerra contra o "Eixo", cabe agora, a nossos diplomatas, consolidar a vitória dos ideais de justiça e democracia entre as Nações.

E confirmando tais prognósticos, vemos também a nomeação de OSVALDO ARANHA para nosso Delegado junto à O. N. U., exatamente no período em que caberá ao Brasil, por dois meses, a presidência do Conselho de Segurança.

Bem hajam esses nossos ilustres patrícios, para maior orgulho de nossa Pátria e para a concretização dos anseios pela paz mundial. Mas uma paz baseada no amor, na compreensão e na igualdade jurídica dos Estados soberanos, e não no ódio, no preconceito e na prepotência dos mais fortes em ouro ou em potencial bélico.

* * *

A seção de "Observações econômicas" do vespertino carioca "O Globo", publicou um comentário sobre as areias monazíticas, do qual destacamos este trecho: —

"Ao vender as areias monazíticas cuidará (O Governo Brasileiro) de obter em troca todas as vantagens a que as mesmas podem dar margem, por se tratar de material raro e urgentemente necessitado. Vantagens que se não traduzem apenas no preço compensador mas, também, na concessão de facilidades para a aquisição pelo Brasil, nos Estados Unidos, dos materiais pesados que não consegue obter no momento. A política mineira de nosso país precisa ser modificada rapidamente, a fim de se situar no mundo novo saído da guerra".

"O nosso Exército está em plena fase de transição".

A frase acima, verdadeiro "slogan", nada diz e nada explica. No entanto, tem sido utilizada a miude, por muitos que com ela pretendem justificar uma atitude cômoda ou desculpar um indiferentismo permanente.

Precisamos modificar com urgência esse defeito, esse vício mental, para em consequência adotarmos uma linha de ação coerente com a época que vivemos.

"Saidos da 2.º Guerra Mundial, colocados ante novas armas e tentando adivinhar o futuro — eis um quadro que nada de novo apresenta, porquanto é o ambiente natural de todo post-guerra.

Urge, sim, que nos convençamos da maturidade intelectual de nosso Exército. Que reconheçamos a existência de um lastro, de uma bagagem de conhecimentos constituidos em corpo de doutrina com vocabulário próprio e conceitos firmados sobre as linhas gerais do fenômeno militar. E que desses elementos de partida, animados pela experiência do recente conflito — seja através o depoimento pessoal de nossos combatentes, seja por intermédio das lições colhidas pelos diversos belligerantes — tiremos nossas próprias conclusões, reflitamos sobre estas e tracemos planos, não para um ou dois anos, mas para cinco ou mesmo dez anos.

"A Defesa Nacional" é a livre tribuna em que têm deixado marcas indeléveis os grandes movimentos de renovação do nosso Exército nestes 34 anos de sua existência. A 1.º Guerra Mundial, a "Missão Indígena", e Missão Militar Francesa, as sucessivas reformas de nossa estruturação militar, a atuação da Missão Americana na Artilharia de Costa, os nossos observadores no conflito de Letícia e na guerra do Chaco, as diversas fases da última conflagração e o intercâmbio intenso de idéias e de oficiais com o Exército Norte-Americano nos anos mais recentes são alguns dos grandes capítulos em que se divide a história de "A Defesa", fiel espelho do que vai pela nossa instituição.

Os Tenentes e Capitães de hoje não podem ficar em débito com seus predecessores. Precisam registrar em nossas páginas seus anelos, suas meditações suas conclusões, ensinamentos colhidos, necessidades sentidas. O campo é vasto: — questões da vida diária do quartel, problemas de instrução dos conscritos, preparação de especialistas e graduados, observações sobre o manejo e o emprego de materiais modernos, sugestões sobre organização, e uma infinidade de outros aspectos em que poderão patentear não só sua inteligência e cultura, mas principalmente o amor à profissão que abraçaram, seu entusiasmo e sua crença. Qualidades essas que são indispensáveis e insubstituíveis nos que, em última análise, deverão conduzir o combate e levar os soldados ao supremo dos sacrifícios.

LIVROS NOVOS

Cap. OCTÁVIO ALVES VELHO

“OSÓRIO” — Coronel J. B. Magalhães —

Livraria AGIR Editora — Rio, 1946.

Magnificamente impresso em um volume de quinhentas e poucas páginas, apareceu o mais recente trabalho do Coronel JOÃO BAPTISTA DE MAGALHÃES. Esse assíduo e antigo colaborador de “A Defesa Nacional”, que é sem dúvida o mais prolífico e um dos mais brilhantes escritores do Brasil contemporâneo, realizou obra verdadeiramente notável e digna dos mais sinceros encômios.

Ju'gamos que até hoje a personalidade invulgar do Marquês do Herval não fôra estudada tão minuciosamente nem tampouco com tanto amor. Pois em trabalhos desta natureza, nunca se poderá construir algo de sólido se a par do senso de justiça e de crítica histórica não pulsar no coração do biógrafo uma admiração afetuosa pelo personagem estudado. E nesse ponto o autor de “Osório — símbolo de um povo, síntese de uma época”, que, provindo da arma de Cavalaria, aprendeu a estimar o legendário chefe de Tuiutí desde a sua adolescência, só ceda talvez a palma aos descendentes diretos daquêle “homem representativo” de nossa evolução histórica.

Não queremos furtar-nos ao prazer de dar aos leitores de “A Defesa Nacional” os títulos em que se divide este precioso livro, que é, desde já, indispensável a quantos estudam a história pátria, e portanto a todos os nossos camaradas de terra, mar e ar.

São êles:

- Preâmbulo.
- 1.^a Parte: — Exame geral do ambiente — A luta pela posse da fronteira — A Guerra do Paraguai.

- 2.ª Parte: — A vida honrosa do General Osório.
- 3.ª Parte: — Diversos aspécitos — Episódios e anedotas — ensamentos e opiniões — Iconografia, melografia e poliantéia.

Vemos assim, que paralelamente à análise de vida e dos feitos do grande herói do Império, o Cel Magalhães, em seu estilo elegante e culto perlustra grande parte da formação das populações sulinas, debatendo os mais variados problemas históricos, geográficos, étnicos, políticos e militares.

A selecionada bibliografia que serve de fecho ao livro, será um roteiro seguro para os que doravante quizerem efetuar trabalhos de pesquisa sobre um dos mais fascinantes períodos da História do Brasil e acompanhar a trajetória luminosa de MANUEL LUIZ OSÓRIO através as coxilhas do Rio Grande e os salões do Paço e do Parlamento na Corte do Rio de Janeiro.

À venda na “A Defesa Nacional”

Aceitam-se pedidos para reembolso postal

Preço: Cr\$ 100,00

AVISO

As transferências de residência devem ser
comunicadas VIA RÁDIO
ao nosso diretor gerente.

Coopere com a administração da Revista
que não terá motivos para reclamações.

DICIONÁRIO MILITAR BRASILEIRO

Cap. OCTÁVIO ALVES VELHO

(Continuação)

DIA DE REAPROVISIONAMENTO EM MATERIAL DE INTENDÊNCIA — Valôr médio dos diferentes artigos de material de Intendência (exclusive rações) fornecidas e consumidas diariamente por homem em um determinado Teatro de Operações. E' expresso em unidades de peso ou em número de artigos especificados.

DIA DE REMUNICIAMENTO — Valôr médio da munição fornecida e consumida diariamente por uma arma (ou por uma unidade) considerada, em determinado Teatro de Operações. E' expresso em número de tiros, em toneladas ou em unidades de fogo.

DIA DE SUPRIMENTO — média estimada do consumo dos vários artigos por dia de campanha, expresso em quantidades de artigos especificados, em número de tiros por arma, em unidades de fogo ou em quilogramas por homem, por dia.

DIAGRAMA DAS PRESSÕES — Curva que indica a variação diurna da pressão atmosférica, obtida pelo emprêgo de um barógrafo.

DIFENILAMINACLOROARSINA — V. Adamsita.

DIFERENÇA DE AZIMUTE — Diferença entre os azimutes de duas direções que passam pelo ponto considerado, medidos de outros dois pontos.

DINO — 1 — Unidade de fôrça do sistema C G S. — 2 — Unidade que exprime a fôrça que, agindo sobre um corpo de massa igual a uma grâma, lhe comunica a unidade C G S de aceleração. Sendo muito pequeno o dino, na prática é mais empregado o megadino.

DIREÇÃO GERAL DO TIRO — Numa posição de tiro (ou de bateria) é a direção para a qual se atribui maior probabilidade de aparecimento dos objetivos.

DIREÇÃO DE MARCHA — Aquela na qual está orientado o elemento-base de uma unidade, seja em marcha seja durante um alto, em determinado momento.

DIREÇÃO DA RAJADA — Direção do tiro da peça que fez o primeiro disparo. O observador mede o desvio entre a direção deste e a do ponto de regulação.

DIREÇÃO DA SALVA — V. Direção da rajada.

DIRETOR DO TIRO — 1 — Aparêlho que calcula as velocidades angulares dos objetivos e correções necessárias à realização do tiro de determinada arma sobre os mesmos.

2 — V. Comandante do tiro.

DIRIGÍVEL — 1 — Que pode ser dirigido, guiado, encaminhado, conduzido.

2 — Aeróstato que dispõe de meios próprios de locomoção — motores e lemes.

Os dirigíveis classificam-se em flexíveis, semirígidos e rígidos.

DIRIGÍVEL FLEXÍVEL — Constituído por uma ampla armação de pano que se entumece quando cheia de gás e se contrai ao ser este retirado do seu interior.

DIRIGÍVEL RÍGIDO — Aquél cujo revestimento exterior é constituído de chapas de duraluminio ou outro qualquer metal leve e resistente, formando o conjunto uma armação absolutamente rígida em cujo interior se alojam os balonetes de gás.

DIRIGÍVEL SEMI-RÍGIDO — Aquél cuja estrutura é formada por uma armação metálica revestida de pano especial.

DISCIPLINA INTELECTUAL — Qualidade necessária aos chefes militares e seus auxiliares, em todos os escalões, para que sua ação se harmonize com o conjunto das operações militares. Permite-lhes raciocinar e decidir dentro de princípios comuns de doutrina e segundo um mesmo método.

DISPERSAO DOS 50 % — V. Dispersão média.

DISPERSAO MÉDIA — 1 — É a largura de uma faixa, limitada por duas retas, paralelas a um dos eixos coorde-

nados e equidistantes do ponto médio de um desvio provável, e que contém 50 % dos tiros dados em uma série.

2 — É a metade do semi-retângulo de dispersão, e equivale a dois desvios prováveis.

DISPERSAO DO TIRO — 1 — Fenómeno devido ao qual, em vez de termos, para condições iniciais idênticas do tiro de uma arma, uma trajetória única, temos um feixe de trajetórias.

2 — Fenómeno devido ao qual, quando se atira com uma arma certo número de projéteis, em condições aparentemente idênticas, os pontos de incidência (ou de impacto), em vez de se superporem, distribuem-se numa superfície mais ou menos extensa e cujas dimensões, geralmente, crescem com a distância de tiro.

DISPOSIÇÃO DO QUADRO — Maneira pela qual o **quadro** (dos tiros de uma bateria) se apresenta. Traduz-se pelos afastamentos observados entre os arrebentamentos da 1.^a peça (ou da 4.^a, se a salva fôr da esquerda) e os das outras três.

DISPOSITIVO — Distribuição e formação dos elementos de uma unidade e conjunto das tarefas atribuídas a cada um para o cumprimento de u'a missão comum.

DISPOSITIVO DE APROXIMAÇÃO — Articulação em largura e profundidade adotada pelas tropas no decorrer da **aproximação**, para diminuir-lhes a vulnerabilidade e facilitar a montagem oportuna de uma ação em fôrça contra o inimigo que encontrar.

DISPOSITIVO DE ASSALTO — O adotado por uma tropa para lançar-se ao assalto de posição adversária; é o último aspecto assumido pelo **dispositivo de ataque**. Quando o ataque começa logo pelo assalto, esse dispositivo é tomado na própria base de partida.

DISPOSITIVO DE ATAQUE — O que toma a tropa, no decorrer de uma ação ofensiva, permitindo escalar os meios de modo que a atuação destes corresponda às condições que caracterizam o ataque. Compreende, em princípio, um **Escalão de ataque** e um **Escalão de fogo**.

DISPOSITIVO DE COMBATE — V. **Dispositivo de ataque**.

DISPOSITIVO INICIAL — Desdobramento da Artilharia de uma G U que corresponde ao dispositivo de conjunto

montada "a priori", e adaptada às exigências da missão principal.

DISPOSITIVO INICIAL DE FOGOS — É o adotado para os órgãos de fogo que vão apoiar o desembocar de um ataque. Depende do **Plano de fogos** e visa: — procurar a eficácia máxima com vulnerabilidade mínima; — dividir racionalmente o trabalho entre os órgãos de fogo; — permitir o movimento.

DISPOSITIVO PROVISÓRIO — Conjunto de um número importante de posições de bateria da Artilharia de um G U localizadas fora da região do dispositivo inicial previsto, transitoriamente, por uma questão de possibilidades de alcance do material ou tendo em vista não revelar prematuramente ao inimigo as posições definitivas.

DISTÂNCIA DO ARREBENTAMENTO — Distância da origem da trajetória do ponto de arrebentamento, medida sobre a linha de sítio do arrebentamento.

DISTÂNCIA CORRIGIDA — Elemento teórico do tiro correspondente ao alcance corrigido.

DISTÂNCIA DE OBSERVAÇÃO — Comprimento da linha de observação.

DISTÂNCIA DE REGULAÇÃO — Elemento experimental do tiro correspondente ao alcance de regulação.

DISTÂNCIA REGULADOR — Valor da distância de tiro registrado no regulador de espoletas.

DISTÂNCIA EM TEMPO — Distância de um ponto a outro medida em unidades de tempo. É calculada dividindo-se a distância em metros pela velocidade de marcha do elemento considerado.

DISTÂNCIA DE TIRO — A que vai da arma considerada ao objetivo.

DISTÂNCIA TOPOGRÁFICA — 1 — Distância entre dois pontos quaisquer, medida no plano horizontal.
2 — Distância da origem da trajetória a um ponto qualquer, medida no plano horizontal.

DISTÂNCIAS DE TIRO DA INFANTARIA — Classificam-se em:

- **pequenas**, até 400 metros;
- **médias**, de 400 a 1200 metros;

- grandes, de 1200 a 2400 metros;
- muito grandes, de 2400 metros até o alcance máximo da arma considerada.

DISTRIBUIÇÃO — 1 — Repartição. Partilha.

- 2 — Entrega. Atribuição.
- 3 — Ação ou efeito de distribuir.
- 4 — Num motor a explosão, é o conjunto de órgãos que tem por finalidade assegurar a oportuna admissão da mistura ar-combustível nos cilindros e o escapamento dos gases queimados. Compreende: válvulas — árvore de ressaltos — tuchos — tubulação de admissão — tubulação de escapamento.
- 5 — Operação realizada por esse conjunto de órgãos.

DISTRIBUIDOR — 1 — Repartir por vários.

- 2 — Espalhar; colocar em diversos lugares.
- 3 — Dispôr as coisas por ordem e oportunamente.
- 4 — Classificar.
- 5 — Entregar; fazer remessa.
- 6 — Atribuir a alguém.

DISTRITO DE DEFESA DE COSTA — Divisão geográfica da área costeira do país, estabelecida para fins de organização e comando da Defesa de Costa, e basiada na importância estratégica dessa área. Cada Distrito constitui um teatro de operações costeiras, e divide-se em dois ou mais **Sectores costeiros**.

DIVISÃO AÉRO-TERRESTRE — Grande Unidade das Fôrças Aéro-Terrestres que constitui a unidade de combinação das Armas no âmbito destas Fôrças. Sua organização, do tipo triangular, adaptável à formação de Grupamentos Táticos de combate, caracteriza-se pela potência de fogo e ação de choque que é capaz de desenvolver. Suas principais finalidades especiais são as seguintes:

- conquistar e manter pontos de importância tática considerável, em estreita coordenação e até a chegada de outras fôrças terrestres ou navais;
- atacar a retaguarda do inimigo para auxiliar uma operação de ruptura ou de desembarque a ser executada pelas fôrças principais;

- impedir ou retardar a intervenção das reservas inimigas, pela captura e manutenção de pontos críticos do terreno à sua retaguarda, buscando isolar o campo imediato ao em que se realiza a batalha;
- capturar campos de pouso e bases aéreas;
- capturar ou destruir instalações vitais do inimigo, buscando paralizar seus sistemas de comunicações, comando e reaprovisionamento;
- criar operações de diversão;
- auxiliar a Fôrça Aérea Tática no retardamento da execução de uma retirada pelo inimigo, até que as fôrças principais possam destruí-lo;
- reforçar unidades cercadas ou ameaçadas de cerco;
- conquistar ilhas ou áreas não fortemente defendidas e que não possam ser facilmente reforçadas;
- criar confusão e desordem nas fôrças armadas e na população civil do inimigo;
- constituir por sua simples presença no teatro de operações, uma constante ameaça ao inimigo.

DIVISÃO BLINDADA — É a Grande Unidade básica das Fôrças Blindadas no âmbito da qual se opera a combinação das Armas. Compreende Armas e Serviços de tal modo organizados que a tornem, tática e administrativamente autônoma, capaz de ação independente até uma extensão considerável. Suas características principais são: a mobilidade, a potência de fogo e a ação de choque, que lhe são asseguradas pelo motor, pelo armamento e pela couraça. Suas missões são essencialmente ofensivas, sobretudo dirigidas sobre o interior do dispositivo inimigo, abrangendo: reconhecimento em fôrça, ataque, exploração do êxito e perseguição. Nas situações defensivas o clima de seu emprêgo é o contra-ataque, devido à sua considerável ação de choque; só muito eventualmente ela se aferrará ao terreno, e isso mesmo dentro de limites muito restritos no tempo e no espaço. Além disso, ela pode ser empregada numa operação de envolvimento estratégico. Para as operações de certa duração ela não pode prescindir da cooperação das D. I. e D. C., assim como, por sua vez, é especialmente apta a auxiliar a ação das Divisões Aéro-Terrestres. Suas maiores servidões são impostas pela natureza do terreno, pelas condições atmosféricas e pela usura e danificação de seu material.

DIVISÃO DE CAVALARIA — Grande Unidade das Fôrças Terrestres constituída de tropas de Cavalaria, Artilharia e Engenharia, hipomóveis ou motorizadas, e de unidades blindadas e órgãos de serviço, podendo ter a co-operacão eventual de unidades das Fôrças Aéreas. Dotada de poderosos órgãos de fogo, é capaz de rápidos deslocamentos em quasi todos os terrenos. Pode fazer parte de um Corpo de Cavalaria, um Exército, um Destacamento de Exército, um Grupo de Exército ou constituir parte integrante das Reservas Gerais. Caracteriza-se por sua mobilidade e potência de fogo, desgastando-se rapidamente e sendo de difícil substituição. Suas missões táticas são a exploração, a segurança afastada, a cobertura, a ação retardadora, a intervenção rápida na batalha e a perseguição. Normalmente age em grandes frentes, buscando a manobra e a surpresa. Só excepcionalmente e em momentos de crise poderá ser empregada na defesa de posições sem idéia de recuo.

DIVISÃO DE INFANTARIA (*) — Grande Unidade elementar das Fôrças Terrestres, é a unidade tática por excelência. Suas características principais são: — só poder atuar em uma direcção; ter o campo de ação praticamente restrito ao horizonte visível; ter pequena capacidade de duração no combate, definida pela rapidez de desgaste de sua Infantaria. Sua organização visa responder às seguintes finalidades:

- combinar a ação das diferentes Armas, particularmente no que diz respeito ao binário Infantaria-Artiharia respeitando as disponibilidades de meios homens e materiais;
- guardar uma proporção tal nos efetivos das diversas Armas, que lhe permita ser empregada em qualquer tipo de operacão terrestre;
- ter um mínimo de órgãos de Serviços que garantam os meios de vida e de combate às tropas, com relativa independência dos escalões superiores;
- possibilitar o exercicio direto do comando sobre as Armas, e o enquadramento de reforços limitados que venham participar da combinação de Armas previstas;
- facilitar a formação de Grandes Unidades superiores, permitindo ao Alto-Comando, por uma decom-

- posição de esforços entregues a organizações de valor bem conhecido, manobrar na batalha;
- poder ser transportada, ou deslocar-se por conta própria, com relativa facilidade.

DIVISÃO DE INFANTARIA MOTORIZADA — É aquela que possui meios de transporte automóvel orgânicos para a totalidade de suas tropas e serviços. Tem possibilidades de satisfazer suas próprias necessidades de informação e de segurança, e a maioria de seus veículos pode transitar através campos.

DIVISOR DE AGUAS — V. Linha de crista

DOBRA — Elevação alongada, à guisa de chapada, mas de altura reduzida (15 a 20 metros), formando uma depressão capaz de furtar tropas às vistas terrestres inimigas.

DOCUMENTOS CARTOGRAFICOS — Documentos destinados a completar as informações dadas pelas cartas; são particularmente valiosas para materializar uma situação tática. Compreendem: cartas ou fundos de cartas com informações particulares, calecos e esboços. Esses documentos indicam ainda certas particularidades de reconhecimento necessário à tropa, aos Estados-Maiores e aos Serviços, como é o caso das cartas de baterias inimigas, de objetivos de bombardeio, de destruições, ou cartas esquemáticas da rede de transmissões, da organização do tiro e da observação, etc.

DORSO — 1 — Costas. Parte posterior.

2 — Lombada de um livro.

3 — Parte superior da fuselagem de um avião.

4 — Parte do tronco de um cavalo ou muar, compreendida entre o garrote e os rins, acima das costelas.

5 — Superfície convexa formada p' a continuidade de duas vertentes em uma elevação, observada com maior precisão em um contraforte ou espião.

DURAÇÃO DO TRAJETO — Tempo, expresso em segundos, que o projétil (granada, bala, bomba, etc.) gaste para percorrer a porção da trajetória compreendida entre a origem e um determinado ponto.

(*) — Substitui a parte publicada no n.º de Dezembro de 1945.

ÍNDICE DE TRABALHOS PUBLICADOS PELA — REVISTA POR COLABORADORES —

(De 1940 a 1945)

(Continuação)

LINDOLPHO BARBOSA LIMA — (DR.)

O conceito jurídico do serviço militar obrigatório — Rev. n.º 328.

Fotografias aéreas — Rev. n.º 335.

Como marcham as Unidades Motorizadas dos E. U. A. — Rev. 336.

O observador avançado — Rev. n.º 338 e 342.

Transferidor de Derivas e Alcas — Rev. n.º 351.

Métodos de Tiros Usados nos Estados Unidos — Rev. n.º 354.

Régua de Tiro — Rev. n.º 361.

LUIZ ALBERTO DA CUNHA (MAJ.)

Ciência e Arte da Guerra na História — Rev. n.º 343.

Problemas Nazistas na Carta — Rev. n.º 350 e 357.

LUIZ AUGUSTO SILVEIRA — (TEN. CEL.)

A importância das transmissões no Exército Alemão — Rev. n.º 330.

LUIZ FELIPE DA SILVA WIELDMANN — (TEN.)

Princípios gerais de reconhecimento da Artilharia anti-aérea — Rev. n.º 326.

Os modos de tiro da artilharia anti-aérea — Rev. n.º 330.

LUIZ FLAMARION BARRETO LIMA — (CAP.)

A guerra mecânica — Rev. n.º 317.

LUIZ DE FRANÇA OLIVEIRA — (CAP.)

A Moto-Mecanização na cobertura — Rev. n.º 326.
Gasogênio — Rev. n.º 330.

LUIZ GOMES PINHEIRO — (MAJ.)

A História do 75 — Rev. n.º 322.

LUIZ GONZAGA DE MELLO — (TEN.)

Ponte Tarron — Revs. n.ºs 359, 360, 361 e 362.

Alfabéto Morse — Rev. n.º 359.

LUIZ GOVERNO DE SOUZA FILHO — (CAP.)

Regiões naturais do Brasil — Rev. n.º 321.

LYDIO M. DE SOUZA

Pontes de Pontões de Borracha em 1846 — Rev. n.º 371.

NOTICIÁRIO E LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial» no período de 20 de Outubro a 20 de Janeiro de 1947

CONVOCADOS JULGADOS INCAPAZES — (Solução de consulta)

— Consulta o Chefe da 8.ª Seção da 25.ª Circunscrição de Recrutamento, se devem ser computados para a próxima incorporação, que terá lugar no dia 16 de fevereiro do corrente ano, os convocados das classes de 1923 e 1924 que foram julgados incapazes temporariamente em 1945 e julgados aptos em 1946.

— Em solução, declaro:

— a) Os convocados julgados incapazes temporariamente em duas inspeções de saúde sob o mesmo diagnóstico, estão amparados pelo § 4.º do art. 46 do Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946;

— b) Os convocados julgados incapazes temporariamente em duas inspeções de saúde sucessivas sob diagnósticos diferentes, deverão ter sua incorporação adiada, uma vez que não podem ser incorporados e não estando isentos, terão que submeter-se à nova inspeção de saúde a que se refere o § 4.º do art. 46 do Decreto-lei citado.

— Se por ocasião dessa 3.ª inspeção de saúde, forem julgados ainda incapazes temporariamente sob qualquer diagnóstico, serão considerados no grupo D e ficarão assim amparados pelo § 5.º da L. S. M.; se, entretanto, forem julgados aptos, deverão ser incorporados, nos termos da letra a do parágrafo único do artigo 33 dessa Lei. Nessas condições, os cidadãos das classes de 1924 e 1925 que forem convocados para incorporação em 1945-46 e forem julgados incapazes temporariamente, deverão ser incorporados no corrente ano se julgados aptos. Os cidadãos da classe de 1923 julgados incapazes temporariamente em inspeção de saúde em 1945 e julgados aptos em 1946 farão jus ao certificado de reservista de 3.ª categoria, nos termos do art. 104 da L. S. M.

(Av. n.º 64 de 14 — D. O. de 16-1-947).

DENTISTAS OFICIAIS SUBALTERNOS DA RESERVA

— Art. 1.º Fica extensivo aos dentistas oficiais subalternos da reserva, convocados para o serviço da Força Expedicionária Brasileira e aos que, durante o período de 22 de agosto de 1942, a 15 de agosto de 1945, hajam servido por mais de um ano, o disposto na alínea b, do art. 1.º, do Decreto-lei n.º 8.159, de 3 de novembro de 1945.

— Art. 2.º Os referidos oficiais ficarão incluídos no quadro, em extinção, de dentistas do Exército Nacional.

— Art. 3.º Os dentistas civis que, na sua profissão, prestaram serviços

à Fôrça Expedicionária Brasileira, serão incluídos com o posto de segundos tenentes, na reserva, que lhes competir, das fôrças armadas.

— Art. 4.^o A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1946, 125.^o da Indedendênciá e 58.^o da Repùblica.

(Lei n.^o 11 de 28-12 — D. O. de 11-I-947).

DISTRIBUIÇÃO PELAS ARMAS DOS ALUNOS DA E. M. RESENDE

— (Fixação)

— E' fixada a seguinte percentagem de distribuição pelas armas dos alunos da Escola Militar de Resende aprovados no 1.^o ano do Curso:

— 55% — Infantaria;

— 20% — Cavalaria;

— 15% — Artilharia;

— 10% — Engenharia.

(Av. n.^o 6 de 4 — D. O. de 1-I-947).

EXAME DE 2.^o ÉPOCA DOS ALUNOS DA E. M. DE RESENDE — (Permissão)

— E' permitida, no corrente ano, a realização de exames em segunda época aos alunos da Escola Militar de Resende que não obtiverem aprovação em três aulas do ensino teórico.

(Av. n.^o 1596 de 31 — 12 — D. O. de 6-I-947).

ESTABELECIMENTO DE SUBSISTÊNCIA — (Denominação)

— Art. 1.^o Passa a denominar-se "Estabelecimento Guia Lopes" o Estabelecimento de Subsistência da 9.^o Região Militar.

— Art. 2.^o O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto n.^o 22356 de 27 — D. O. de 30-XII-947).

ENGAJAMENTO E REENGAJAMENTO DE SOLDADOS — (Fixação)

— I — Nos termos dos artigos 86 e 88 da Lei do Serviço Militar, tendo em vista conciliar o orçamento do Ministério da Guerra com as necessidades administrativas do Exército, são fixadas, para o ano de 1947, as seguintes percentagens de engajamento e reengajamento de soldados:

— 70% — Unidades de Fronteira.

— 60% — Contingentes dos Estabelecimentos e Repartições de Polícia.

— 50% — Quartéis Gerais e Companhias de Quartéis Gerais.

— 40% — Unidades Blindadas.

— 40% — Unidades Mecanizadas.

— 40% — Escola de Motomecanização.

— 40% — Escola de Instrução Especializada.

— 40% — Centro de Instrução de Defesa Anti-Aérea.

— 40% — Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas.

— 35% — Unidades de Guarda.

— 30% — Unidades Motorizadas.

— 20% — Unidades Escola.

— 20% — Sub-unidades-Escola.

- 20% — Sub-unidades de Manutenção.
- 15% — Unidades de Saúde.
- 15% — Unidades de Artilharia.
- 15% — Sub-unidades de Artilharia.
- 15% — Unidades de Engenharia.
- 15% — Sub-unidades de Engenharia.
- 10% — Unidades de Intendência.
- 10% — Unidades de Infantaria.
- 10% — Sub-unidades de Infantaria.
- 10% — Unidades de Cavalaria.
- 10% — Sub-unidades de Cavalaria.
- II — Essas percentagens deverão ser englobadas nos 50% de praças com mais de 12 meses de serviço de que trata o Aviso n.º 1.421, de 13 de novembro de 1946, ou englobá-los.
- III — Tendo em vista a finalidade dos Avisos n.ºs 1.115, de 3 de agosto de 1946 e 1.421 acima citados, as Unidades Administrativas deverão tomar providências para que as percentagens de engajamento e reengajamento fixadas no item I, não sejam ultrapassadas, a partir das seguintes datas:
 - Nas 1.ª e 2.ª Zonas de Recrutamentos.
 - 1.º de março de 1947.
 - Na 3.ª Zona de Recrutamento.
 - 1.º de abril de 1947.
- IV — Ficam revogados os Avisos n.ºs 1.927, de 1.º de agosto de 1945, 3.015, de 21 de novembro de 1945 e 3.016, de 21 de novembro de 1945. (Av. n.º 66 de 14 — D. O. de 16-I-947).

INSIGNIAS DE COMANDO — (Aprovação)

- Aprovo as insignias de Comando dos Batalhões de Transportes e das suas Sub-unidades, bem como o distintivo das respectivas praças, de conformidade com os modelos que a este acompanham.
- (Av. n.º 1597 de 31-12 — D. O. de 6-I-947).

MATRÍCULA NA ESCOLA E. FÍSICA — (Instruções)

- O Diário Oficial n.º 14 de 17-I-947, (página n.º 765) publicou a Portaria n.º 12, que aprova as instruções para a matrícula e funcionamento da Escola de Educação Física do Exército.

PRAÇAS QUE NÃO DISPOEM DE TRAJE CIVIL — (Solução de consulta)

- O Comandante do Regimento Escola de Artilharia, em ofício n.º 1.328-S, de 23-IX-1946, consulta como proceder com as praças que não dispõem de traje civil e que devem ser licenciadas.
- Em solução, declaro:
 - 1) As unidades e sub-unidades continuarão a observar o que estabelecem os números 64-65 das I. D. F., para as praças incorporadas antes da vigência do aviso 334, de 15-III-1946, e que não possuam trajes civis.
 - 2) Para as incorporações posteriores à sobredita vigência, será observado o aviso citado no item anterior.
- (Av. n.º 84 de 3 — D. O. de 18-I-947).

REGULAMENTO DA DIRETORIA DE RECRUTAMENTO — (Corrigida)

— Art. 1.^o São feitas as seguintes correções nos artigos 1.^o, 2.^o, 3.^o, 5.^o, 8.^o, 9.^o e 28^o do Regulamento da Diretoria de Recrutamento, baixado com o Decreto n.^o 21.815, de 4 de setembro de 1946:

— 1) — Na segunda parte do art. 1.^o, onde se lê:

— "Compete-lhe:

—

— Leia-se:

— "Art. 2.^o A Diretoria de Recrutamento compete:

—

— 2) — Os artigos 2.^o e 3.^o passam a ser, respectivamente, artigos 3.^o e 4.^o.

— 3) — No artigo 5.^o, item I, onde se lê:

— "receber, distribuir, e expedir e arquivar"...

— Leia-se:

— "receber, distribuir, expedir e arquivar...".

— 4) — No artigo 8.^o, onde se lê:

— "A 3.^o Divisão (D-3) (Rermação das Reservas)".

— Leia-se:

— "A 3.^o Divisão (D-3) (Formação das Reservas)".

— 5) — No artigo 9.^o, onde se lê:

— "A 4.^o Seção (D-4)",

— Leia-se:

— "A 4.^o Divisão (D-4)".

— 6) — No artigo 28, onde se lê:

— "Os funcionários civis terão sua situação regularizada pela legislação especial..."

— Leia-se:

— "Os funcionários civis terão sua situação regulada pela legislação especial...".

— Art. 2.^o O quadro anexo I passa a ter a redação do Quadro que acompanha o presente Decreto.

(Decreto n.^o 22.305 de 18-12 — D. O. de 22-XII-947).

REGULAMENTO DOS C. P. OFICIAIS DA RESERVA — (Aprovação)

— O Diário Oficial n.^o 16 de 20-1-947, publica na integra o Decreto n.^o 22.392 de 31-12-946, que aprova o Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.

RESERVISTAS REINCLUIDOS — (Solução)

— Tendo em vista solucionar a situação no Exército dos reservistas que foram reincluídos, como voluntários, nas unidades da 3.^o R. M. em virtude do rádio n.^o 449, de 16 de julho de 1942, do Ministro da Guerra ao Cmt. daquela R. M., declaro que a essas praças não se deverá aplicar o disposto no aviso número 143-138, reservado, de 25-7-1946, uma vez que, no caso, houve delegação de poderes.

— Os sargentos que tenham sido licenciados e tenham sido aceitos como voluntários em virtude do rádio 449 acima citado poderão ser reincluídos pelo Cmt. da R. M. e a seu critério.

(Av. n.^o 1576 de 23 — D. O. de 26-XII-946).

SERVIÇO DE VIATURA AUTO DE TURISMO — (Criação)

— O Diário Oficial n.º 6 de 8-1-947, (página n.º 267) publica o aviso n.º 13, do Ministro da Guerra, que cria o Serviço de Viaturas Auto de Turismo para o Transporte do Pessoal do Ministério da Guerra.

VOLUNTARIOS RESERVISTA — (Autorização)

— Autorizo a Escola de Sargentos das Armas a aceitar voluntários reservistas para o preenchimento dos claros existentes até 40% do seu efetivo orçamentário. Esses reservistas deverão servir por 1 ano, ter no máximo 3 anos de serviço já prestado ao Exército e terão vencimentos de engajados.

(Av. n.º 65 de 14 — D. O. de 16-1-947).

A honra do soldado reside no cumprimento do dever. A guerra exige do homem este sacrifício supremo: o de sua via ao dever do soldado. ... GEN. VON SEECKT.

REPRESENTANTES

SEMPRE QUE POSSÍVEL UTILIZEM O CORREIO AEREO MILITAR PARA
----- NOSSA CORRESPONDENCIA -----

ATENÇÃO

VANTAGENS QUE A COOPERATIVA "A DEFESA NACIONAL" OFERECE AOS SEUS ASSOCIADOS

- 1.º) — Juros de 6% ao ano sobre as quotas-partes pagas.
- 2.º) — Aquisição de livros, de qualquer natureza, diretamente ou mediante reembolso postal, com descontos variáveis conforme a empresa editora dos mesmos.
- 3.º) — Participação anual nos lucros sociais, em proporção à aquisição de livros realizada.
- 4.º) — Abatimento de 50% nos preços de assinatura da revista "A Defesa Nacional".
- 5.º) — Fazer parte do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.
- 6.º) — Edição de livros de autoria do associado com vantagens superiores às oferecidas por qualquer outra empresa nacional.

Para ser associado é suficiente:

- 1.º) — Ser Oficial, da Ativa ou da Reserva, das Forças Armadas Nacionais (Exército, Marinha, F. A. B. ou Força Policial).
- 2.º) — Subscrever, pelo menos, duas quotas-partes de Cr 50,00, pagáveis até em 10 prestações mensais, sendo a primeira no ato da subscrição.
- 3.º) — Encher uma proposta, anexa a cada número da revista ou à disposição dos interessados na sede social.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A DEFESA NACIONAL" recebeu no período de 20 de Dezembro de 1946 a 20 de Janeiro de 1947, as seguintes publicações:

- 1 — PATRIA — N.º 56 e 57 — Setembro e Outubro de 1946 — México.
 - 2 — REVISTA SUB-OFICIAL — N.º 331 — Setembro de 1946 — Argentina.
 - 3 — REVISTA MEDICINA MILITAR — N.º 3 — Junho a Setembro de 1946 — Rio.
 - 4 — REVISTA DA ESCOLA MILITAR DE RESENDE — N.º 56 — Maio de 1946.
 - 5 — INFANTARIA — N.º 145 — Agosto de 1946 — Portugal.
 - 6 — A INSPIRAÇÃO — Órgão Oficial Literário do Colégio Militar — N.º 1, 1946 — Rio.
 - 7 — REVISTA DE INFANTARIA — N.º 64 — Maio 1946 — Uruguai.
 - 8 — TRADIÇÃO — N.º 59 — Julho de 1946 — Rio.
-
-

AVISO AOS COLABORADORES

O PAGAMENTO DOS ARTIGOS PUBLICADOS SERÁ FEITO ÀS 4as. FEIRAS, ÀS 17 HORAS, EM NOSSA SÉDE, PELO TESOUREIRO.

Colaboram neste número:

Gen. Tristão A. Araripe.
Cel. João Batista de Magalhães.
Cel. Alcindo Nunes Pereira.
Ten. Cel. João Batista de Matos.
Ten. Cel. Agostinho José Sena Campos.
Ten. Cel. Adalardo Fialho.
Ten. Cel. Dr. Adalberto Barreto.
Major José Horacio C. Garcia.
Major Riograndino da Costa e Silva.
Cap. Gerardo Lemos do Amaral.
Cap. Hugo Magalhães Bellem.
Cap. Octávio Alves Vello.
Cap. Nilton Freixinho.
Cap. Juvêncio Reis.
Dr. Rafael Pinheiro.



Cr\$ 5,00